



MARIA DE FÁTIMA ALVES BORBA

Políticas públicas e juventude: o Programa Bolsa Família e suas implicações na construção do território camponês no Cariri – PB

São Paulo
2017

MARIA DE FÁTIMA ALVES BORBA

Políticas públicas e juventude: o Programa Bolsa Família e suas implicações na construção do território camponês no Cariri – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientadora: Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Co-orientador: Dr. Maciel Cover

São Paulo

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Borba, Maria de Fátima Alves.

B726 Políticas públicas e juventude : o Programa Bolsa Família e suas implicações na construção do território camponês no Cariri-PB / Maria de Fátima Alves Borba. – São Paulo, 2017.

150 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Co-orientador: Maciel Cover.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2017.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Programa Bolsa Família (Brasil). 4. Programas de sustentação de renda – Brasil. 5. Comunidades agrícolas – Boqueirão (PB). 6. Juventude rural – Brasil. 7. Migração rural-urbana – Brasil. I. Título.

CDD 362.582

MARIA DE FÁTIMA ALVES BORBA

Políticas públicas e juventude: o Programa Bolsa Família e suas implicações na construção do território camponês no Cariri – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientadora: Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Co-orientador: Dr. Maciel Cover

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Silvia Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos (Universidade Federal de Pelotas)

São Paulo, 23 de agosto de 2017

ANDO

Entre trancos e barrancos a gente vai...
A gente Vai!
Caminhando,
Cantando,
Sorrindo,
Estudando,
Chorando,
Lutando,
Reinventando,
Amando,
Sonhando,
Ando Esperando o pedaço de chão.
Ando de pés no chão
Descalça na terra mãe.
Chão de vida, da terra viva que dá a vida que vive em mim.
Ando...
Querendo ando de pés no chão na terra mãe.
Ando desprovida de direitos, pois só me veieram os deveres
Me arrancaram o direito de andar com direito.
Disseram que eu deveria andar descalça,
Tenho andado,
Ando...
Ando gritando os meus direitos
Quem dera um dia possa eu andar,
Andar caminhando sem precisar gritar.
Ando libertando,
Ando...
Ando de pés no chão
Entre balas e canhões ideológicos.
Ando construindo esperança.
Ando...
Pelejando na periferia do Brasil,
Aguentando,
Suportando, dor do povo sofrido
Do Nordeste ao Sudeste
Dizem ser da cor do anil
A cor do trabalho, trabalho de baixo
Tem cor de suor, é vermelho de sangue
Da luta travada quando se nega a vida.
Ando...
Mas não ando sozinha.
Ando,
Sonhando,
Recriando,
Vamos superando
O Branco da Paz manchado de sangue.
E vamos caminhando...
Andando...
Tenho andado,
Ando,
Acreditando em dias melhores.
Fátima Borba

Poema dedicado à juventude entrevistada nesta dissertação.

Às juventudes camponesas
Que venho este estudo dedicar
É um povo pobre e insistente
Que sonha em estudar,
Pois enxerga no estudo
Uma forma de se libertar

Dedico à minha família
Que me ajuda a caminhar.
É porto seguro,
Não deixa desanimar
E sempre está disponível
Para na dificuldade me apoiar.

Dedico a Gerson, meu companheiro de vida!
Juntos é possível comungar
Momentos de lutas e partilhas.
Ousamos um projeto comum sonhar
E juntos vamos caminhando
Para os sonhos realizar.

Fátima Borba

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao Senhor Jesus, pela oportunidade de lutar por mais uma conquista, pela vitória que é concluir um curso de pós-graduação.

À minha família, minha mãe, Severina, meu pai, Adalberto, meu Irmão Virgílio, minha cunhada Samara, meu sobrinho, David Vinícius por estarem sempre me apoiando e incentivando ao estudo. Amo todos e todas vocês!

Ao meu companheiro de vida e de luta, Gerson João. Obrigada pela partilha, pela dedicação, por estar ao meu lado. Amo-te!

Agradeço intensamente a todos os meus amigos e amigas, aos que me ajudaram na formatação e nas correções ortográficas deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras da Pastoral da Juventude Rural que me estimularam no processo de estudo. É enriquecedor dedicar-se a uma causa de vida, ao projeto de construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário, em especial para a juventude camponesa.

Agradeço ao companheiro Maciel, parceiro da Pastoral da Juventude Rural e meu co-orientador, alguém que sempre se colocou à disposição, desde o início desse mestrado, para me acompanhar e a refletir a produção teórica desta dissertação.

Aos companheiros e companheiras da Escola Nacional Florestan Fernandes pela acolhida e dedicação às turmas de pós-graduação, entendendo que o estudo faz parte da luta na construção da nova sociedade.

A todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação TerritoriAL, principalmente à minha orientadora, Janaína Vinha, que foi o meu alicerce e exemplo de comprometimento no exercício profissional, favorecendo o meu crescimento e meu processo de formação.

A todos os meus colegas da turma de Mestrado, “Manuela Sáenz”, pois partilhamos muitos momentos de luta e estudos que favoreceram meu crescimento enquanto militante e jovem camponesa pesquisadora. Obrigada, companheiras e companheiros, e vamos à luta.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, me apoiaram e me incentivaram nesse processo de conquista da Pós-Graduação. E quem diria que uma Jovem Camponesa fosse concluir um mestrado, finalizo com o pensamento dos movimentos sociais que lutam pelo acesso de qualidade à Educação do Campo: “Quando a academia é ocupada pela classe trabalhadora, a universidade se pinta de Povo”.

RESUMO

As políticas de transferências de renda no Brasil vieram com a proposta de fazer enfrentamento à fome, à pobreza e à miséria. A principal questão que esta pesquisa buscou responder como a juventude do campo se relacionara com o Programa Bolsa Família (PBF), quais foram suas estratégias ao acessá-lo e o que isso representou para o território camponês. Partimos da hipótese de que a decisão da juventude permanecer ou sair do campo também está associada aos limites e possibilidades das políticas públicas delineadas dentro do território. Portanto, este trabalho empregou uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa realizada com a juventude do campo de famílias beneficiárias do PBF, em que considerou uma amostragem de duas comunidades: Taboado de Cima e Marinho, ambas localizadas no município de Boqueirão, situado no território do Cariri Oriental Paraibano. Destacou-se na pesquisa que a juventude quer residir no campo, mas encontra muitos desafios que dificulta a vida no território camponês. Referente às implicações do PBF sobre o território camponês, o mesmo favorece a reprodução do território em sua multidimensionalidade. No aspecto socioeconômico, possibilitou o movimento do mercado local das comunidades e do município, além de possibilitar o acesso aos direitos sociais básicos. Podemos dizer que a juventude do campo estabelece uma relação simbólico-cultural com o território camponês, criando uma identidade sócioespacial, assim, o PBF, a juventude e o território mantém uma ligação entre o concreto e o simbólico, no campo do (in)material. A decisão dos jovens de voltar para o campo, mesmo estabelecendo a mobilidade entre campo-cidade, se configurou uma decisão política, estabelecem diversas relações de poder entre diferentes contextos e realidades. Constatou-se que não existem políticas específicas para a juventude do campo em Boqueirão e as políticas transversais quase não chegam aos territórios camponeses, o que limita as possibilidades desses jovens de terem uma vida com mais dignidade. O PBF trouxe transformações significativas para seus beneficiários, porém, vimos que este não resolverá a questão da pobreza, pois serão necessárias mudanças estruturais nos aspectos socioeconômicos, políticos e ecológico do país.

Palavras-Chave: Juventude Camponesa. Juventude do Campo. Território Camponês. Questão Agrária. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The policies of transferences of income in Brasil came from the proposal of making confrontation against the hungry, poverty and misery. The main question that this search tried to answer with the young people of countryside will be related with the Bolsa Familia Program (PBF), which were the strategies to access and what this represented to pleasant territories. We came from the hypothesis that the decision of you people was to leave the countryside also is associated to limits and possibilities of public policies outlined inside of the territory. Therefore, this work employed a field research with qualitative approach performed with young people of countryside of family's beneficiaries of PBF, in what considerate a sample of two communities: Taboado de Cima e Marinho, both located in the city of Boqueirão, situated in the territory of Oriental Cariri of Paraíba. Standed out in the research that the young people that resided in the countryside, but find challenges that impair the life of pleasant territory. Referring to implications of PBF on the pleasant territory, the same favoring the reproduction of territory in its multidimensionality. In the socioeconomic aspect, enabled the movement of local market of communities and of cities, beside the possibility of access to basic social rights. We can say the young people of countryside stablish a symbolic-cultural relationship the pleasant territory, creating a social spacial identity, thus, the PBF, the young people and the territory maintain a connection between the concrete and the symbolic, in the field of (in)material. The decisions of young people of returning to countryside, even if establishing the mobility between country-city, configurative a political decision, established various relations of power between different contexts and realities. we determined that the nonexistence of specific policies to young people of countryside in the Boqueirão and the transversal policies almost not come from pleasant territories, what limited the possibilities of these young people of having a life with more dignity. The PBF brought significant transformation to its beneficiaries, although, we saw that this will not be solved in question of poverty, because it will be necessary structural changes in socioeconomic, political and ecological aspects of the country.

Key-words: Young Pleasant. Young people from countryside. Pleasant territory. Agrarian issues. Public policies. Bolsa Familia Program.

RESUMEN

Las políticas de transferencias de renta en Brasil vienen como propuesta para enfrentar el hambre, la pobreza y la miseria. La principal cuestión que esta investigación busca responder es como la juventud campesina se relaciona con el Programa Bolsa Familia (PBF), reflexionando sobre cuáles son las estrategias de los jóvenes para acceder al Programa y lo que eso representa para el territorio campesino. Partimos de esa hipótesis de que la decisión de la juventud de permanecer o salir del campo también está asociada a los límites y a las posibilidades de las políticas públicas delineadas dentro del territorio. Por tanto, este trabajo utilizó el trabajo de campo con un abordaje cuanti-cualitativo realizado con la juventud campesina de familias beneficiarias del PBF, considerando una muestra de dos comunidades: Taboado de Cima y Marinho, ambas localizadas en el municipio de Boqueirão en Paraíba. Se destaca dentro de la investigación que la juventud quiere permanecer en el campo, pero encuentra muchos desafíos que dificulta la vida en el territorio campesino. En lo que se refiere a las implicaciones del PBF sobre el territorio campesino, el mismo favorece la reproducción del territorio en su multidimensionalidad. En el aspecto socioeconómico, posibilita el movimiento del mercado local de las comunidades y del municipio, además de posibilitar el acceso a los derechos sociales básicos. Podemos decir que la juventud del campo establece una relación simbólico-cultural con el territorio campesino, creando una identidad socioespacial, asía través del PBF, la juventud y el territorio mantienen una ligazón entre lo concreto y lo simbólico, en el campo de lo (in)material en el que una dimensión también construye las otras. La decisión de los jóvenes de volver para al campo, incluso estableciendo movilidad entre el campo y la ciudad, se configura como una decisión política, establecen diversas relaciones de poder entre diferentes contextos y realidades. No existen políticas específicas para la juventud del campo en Boqueirão y las políticas transversales casi no llegan a los territorios campesinos, lo que limita las posibilidades de esos jóvenes de tener una vida con más dignidad. El PBF trajo transformaciones significativas para sus beneficiarios, pero, vimos que éste no resolverá la cuestión de la pobreza, pues serán necesarios cambios estructurales en los aspectos socioeconómicos, políticos y ecológicos del país.

Palabras clave: Juventud Campesina. Juventud del Campo. Territorio Campesino. Cuestión Agraria. Políticas Públicas. Programa Bolsa Familia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização da microrregião do Cariri Oriental, Paraíba.....	16
Figura 1 –	Ocupação da Fazenda Pompílio, Palmeira das Missões – SC.....	47
Mapa 2 –	Localização do município de Boqueirão-PB.....	68
Mapa 3 –	Localização do Açude Epitácio Pessoa no município de Boqueirão-PB.....	70
Gráfico 1 –	População de 15 a 29 anos no campo (2000-2010).....	72
	População jovem entre 15 a 29 anos no Brasil / Urbano e Rural.	73
Quadro 1 –	Estimativa feita sobre a porcentagem geral de população rural de cada região e do país.....	
Quadro 2 –	População de Boqueirão-PB / Urbano, Rural e Sexo.....	73
Quadro 3 –	População jovem entre 15 a 29 anos no município de Boqueirão / Urbano, Rural e Sexo.....	74
Quadro 4 –	Ações e políticas públicas no governo federal direcionadas para a juventude rural de 1998 a 2006.....	75
Quadro 5 –	Faixa etária da juventude entrevistada nas comunidades do Marinho e do Taboado de Cima.....	87
Quadro 6 –	Acesso à terra (comunidades: Marinho e do Taboado de Cima).....	90
Quadro 7 –	Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações/2010 (%) - Município de Boqueirão-PB.....	94
Gráfico 2 –	Distribuição da população ocupada por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%) – Boqueirão-PB.....	95
Gráfico 3 –	Distribuição percentual por quintos de rendimento familiar per capita – Brasil – 2012.....	98
Quadro 8 –	Escolaridade da juventude entrevistada nas comunidades: Marinho e do Taboado de Cima.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CadÚnico	Cadastro Único
CEFFAs	Centros Familiares de Formação por Alternância
CF/88	Constituição Federal de 1988
COIABA	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional de Quilombos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFA	Escola Família Agrícola
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
GPR	Grupo de produção e Resistência
IA	Instituto Aliança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INOCS	Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
NPT	Nossa primeira Terra
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PJR	Pastoral da Juventude Rural

PBF	Programa Bolsa Família
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SINTA	Serviço Integrado Socioeducativo ao Adolescente
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TERRITORIAL	Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
UBSF	Unidade Básica de Saúde da Família
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	19
3	CAMPESINATO, JUVENTUDE E LUTA SOCIAL.....	22
3.1	Questão agrária do Estado da Paraíba.....	22
3.2	O campesinato: projeto político para o campo.....	31
3.3	Categoria de juventude: Juventude Rural e Juventude Camponesa.....	36
3.4	O que significa ser jovem do campo?.....	40
3.5	Juventude Camponesa: uma categoria conceitual com intencionalidade política.....	44
4	POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE.....	49
4.1	Políticas Públicas e o Estado de Direito do Brasil.....	49
4.2	A Política de Transferência de Renda no Brasil.....	52
4.3	Juventude e a construção do Sujeito de Direito.....	59
4.4	A política neoliberal e os reflexos da violência sobre a juventude.....	64
4.4.1	Políticas Públicas e a Juventude do Campo de Boqueirão.....	67
4.4.2	Caracterização do local de Pesquisa: o município de Boqueirão.....	67
4.4.3	Juventude do Campo de Boqueirão e as Relações com as políticas públicas.....	72
4.4.3.1	Juventude do campo de Boqueirão e a Política de Saúde.....	80
4.4.3.2	Juventude do campo de Boqueirão e a Política de Assistência Social.....	81
4.4.3.3	Conselho Municipal de Juventude e Orçamento Público direcionado à população jovem de Boqueirão.....	83
5	JOVENS DO CAMPO DE BOQUEIRÃO, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS.....	86
5.1	Caracterização dos participantes da Pesquisa.....	86
5.1.1	Gênero e faixa etária.....	86
5.1.2	O olhar da juventude sobre a vida no campo.....	87
5.1.3	Acesso à terra.....	90
5.1.4	Trabalho e renda.....	91
5.1.5	Projeto de Vida: “educação é tudo, né?”	96
5.2	Avanços e Desafio: Juventude Camponesa e o Programa Bolsa Família.....	100
5.3	Programa Bolsa Família e sua relação com o Território Camponês.....	105

5.3.1	Território como categoria geográfica.....	105
5.3.2	Juventude do campo e o território camponês.....	108
5.3.3	Relação com o PBF e o Território Camponês.....	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – RESILIÊNCIA.....	130
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS COM A JUVENTUDE	132
	CAMPONESA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
	NO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO-PB.....	
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM OS GESTORES DAS	138
	SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOQUEIRÃO-PB.....	
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM A GESTORA DO PROGRAMA	139
	BOLSA FAMÍLIA DE BOQUEIRÃO-PB.....	
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO COM GESTORA DA SECRETARIA	140
	DE ESTADO DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER DA PARAÍBA.....	
	APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO COM OS TRABALHADORES DA	141
	ÁREA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO-PB.....	
	APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO COM AS GESTORAS DAS	143
	ESCOLAS MUNICIPAIS DE BOQUEIRÃO-PB.....	
	ANEXO A – DECLARAÇÃO DO ENCONTRO UNITÁRIO CAMPONÊS	144
	DA PARAÍBA POR TERRA, TERRITÓRIO E	
	DIGNIDADE!.....	

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas delineadas dentro do sistema capitalista são resultados de relações de disputas e contradições provocadas pelo próprio sistema vigente. Políticas públicas são a materialidade do fazer do Estado que, por meio de ações e programas, visa a garantir os direitos expressos na Constituição Federal de 1988. No artigo 6º da CF/88, encontram-se os direitos sociais: “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância e assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988), as políticas públicas, portanto, ultrapassam os limites do Estado, quando se compreende que esse faz a ação mediante às demandas sociais e a sociedade faz o controle democrático desse fazer, numa relação dialética do *fazer estatal*.

No entanto, há críticas fortes à igualdade político-jurídica dentro do sistema capitalista, pois, não é possível ter igualdade, quando se têm relações de explorações, divisão de classes sociais, concentração de terra e das riquezas do país, por parte de uma pequena parcela da população, enquanto a grande maioria sofre com as consequências desta concentração.

O que vem se intensificando, principalmente, a partir do avanço do neoliberalismo é a minimização dos gastos públicos com as políticas sociais. Em contrapartida, existe por parte do Estado, um alto investimento no setor financeiro e a criação de mecanismos que facilitam as ações de grandes empresas transnacionais no território brasileiro.

As políticas destinadas para o campo, também foram afetadas pelo projeto neoliberal que seguiu as diretrizes ditadas pelo Banco Mundial, em que o problema do não acesso à terra pelo pobre é uma questão do indivíduo e deve ser encarada como tal, desconsiderando que esta problemática é resultante da concentração fundiária. Este contexto apenas fortaleceu o desenvolvimento do capital sob o domínio dos grandes grupos econômicos empresariais do agronegócio, deslegitimando os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e das famílias camponesas, intensificando a pobreza no campo e o alto fluxo migratório de camponeses, especificamente da juventude.

Ficam nítidas as disputas de projetos de desenvolvimentos para o campo entre duas classes: os camponeses e os capitalistas – este segundo representado pelo agronegócio. Buscamos aprofundar as políticas públicas dentro de um processo de disputa e de correlação de forças entre diferentes projetos de sociedade e, a partir disso, discutir as contradições entre esses projetos antagônicos.

A reforma agrária e a ocupação de terras, por exemplo, se estabelecem enquanto políticas públicas, à medida que os movimentos sociais pressionam o poder público e resistem com ações organizativas, vão construindo modelos de desenvolvimentos territoriais camponeses em disputa com o Estado e com o grande capital. Amplia-se a visão de que as políticas públicas perpassam apenas o âmbito do Estado, mas é, sobretudo, resultado de correlações de forças entre diferentes projetos de sociedade.

São dois projetos que se contrapõem à medida que o Estado tenta, por meio de pactos e ações políticas, garantir processos democráticos; enquanto executa e ajusta suas ações, criando as condições para o desenvolvimento do grande capital, principalmente na década de 90, com o surgimento do neoliberalismo, em que o Estado passa a privatizar empresas públicas, cortes de gastos públicos com políticas sociais, desregulamentação dos direitos trabalhistas. É, portanto, nesse cenário que se inserem os programas de transferências de renda como ferramenta para amenizar as desigualdades sociais no Brasil que se estabelecem, desde o período colonial, até hoje com a reconfiguração do capital. Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa busca responder à seguinte questão: como a juventude camponesa se relaciona com o PBF, quais são suas estratégias de uso desse Programa e o que isso representa para o território camponês? O respectivo estudo tem os seguintes objetivos específicos: analisar quais são as relações entre as políticas públicas para a juventude do campo e o PBF; identificar e analisar as consequências socioeconômicas, políticas e culturais para a vida da juventude camponesa do município de Boqueirão-PB, com o acesso ao PBF; analisar quais as estratégias usadas pela juventude camponesa e suas famílias no acesso ao PBF.

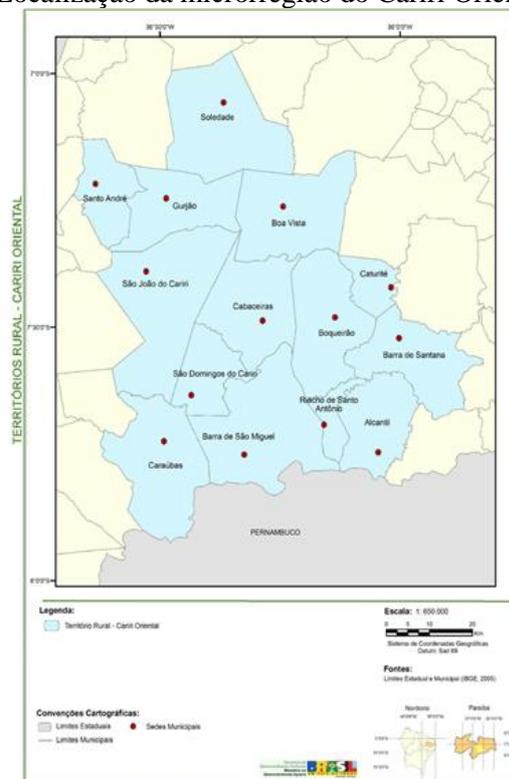
Partimos da hipótese de que a decisão da juventude permanecer ou sair do campo também está associada aos limites e possibilidades das políticas públicas delineadas dentro do território. Portanto, esse trabalho faz um estudo utilizando o método materialismo histórico dialético, compreendendo que é necessário analisar os fenômenos sociais, extraíndo a essência da realidade investigada que se materializa, a partir de relações sociais complexas e contraditórias. Também faz uso de procedimentos metodológicos com abordagem qualitativa, que por meio de levantamento bibliográfico e aplicação de questionário e entrevistas, investigou como a juventude do campo que compõe famílias beneficiárias do PBF se relaciona com esse Programa, quais são suas estratégias de uso do mesmo e o que isso representa para o território camponês.

Essa pesquisa aconteceu no território do Cariri Oriental, tendo o município de Boqueirão como recorte espacial para a realização do estudo. Delimitamos duas comunidades rurais: Taboado de Cima e Marinho para realizarmos as entrevistas e a aplicação dos

questionários. A escolha dessas comunidades se deu ao fato de que o Marinho é distrito de Boqueirão e conta com uma população bastante considerável de juventude, Taboado de Cima é uma comunidade com um índice grande de produção de artesanato (rede de fio), por isso o interesse de investigar como vive a população jovem beneficiária do PBF. Dessa forma, estamos abordando os diferentes contextos vivenciados pela juventude do campo, enxergando diferentes formas de implicações para a juventude investigada e o território camponês, a partir do acesso ao PBF.

Infelizmente não foi possível acrescentar outras comunidades, principalmente áreas de acampamentos e assentamentos rurais, o que seria de nosso interesse, pois são territórios originados, a partir da luta pela terra e compreender como é a participação da juventude e seu envolvimento político seria enriquecedor para a análise desta pesquisa. No entanto, devido ao curto prazo para entrega desta dissertação e a ausência de recursos financeiros para viabilizar melhores condições deste trabalho, somente foi possível realizá-lo conforme apresentado. Abaixo, no mapa 1, apresentamos a localização geográfica da região.

Mapa 1 – Localização da microrregião do Cariri Oriental, Paraíba



Fonte: MDA (2010).

A microrregião do Cariri Oriental da Paraíba pertence à mesorregião da Borborema. Sua população foi estimada em 2015 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística) em 66.344 habitantes e está dividida em doze municípios. Possui uma área total de 4.242,135 km². O município de Boqueirão está localizado nessa microrregião, tendo população estimada em 2015 pelo IBGE em 17.670 habitantes, distribuídos em 371, 984 km² de área.

A juventude do campo é centro deste estudo. A escolha do tema está intrinsecamente ligada à prática de militância, como participante ativa da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e contribuindo com a articulação dos Grupos de Produção e Resistência (GPR) no Estado da Paraíba. É perceptível a resistência e as dificuldades da juventude para viver no campo e se afirmar como protagonista de outro desenvolvimento territorial. Ela torna-se, frequentemente, invisível em vários espaços da sociedade, não tendo acesso às políticas públicas, aos direitos fundamentais e, por isto, são obrigados a sair do campo em busca de melhores condições de vida. Neste sentido, a execução da presente dissertação é de fundamental importância para a produção do conhecimento, tanto para a academia, quanto para as organizações sociais, pois dará visibilidade a esses sujeitos que, em geral, ficam invisibilizados pela sociedade.

No capítulo *Campesinato, Juventude e Luta Social* são discutidas a Questão Agrária e a Reforma Agrária da Paraíba, como também as disputas territoriais. Além disso, trouxemos o debate em torno da categoria conceitual de campesinato e das concepções de juventude camponesa, abordando-a na perspectiva conceitual como um processo em construção com intencionalidade política de defesa do território camponês, a partir da inserção dos jovens camponeses em movimentos sociais que vão rompendo com a invisibilidade nos diferentes espaços, por meio de suas experiências de organização social e política. Também discutimos, de forma breve, a relação e contradições entre as categorias de juventude camponesa e juventude rural.

Já no capítulo *Políticas Públicas e a Juventude do Campo* se faz a discussão em torno da construção da juventude como sujeito de direito, abordando as políticas públicas que chegam para a juventude no campo. Além disso, traz o debate sobre a Política de Transferência de Renda no Brasil e qual o papel do Estado de Direito nessa implantação, trazendo como enfoque central o PBF, a fim de discutir os avanços e desafios da mesma, analisando como a juventude do campo é direta ou indiretamente envolvida e alcançada pelo respectivo programa.

Por fim, no capítulo: *Jovens do Campo de Boqueirão, o Programa Bolsa Família e a Construção do Território Camponês* se discutem os sujeitos da pesquisa – as e os jovens do campo do município de Boqueirão – delineando a situação socioeconômica e cultural, dimensões significativas que compõe o território. Além disso, é feita a análise dos desafios e

perspectivas vivenciadas pela juventude do campo, a partir do acesso ao PBF, elencando a relação entre as políticas públicas para os jovens com o respectivo programa, a fim de trazer à tona as diferentes relações estabelecidas entre os jovens beneficiários, o PBF e o território camponês, abordando as implicações e contradições inerentes a essa relação.

Destacou-se na pesquisa que os jovens do campo sonham com uma carreira profissional e obtenção de um trabalho que proporcionem uma renda fixa, garantindo sua autonomia financeira. A juventude quer residir no campo, mas encontra muitos desafios que impossibilitam a vida e a construção do território camponês. Referente às implicações do PBF sobre o território camponês, o mesmo favorece a reprodução do território em sua multidimensionalidade. No aspecto socioeconômico, o PBF movimenta o mercado local das comunidades e do município, possibilita o acesso à alimentação, aos direitos sociais básicos, como a saúde e a educação - apesar de ser um desafio, a qualidade desse acesso. Podemos dizer que a juventude do campo estabelece uma relação simbólicocultural com o território camponês à medida que esses jovens se apropriam do território, na perspectiva de uma identidade sócioespacial, assim, o PBF, a juventude e o território mantêm uma ligação entre o concreto e o simbólico, no campo do (in)material em que uma dimensão também constrói outras.

A decisão dos jovens de voltar para o campo, mesmo estabelecendo a mobilidade entre campo-cidade se configura uma decisão política, pois os mesmos estabelecem diversas relações de poder entre diferentes contextos e realidades. Há uma relação contraditória entre as políticas públicas no município de Boqueirão e o acesso dessas pela juventude, não existem políticas específicas para a juventude do campo em Boqueirão e as políticas transversais quase não chegam aos territórios camponeses, o que limita as possibilidades desses jovens de terem uma vida com mais dignidade. Não questionamos a importância que o PBF representa para as famílias beneficiárias e dos mínimos impactos provocados pelo seu acesso. O que é questionado é a forma como a política de transferência de renda – o PBF – é posta, sem uma articulação das políticas macroeconômicas e sem as reformas estruturais, como a reforma agrária, tributária, entre outras, o PBF continuará sendo apenas uma política compensatória das desigualdades no Brasil. Por fim, o PBF não resolverá a questão da pobreza, pois serão necessárias mudanças estruturais na política e no campo socioeconômico do país.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa está fundamentada no método do materialismo dialético, em que parte de determinismos objetivos que se materializam no processo histórico numa interpretação dialética da realidade. O referente estudo busca compreender como a juventude camponesa se relaciona com o PBF, quais são suas estratégias de uso desse Programa e o que isso representa para o território camponês. Nesse sentido, a dialética é o método escolhido porque “esgueira-se por trás da casca dos fenômenos, procurando a profundidade dele, porque crê numa realidade que não se dá à primeira vista [...]” (DEMO, 2012, p. 99). A dialética trabalha o fenômeno da transição histórica, em que se configura a superação de uma fase histórica sobre a outra. Dessa forma, é um processo em movimento originado, a partir das contradições que ocorrem numa constante mutação da realidade, moldando, criando e recriando a história.

Dentro deste enfoque, a pesquisa abordou um estudo analítico qualitativo. Considera-se, portanto, por uma pesquisa de campo, pois há uma aproximação maior entre o investigador e o objeto de estudo. Deu-se uma abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2011, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2011, p. 21).

E também se reportou a elementos quantitativos necessários para complemento da pesquisa que, conforme Minayo (2011), quando bem trabalhados, enriquece a pesquisa com maiores informações e com maior aprofundamento, dando à pesquisa mais confiabilidade interpretativa.

A princípio, foi feito um levantamento bibliográfico referente à temática abordada com o objetivo de organizar, mapear autores e pesquisas realizadas, tendo em vista que precisamos considerar estudos relevantes na área de conhecimento investigado. Em seguida, tivemos o processo de identificação dos sujeitos pesquisados.

Esta etapa da pesquisa foi uma das mais difíceis, pois muitas dificuldades foram encontradas. Não conseguimos os dados sobre as famílias rurais beneficiárias do PBF, pois a Secretária de Assistência Social do município não os tinha, o sistema de cadastro das famílias não tinha informações básicas, como a quantidade total de famílias beneficiárias que vivem no campo, nem das comunidades, foco deste estudo. Assim, limitou-se a definição da amostragem, pois não foi possível identificar o número total de beneficiários do PBF. No

entanto, através do contato com lideranças comunitárias – os Agentes de Saúde – foi possível fazer uma estimativa dessa amostragem, pois as mesmas acompanham as famílias beneficiárias do PBF, que, obrigatoriamente, precisam levar as crianças para a pesagem e serem acompanhadas de forma regular nas Unidades Básicas de Saúde da Família, porém, tal procedimento ainda mostrou-se limitante, porque as famílias que não tenham crianças para pesagem, ou mulheres grávidas para acompanhamento do pré-natal, podem ficar de fora desse levantamento. A Secretaria Municipal de Saúde de Boqueirão forneceu os dados referentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que são acompanhadas pelas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) na zona rural do município, porém esses dados deixam de fora as famílias não cadastradas nas UBSF.

Das famílias estimadas, foi necessário identificar os jovens de 15 a 29 anos que residiam com os seus genitores ou eram casados (as) e beneficiários (as) do PBF a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde e pelos Agentes Comunitário de Saúde das respectivas comunidades.

Após essa identificação, fizemos o convite aos jovens para participarem da pesquisa. Os critérios utilizados para a aplicação dos questionários e entrevistas foram: ser jovem, entre 15 a 29 anos; residir em comunidades rurais; e ser família beneficiária do Programa Bolsa Família. Conseguimos realizar onze (11) entrevistas, cinco (05) em Taboado de Cima e seis (06) em Marinho, sendo que os jovens entrevistados também responderam aos questionários, ambos aplicados de forma individual.

As pessoas tinham medo de responder às questões porque achavam que a pesquisa era do Governo Federal e tinha o intuito de cortar o PBF, mas aos poucos eles iam compreendendo o objetivo deste estudo, pois tínhamos uma liderança da comunidade nos acompanhando nesse processo de coleta de dados.

Foi priorizada a análise das entrevistas abertas, pois a partir destas se tornou possível fazer uma análise qualitativa, ouvindo os jovens para compreender as implicações provocadas no território camponês e para a juventude e suas famílias, dentro de uma relação dialética do acesso ao PBF. Por meio de um roteiro de questões, a juventude entrevistada ampliava o debate e, a partir das respostas surgiam outras perguntas. Os questionários foram importantes no processo de inserção e acompanhamento junto aos jovens camponeses das comunidades investigadas, pois auxiliou este trabalho com os dados mais quantitativos, principalmente, no que corresponde ao aspecto familiar e comunitário. Como a juventude solicitou a não divulgação de sua identidade, de modo que esta pesquisa resguardou o anonimato e a

confidencialidade dos participantes, foram dados nomes fictícios a cada jovem entrevistado, e foi-lhes assegurado o direito à preservação de suas identidades.

Mesmo com a dificuldade de mensurar uma amostragem mais abrangente, considerou-se a análise dos dados coletados pelos questionários e entrevistas realizadas em duas comunidades do campo no município de Boqueirão-PB. Para entendermos melhor a relação da juventude investigada com as Políticas Públicas no município, também foram aplicados questionários com os gestores das secretarias municipais de Boqueirão-PB e com trabalhadores da prefeitura municipal – uma Gestora Escolar, uma Agente de Saúde Comunitária e uma jovem prestadora de serviço (ambas trabalham no campo) –, além da aplicação de um questionário com a Secretária de Estado de Juventude Esporte e Lazer da Paraíba.

Estes instrumentos metodológicos possibilitaram desvendar as contradições, as divergências e as similaridades dos contextos vivenciados pela juventude do campo; analisar as possibilidades e limites sociais, políticos e econômicos que se relacionam com esses jovens, abordando as diferenças sob o aspecto de gênero e geração.

Para a conclusão deste trabalho, foram feitos levantamentos bibliográficos, que investigaram com mais profundidade a situação socioeconômica da população beneficiária do PBF, em especial a juventude do campo no município de Boqueirão e do território do Cariri Oriental Paraibano com a finalidade de mensurar as implicações desse Programa sobre o território camponês.

3 CAMPESINATO, JUVENTUDE E LUTA SOCIAL

3.1 Questão Agrária do Estado da Paraíba

A posse e o uso da *terra* se dão de formas diferenciadas pelos indivíduos, a partir de determinações históricas. Já no século XV as sociedades europeias denotavam o *valor da terra* como “propriedade privada” e os nativos que viviam na América concebiam a *terra* como “uso comum, comunitário”. O período colonial para a América Latina e Caribe significou a imposição da visão européia aos nativos, submetendo-os à lógica de mundo que custou a transformação de suas culturas, modo de vida e o extermínio de várias sociedades indígenas que viviam nesse território.

Arruda e Piletti (1999) retratam que esse processo de violência ocorre devido a uma profunda crise econômica que a Europa passou nesse período, necessitando explorar novas rotas marítimas, a fim de encontrar metais preciosos para acumulação de riquezas e poder.

No decorrer do século XIV, a Europa passou por uma crise econômica e social de enormes proporções, marcada por guerras, rebeliões populares, diminuição da produção agrícola, fome prolongada e uma epidemia de peste negra que matou mais de um terço da população. Passada a tormenta, a economia européia conheceu um período de grande crescimento. Mas, em meados do século XV, surgiram obstáculos a essa expansão, configurando uma crise de crescimento. Uma das saídas encontradas para a superação da crise foram as Grandes Navegações. A partir do século XV, os europeus se lançaram à exploração de mares que pouco conheciam. Essa aventura permitiu a abertura de novas rotas para os mercados tradicionais do Oriente, além do encontro de novas fontes de metais preciosos para a cunhagem de moedas. Os pioneiros na expansão marítima foram os portugueses e espanhóis, seguidos por ingleses, franceses e holandeses. (ARRUDA; PILETTI, 1999, p. 175)

No Brasil Colônia, ocorre uma grande concentração de terras, a partir do sistema de sesmarias, pois somente tinha acesso à terra uma pequena minoria de pessoas, aquelas que possuíam certos recursos e posses, ou seja, criando uma elite agrária brasileira. Portanto, o sistema de capitânicas hereditárias dividiu o território brasileiro em 14 faixas lineares, sendo 12 donatários – pessoas da pequena nobreza que recebiam como doação terras, as quais detinham o poder de administrá-la. Os donatários organizavam as terras em lotes (sesmarias), as quais eram doadas para aquelas pessoas com posses capazes de investir na produção agrícola, principalmente na cana-de-açúcar.

Assim, a partir das sesmarias se originam os latifúndios da zona da mata do Nordeste, que ainda hoje dominam a zona açucareira e, mais adiante, com a

doação das sesmarias no interior, surgiram os latifúndios do sertão e agreste. (GURJÃO, 2001, p. 5)

A apropriação do território brasileiro, aqui retratando a Paraíba, se constituiu, portanto, pelo viés da dominação econômica, política e cultural: a expropriação das terras – com base em uma produção monocultora para exportação –, a catequização dos nativos e o trabalho escravo. A produção açucareira e a criação de gado são o início do processo de intensificação da concentração fundiária e da exploração predatória da terra na Paraíba. Somado à exploração do trabalho dos índios paraibanos pelos portugueses, a igreja tinha um papel fundamental no que se refere à implantação de uma ideologia para naturalizar o domínio dos colonizadores sobre o território e os indígenas.

Segue esse domínio, através da “limpeza” do território no litoral, em que, primeiramente, se instalaram os engenhos e o desenvolvimento da produção açucareira, os portugueses avançam para os sertões – todas as áreas que ficassem “além de vinte léguas da costa era Sertão” (GURJÃO, 2001, p. 29), ou seja, Cariri, Agreste, Brejo e Sertão, todo o interior da Paraíba.

Após ter o avanço do monocultivo açucareiro foi à vez da criação de gado, o objetivo dos colonizadores foi estabelecer grandes fazendas de gado no interior paraibano, onde habitavam as tribos Tapuias que se dividiam em dois grupos: cariris e tarairiús.

Segundo classificação mais recente, feita pelo professor José Elias Borges, os Cariris constituíam o menor grupo indígena no interior da Paraíba, a maioria pertencia ao grupo dos Tarairiús. Fundamentado em documentos históricos, antropológicos e lingüísticos, o referido autor afirma que muitos traços culturais distinguem os dois grupos de tapuias: cariris e tarairiús. (GURJÃO, 2001, p. 27)

Houve várias lutas de resistência indígena contra o poderio do colonizador, no entanto, mesmo resistindo muitos índios foram escravizados. Por anos houve muitos conflitos, um dos mais conhecidos foi a chamada “Confederação dos Cariris” ou “Levante dos Tapuias”, e também denominada de “Guerra dos Bárbaros”.

Os portugueses enviaram vários bandeirantes para enfrentar os índios e de forma violenta, muitos índios foram assassinados. Somente os bandeirantes Teodósio de Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho degolaram 260 índios. (GURJÃO, 2001). Teodósio saiu povoando o interior da Paraíba e deixando rastro de sangue e crueldade contra os índios Tapuias, este seguindo o curso do Rio Paraíba chegou a Boqueirão, Piranhas e Pilar.

Nessa trajetória de colonização do estado da Paraíba, a resistência indígena foi marcante e demonstra a força dos povos originários em defesa de seus territórios, da sua

cultura e identidade. Esse processo de colonização representou, pois, um massacre dos nossos indígenas e uma grande desigualdade no acesso a terra, ocasionou uma alta concentração fundiária. O Teodósio e seus parentes se tornaram grandes latifundiários – proprietários de grandes extensões de terras no Estado da Paraíba.

Assim, a formação territorial de Boqueirão se deu com a entrada dos bandeirantes entre os anos de 1670 a 1730 em que a família Oliveira Ledo e seu patriarca Antônio de Oliveira Ledo, seguindo as margens do Rio Paraíba, saiu da atual cidade de Cabaceiras para explorar terras para a criação de gado. Dessa forma, acompanhados de índios capturados do grupo mateiros da nação, Cariri-Dzubucúá pronunciaram “CÓ NIO INDIÓ” – quer dizer, abertura de fazer-se entrar – ao avistarem o território de Boqueirão. Funda-se a Aldeia de Carnoió¹, principalmente depois da chegada do missionário Teodoro de Lucé em 1670, ao mesmo tempo em que cerca o primeiro curral as margens do Rio Paraíba, se inicia a missão religiosa com a catequese dos índios. (SOUZA; BRITO; ANDRADE, 2013)

Vai se consolidando ao longo do processo histórico da Paraíba um problema fundiário, em que uma minoria elitizada se apropria das terras, passando a ter total domínio político, econômico e religioso no território – sobre os povos originários e demais gerações descendentes dos negros escravizados e de camponeses empobrecidos.

Falar de problema fundiário nos remete a discutir o que seria a questão agrária. Dessa forma, é importante fazer uma breve discussão sobre o tema. A partir do século XVIII até o século XX, teóricos estudam o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os pensadores clássicos analisando esse movimento do capital que entra no processo de organização da produção agrícola – a terra se torna propriedade privada. Isso acarretou consequentemente, pelas questões já discutidas, o aumento da concentração fundiária.

Assim sendo, num primeiro momento a expressão problema agrário das sociedades capitalistas nasceu como sinônimo da elevada concentração da propriedade da terra, que impedia o desenvolvimento do mercado interno (STEDILE, 2012, p. 640).

O conceito de estrutura agrária está relacionado no sentido jurídico e socioeconômico com os direitos relativos ao uso, posse e propriedade da terra (DELGADO, 2014). Portanto, essa desigualdade da posse, uso e propriedade da terra fazem inadequada a estrutura agrária brasileira. E a questão agrária reflete, pois, os problemas dessa inadequação.

¹Inicialmente o município de Boqueirão recebeu a expressão indígena Coniodió e “na medida em que a língua nativa no lugar foi se misturando aos sotaques bilíngües dos colonos portugueses, foi perdendo o sentido textual, alterando gradativamente para cornayó, carnaiô e por fim se toponimizou carnoió” (SOUZA; BRITO; ANDRADE, 2013, p. 36).

Stedile (2012) retrata que o conceito de questão agrária hoje corresponde à área do conhecimento científico que procura analisar como se dá o uso, a posse e a propriedade privada da terra em diferentes contextos históricos e em determinadas sociedades.

Assim, em distintos contextos, o direito sobre a terra foi estabelecido de diferentes maneiras. No período colonial, o regime de sesmarias implicava em conceder terras aos donatários, possuidores de condições para alavancar a produção agrícola, as terras que não estivessem cumprindo as exigências do regime eram devolutas para a Coroa e esta tinha controle e poder para transferir suas terras ao poder privado. A partir do final do século XVIII, a aquisição da terra aconteceu pela posse. Conforme aponta Silva (1996, p. 81),

[...] No período entre 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido com a fase áurea do posseiro.

Esse controle das propriedades fundiárias pela Coroa e por pessoas particulares – fazendeiros e latifundiários – implicava urgente elaborar e formular legislações que regulamentassem a estrutura fundiária, pois iria impulsionar “[...] o desenvolvimento da economia e a construção do Estado Nacional, [...] São estas as condições para a modernização política que refletiria na solidificação do sistema imperial”. (PODELESKI, 2009, p. 47).

No século XIX, ocorre um processo de transformação do sistema capitalista, passando de uma economia comercial para adentrar a uma economia baseada na indústria, exigindo mudanças nas relações socioeconômicas em diversos setores, inclusive a terra passa a ser uma mercadoria de grande valor comercial. Apesar de que no Brasil, o avanço industrial tenha sido tardio, foi sancionada em 18 de setembro de 1850 Lei 601, chamada Lei de Terras, pois era necessário de arcabouço jurídico que controlasse o regime das sesmarias e regularizasse a posse das propriedades das terras que crescia de forma desregular. E em 30 de janeiro de 1854, através do Decreto 1.31812 é autorizado o Regulamento para execução da Lei de Terras, com o principal objetivo de regularizar as terras de todos seus posseiros por meio do registro. No entanto, essa Lei de Terras não teve seu objetivo cumprido e a posse irregular de terras continuou acontecendo por meio de documentos forjados. Percebe-se que esse arcabouço jurídico tem um objetivo tático bem definido, constituiu no interesse do Império em manter o controle e o domínio sobre as terras.

Mesmo no aspecto jurídico, a estrutura fundiária no Brasil não foi modificada e a desigualdade do acesso à terra continua sendo marca central nesse processo. Dessa forma, o tema da reforma agrária entra no cenário com muita força e várias propostas referentes a essa

questão são elaboradas no Brasil, desde os anos 40 aos anos 60, diversas pessoas apresentam projetos que são desconsideradas ou arquivadas pelo Estado, a exemplo do senador Luiz Carlos Prestes – bancada do Partido Comunista Brasileiro – que em 1946 apresentou uma proposta no Congresso Constituinte, mas sem sucesso; e do deputado, Leonel Brizola que elaborou um projeto de lei com ideias esquerdistas, também foi arquivada. (STEDILE, 2012)

Ocorreu uma forte pressão da sociedade e dos movimentos camponeses, em torno da busca legal para a resolução do problema agrário. Assim há diversas formulações teórico-políticas da questão agrária nesse período. Em diversos países da América Latina entre os anos de 1950 e 1960, bem como a experiência em Cuba de uma reforma agrária, intensifica ainda mais movimentos em torno de uma mudança fundiária no Brasil.

Surgem no Brasil diversos movimentos camponeses com grande capacidade de articulação e mobilização: as Ligas Camponesas, com mais incidência no Nordeste; União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS); Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), com mais força na região Sul; Frente Agrária Católica; e a efetivação dos Sindicatos Rurais, a partir de 1963, pois antes desse momento era proibida.

No entanto, esse processo de movimento pela Reforma Agrária é barrado pelo Regime Ditatorial. O que estava por traz do golpe militar era impedir que esse movimento de massa avançasse e que, por meio de mobilizações, alcançasse as ditas reformas de base, rompendo com as estruturas dominantes no campo brasileiro, um dessas reformas era efetivar a reforma agrária clássica².

Em seguida ao golpe militar em 1964, o governo ditatorial teve como uma de suas primeiras iniciativas a promulgação da Lei nº 4.504 no dia 30 de novembro de 1964, chamada de Estatuto da Terra que se constituiu no contexto de crise, o governo tentava redefinir as alianças para a manutenção ao novo regime. Segundo Mendonça (2006, p.37), o governo aposta numa reforma fundiária, pois quer com isso “ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos industriais”, por ter uma característica antipopular os trabalhadores rurais não são incorporados dentro dessa proposta de reforma agrária.

Logo o que se percebe é que o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito do técnico e da eficácia, deixando de lado o

²Esse tipo de Reforma Agrária foi o primeiro realizado pelo Estado burguês. Sua característica principal é o fato de essas reformas terem sido feitas com legislação aplicada por governos da burguesia industrial. O objetivo principal desses governos era aplicar o direito republicano e democrático de garantir a todos os cidadãos o acesso à terra e também desenvolver o mercado interno para a indústria, com a distribuição de terra e renda aos camponeses até então desprovidos de bens. (STEDILE, 2012, p. 660-661).

movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente. (MENDONÇA, 2006, p. 38)

Assim, o Estatuto da Terra, mesmo acontecendo contraditoriamente dentro de um governo ditatorial, representou um processo anterior da pressão de movimentos camponeses. E apesar do avanço progressista do mesmo, suas ideias não saíram do papel. O que aconteceu durante o período militar, foi um profundo investimento para a chamada “modernização conservadora” da agricultura.

Machado e Machado Filho (2014) retratam que esse processo de modernização da agricultura, também chamada de “Revolução Verde” se inicia logo após a II Guerra Mundial, traduzindo-se como alternativa de progresso, avanço e rentabilidade econômica para enfrentamento dessa realidade. A Fundação Rockefeller, de origem norte-americana, começou a exportar a “revolução agrícola” dos Estados Unidos para o México como primeiro passo para disseminá-la para o mundo inteiro.

Machado e Machado Filho (2014), ao analisarem resoluções da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação) e do Banco Mundial, apontam que a “Revolução Verde” é a principal responsável pela chegada do capitalismo no meio rural na década de 60, que introduz o cultivo de monoculturas e também grande degradação da biodiversidade.

Logo, esse processo de construção do apogeu do capitalismo no campo brasileiro caracterizou-se como um processo gerador de profunda desigualdade e altamente excludente, custeado por um regime ditatorial e por um aparato institucional. (MENDONÇA, 2006, p. 74).

Dentro dessa lógica, a terra passa a ter um valor de mercado muito alto e não mais sob a força do domínio de grandes latifúndios (ainda continua), mas de grandes grupos que viam na modernização da agricultura um ótimo negócio. “Diante dessa peculiaridade, as facilidades oferecidas pelo Estado começaram a atrair para o setor agrário capitais os mais diversificados [...]” (MENDONÇA, 2006, p. 75).

Machado e Machado Filho (2014) afirmam que a “Revolução Verde” não foi nenhuma “revolução”, tampouco “verde”. Sua essência está no financiamento do capital financeiro, controlada por grupos multinacionais que introduziram insumos modernos e detém as patentes das sementes, modificando o ambiente com o cultivo das monoculturas se disseminando a reprodução do capital.

Os principais beneficiários dessa nova configuração do capital foram os grandes proprietários de terras e empresários. Este modelo hegemônico de desenvolvimento traduz novas formas de colonização, de impactos sociais, políticos, econômicos e ambientais, e

provoca a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a não demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, o não reconhecimento dos territórios pesqueiros, a concentração de terra e da renda, o desemprego, a insegurança alimentar – gerada pela o uso de agrotóxico e a introdução das sementes transgênicas – a perda da biodiversidade, a devastação ambiental e a ausência de condições mínimas de sobrevivência para as famílias camponesas.

É isso que consiste essencialmente a nossa questão agrária. E ela se resume nisto: que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase com exclusão e unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada a terra e nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada de livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO, 2000, p. 32).

A Reforma Agrária, portanto, tem um papel muito importante para o desenvolvimento territorial camponês. A redistribuição das terras possibilitaria a eliminação dos conflitos pela terra, a possibilidade de trabalhadores sem terra produzirem, a geração de renda e dignidade para a população do campo.

Na Constituição de 1988 são inseridos os princípios jurídicos da função social e ambiental da propriedade da terra que estavam inseridos no Estatuto da Terra, mas que no governo ditatorial não foram levados em consideração. Trata no artigo 184 que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988)

Segundo Delgado (2014), ocorreram duas mudanças bastante expressivas, mas ao mesmo tempo contraditórias na estrutura agrária que configuram vestígios do período ditatorial. A primeira corresponde a essa mudança conceitual formal do direito da função social expresso na CF/88 que incorpora os princípios da função social e ambiental da terra, ressaltando os direitos territoriais dos indígenas e dos quilombolas. A segunda retrata a nova configuração da economia política, principalmente nos anos 2000, que coloca em cheque a função social da terra, a partir do desenvolvimento da agricultura, do agronegócio, baseada na alta mercantilização dos espaços territoriais.

[...] a função social da propriedade fundiária, justamente com as salvaguardas das terras indígenas, quilombola e das florestas públicas, dependem essencialmente das normas regulamentares de política agrária e

das regras e práticas da administração pública, na ausência das quais os princípios e diretrizes constitucionais são inócuos. (DELGADO, 2014, p. 31)

Portanto, o cerne da questão é que, mesmo sendo garantida constitucionalmente, a desapropriação por interesse social, tudo isso depende de normas jurídicas que regulamentem toda a política agrária, juntamente com a administração pública, sem as quais o que prevalece na CF/88 sobre o direito à terra não será efetivado. Além disso, irá prevalecer a norma mercantil sobre tudo que corresponde ao setor agrário, como forma de acumulação capitalista, provocando grandes desigualdades no acesso à terra, conflitos por territórios, desequilíbrios ambientais e consequências socioeconômicas.

Conforme Delgado (2014), a modernização conservadora da agricultura no período militar e o atual contexto do agronegócio têm em comum a tendência total de mercadorização das terras e a escusa de toda ação que possa levar a reforma da estrutura agrária, pois prevalece a sua regulação pelo mercado de terras e arrendamentos rurais, sendo as instituições estatais facilitadoras desse processo.

Dessa forma, a questão agrária é percebida pelo conflito de classes e disputa de dois projetos sociais distintos que se materializam no território. Se, por um lado, temos a luta de camponeses pelo acesso à terra, às condições dignas no campo e à construção de um desenvolvimento territorial baseado na relação justa homem-natureza, temos, por outro lado, grupos de transnacionais e multinacionais, dominando territórios que se reafirmam e reproduzem diante de um discurso ideológico assentado no “desenvolvimento econômico”, sendo o Estado o principal mediador através da política neoliberal introduzida no Brasil na década de 90.

No território paraibano a correlação de forças é permeada pelas organizações e movimentos sociais contra o monopólio do capital no Estado. Segundo o levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (2015) das ocorrências de conflitos por terra no Brasil, somente no ano de 2015 na Paraíba foram registradas 14 ocorrências de conflitos por terra, envolvendo um total de 649 famílias, entre sem terras e posseiros. Em termos nacionais, o Brasil apresenta um total de 771 ocorrências que envolvem 81.602 famílias. Esses dados evidenciam o conflito e as contradições existentes por terra e a urgência da reforma agrária no país.

Atualmente, o domínio das terras no Estado, a exploração de grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras camponesas e a devastação do meio ambiente avança pela

consolidação do modelo econômico hegemônico. Conforme analisa a Declaração do Encontro Unitário da Paraíba, por Terra, Território e Dignidade³:

Essa nova realidade se expressa no avanço da monocultura da cana no litoral, num movimento do capital agora comandado por grandes corporações agroindustriais internacionais, a exemplo do grupo belga *AlcotraBio Energy* e do grupo Francês *Louis Dreyfus Commodities*; na expansão dos perímetros irrigados, como o caso das Várzeas de Souza, reforçando um modelo assentado no uso intensivo de agroquímicos e motomecanização pesada (empresa Santana), e grupos estrangeiros que promovem o “hidroagronegócio orgânico” (DECLARAÇÃO..., 2013, p. 2).

É um cenário preocupante, pois representa, ao mesmo tempo, o avanço dos interesses de grandes empresários e a precariedade da vida de milhares de camponeses. A citação nos remete problematizar o “hidronegócio orgânico”, que se apropria de grandes extensões de terras, expropria direitos territoriais e incorpora o projeto de privatização das águas, como é o caso da transposição do Rio São Francisco.

A respectiva Declaração (2013) ainda mostra a presença marcante de empresas transnacionais de mineração no Estado da Paraíba como é o caso da empresa Elizabeth e Brendan que produz cimento na região litorânea, a empresa Von Roll, que explora rochas e minerais no Curimataú, a CG mineração e Metalonit, que exploram o caulim e talco nas regiões do Seridó e Sertão, além de outras que fazem extração mecanizada de areia ao longo dos Rios Mamanguape e Paraíba.

Este contexto manifesta claramente o domínio territorial de grandes grupos econômicos no Estado da Paraíba que expropriam o direito à terra dos camponeses, exploram os trabalhadores e destroem o meio ambiente. Em diferentes contextos de nosso processo histórico, os povos originários com seu próprio modo de vida, diferente das formas colonizadoras impostas, aqui, em nossa América Latina e Caribe, bem como no Brasil, vem lutando para resistir em seus territórios e para preservar a sua cultura.

Os camponeses, com seu diferente modo de organização, distinto do atual modelo de agricultura para meio rural brasileiro – o agronegócio – vem pondo em evidência outro modelo que vai de encontro ao agronegócio.

Para entendermos essa correlação de forças, vamos discutir, de forma breve, o papel do campesinato brasileiro, categoria conceitual que, ao longo do tempo, também foi abordada

³ Essa Declaração foi a síntese do Encontro Unitário Estadual com diversas organizações e movimentos sociais do campo que se reunirão em 2013 na capital do Estado, juntando camponeses, sem-terra, quilombolas, povos indígenas, atingidos por barragens, sindicalistas e técnicos rurais com o objetivo de discutir às questões agrárias, os desafios e a luta de classe em torno da Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade. (Ver Anexo III)

e alvo de debates por vários teóricos. Assim, trataremos no próximo subtópico do debate em torno do campesinato e o seu projeto político para o campo.

3.2 O campesinato: projeto político para o campo

As discussões em torno da categoria campesinato são permeadas por muitas polêmicas e controvérsias. Tanto a academia quanto os movimentos sociais do campo (como o MPA e a Via Campesina)⁴ vem abordando o tema e contribuindo com algumas reflexões que subsidia numa análise mais aprofundada da condição camponesa no Brasil. Abordaremos de forma breve algumas correntes de pensamento sobre essa categoria conceitual – pois o objetivo desse trabalho não é aprofundar o debate sobre campesinato –, mas principalmente, reportaremos à algumas reflexões das discussões da Via Campesina que, frequentemente, aborda o campesinato como projeto político para o campo.

No que se refere à categoria campesinato existem algumas tendências de estudos, em que apontam a existência de duas correntes de pensamento: *ortodoxa*, a qual traz a perspectiva do *fim do campesinato* com o processo de proletarianização dos camponeses. Defendem essa linha de pensamento os autores marxistas ortodoxos, como Kautsky, Engels e Lenin; e a outra corrente é a da *continuação do campesinato*, modo de vida camponês subordinado ao capitalismo ou se rebelando a essa subalternização. Autores como Vergapoulos (1986), que mesmo apontando a subordinação dos camponeses ao capital, não entende que o campesinato esteja desaparecendo, já autores como Horácio Martins de Carvalho (2005) e Edgard Malagodi (2004) reafirmam a força do campesinato, tratam dentro da perspectiva da resistência.

Carvalho e Costa (2012) apontam que algumas análises marxistas clássicas afirmam que o campesinato não conseguiria existir com o capitalismo. Dessa forma, ocorreria a transitoriedade do campesinato pelo capitalismo por dois caminhos: *Via Prussiana* – com o domínio latifundiário e o controle das terras pela aristocracia e oligarquias se modernizariam a produção e transformariam as propriedades em empresas capitalistas; e o segundo caminho seria pela “*Via Democrática*” – Através das instituições a estrutura do latifúndio se romperia e o campesinato passaria por outro estágio mais avançado, a ponto de haver uma acumulação

⁴A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade. (FERNANDES, 2012, p. 767).

de riquezas pelos/as camponeses/as, os quais se tornariam grandes empresários/as, esses tendo o domínio das terras conseguiriam absorver a força de outros trabalhadores camponeses pobres que conseqüentemente perderiam sua autonomia e sua característica camponesa, se tornando proletariado.

A constituição ou afirmação dos camponeses enquanto classe, no sistema capitalista é um pensamento dos Populistas Russos de que, a condição dual de consumo e produção coloca a família camponesa num inevitável dilema: entre as necessidades surgidas para o desenvolvimento da família e as condições para concretizar essas necessidades. (CARVALHO; COSTA, 2012). Assim, diante desses fatores, os teóricos da linha ortodoxa reafirmam que o campesinato está predestinado a acabar, na medida em que algumas famílias camponesas se tornariam capitalistas, enquanto a grande maioria se tornaria assalariada – fato que acontece pela diferenciação de renda da terra –, o campesinato também estaria com a sua produção predestinada a se transformar em agricultura capitalista.

Vergapoulos (1986) defende que o campesinato está predestinado à subordinação ao grande capital, mas isso não implica no desaparecimento do camponês como sujeito político. Conforme Carvalho (2005, p. 171):

O Campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista.

Chayanov (1985) coloca a especificidade da economia camponesa, baseada na produção familiar com o objetivo de garantir sua própria existência e a satisfação das necessidades da família. Esse processo ocorre por meio da relação entre trabalho (força de trabalho que a família camponesa dispõe) e consumo (quantidade dos dependentes da família). Quando a unidade de produção familiar precisa fazer reajustes às situações novas provocadas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, ocorre uma redefinição do equilíbrio entre suas necessidades e a sua capacidade de trabalho, intercedida por uma relação com o mercado.

Nessa lógica de raciocínio, mesmo o camponês inserido dentro do sistema burguês – sendo impossível tratar o campesinato como “territórios livres” – ele não concebe a terra como produto para acumulação de riquezas, assim como faz o agronegócio (indústria agrícola), denotando a terra e aos indivíduos um valor econômico para geração de lucros. Conforme diz Almeida (2008, p. 309) “[...] o campesinato se apresenta como condição social oposta a do agronegócio, este entendido como expressão máxima da terra de negócio [...]”,

dessa forma, para o camponês, a terra é bem social, reprodução da vida, portanto, podemos afirmar que o território camponês é modo de vida.

Fernandes (2005) apresenta o paradigma do fim do fim do campesinato e traz a ideia de que contraditoriamente a capitalização da terra contribui na reprodução do campesinato, na medida que os proprietários de terras e capitalistas arrendam terras para os camponeses ou dão condições para o avanço da produção camponesa. Assim, o campesinato se recria por meio de arrendamento, compra e ocupações de terras. Nesse sentido, esse paradigma compreende a importância do campesinato para o desenvolvimento territorial.

Ainda, Fernandes (2005) menciona outro paradigma que surge no final do século XX que trata da metamorfose do campesinato, o qual acredita-se que o campesinato chegou ao fim, mas o trabalho familiar na agricultura permanece. O conceito de agricultura familiar vem substituir o de campesinato, dentro de um viés dualista do atrasado para o moderno, ou seja, a metamorfose do camponês para o agricultor familiar.

São discussões conceituais diversas que brevemente foram pontuadas, mas que estão longe de chegar a uma resolução teórica da categoria campesinato, aqui neste trabalho nos posicionamos, a partir do entendimento que o campesinato se afirma no processo de resistência ao grande capital de diferentes modos pela produção de alimentos, beneficiamentos, extrativismos, trabalho assalariado, contratação de trabalhadores, entre outras maneiras. Dessa forma, pode-se afirmar que esse novo campesinato trata o camponês como um sujeito político que não quer perder seu modo de vida na terra, que resiste e busca produzir soberania alimentar, soberania territorial e não está disposto a perder sua autonomia para o capital. Dessa forma, a natureza do campesinato é a garantia da reprodução familiar e conforme as condições de suas realidades existirão formas diferenciadas de campesinato.

Para os camponeses, o trabalho é baseado na mão de obra da família, em que o desenvolvimento das forças produtivas envolve os respectivos elementos: “os meios de produção, o convívio com a natureza e o cooperativismo” (CARVALHO, 2010, p. 1). Podemos analisar que esse processo de assalariamento e/ou de buscas de trabalho informais concedem as famílias camponesas uma autonomia relativa ao capital, dessa forma, reafirmamos o que diz Carvalho e Costa (2012): o campesinato está firmado sobre a reprodução social familiar.

O esforço das famílias camponesas para encontrarem um padrão reprodutivo que lhes permita a reprodução social da família sem tenderem para uma diferenciação social – quer pela hipótese da proletarização, quer por sua transformação em pequenos burgueses agrários, com a introdução de relações sociais de produção de assalariamento -, pressupõe que, mesmo em distintos contextos sociais afirmem a sua autonomia relativa perante as

diversas frações do capital com as quais se relacionam nos diversos mercados onde se inserem. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 119).

Essa autonomia relativa da unidade de produção camponesa está associada à identidade de resistência, essa que está firmada na busca por barrar a expansão do capital nos territórios camponeses, mas que precisará redefinir e transformar essa identidade para a construção de uma identidade de projeto, em que os camponeses se constituem como atores sociais capazes de mudar sua posição na sociedade e as estruturas sociais da mesma. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, campesinato e capitalismo são incompatíveis e obtêm duas racionalidades totalmente distintas e contrárias. A lógica capitalista é a exploração da força de trabalho assalariado, a exclusão social, a destruição dos recursos naturais, a eliminação de seus concorrentes no mercado para garantir monopólio econômico e político. Já o campesinato tem em vista a qualidade de vida da família camponesa e do trabalho da família, além de defender um projeto societário para o campo.

O campesinato contemporâneo é uma realidade presente e massiva que envolve milhões de famílias no Brasil e, no mundo, cerca de um quarto de toda a humanidade. Ele traz em si, apesar da violenta expansão capitalista sobre o campo, um potencial projeto social estratégico muito distinto e muito além das abordagens sócio-antropológicas do campesinato de outrora. (CARVALHO, 2010, p. 2)

As lutas camponesas em distintos momentos históricos exemplificam o elemento político da categoria campesinato. Os camponeses sempre fizeram enfrentamento contra a lógica do capital. Aqui no Nordeste, as lutas camponesas quase sempre estão relacionadas à luta pela terra, desde o período colonial aos dias atuais como foi discutido anteriormente. Duas grandes lutas que demarcaram o território Nordestino foram as Ligas Camponesas e a Guerra de Canudos, como expressão de organização e mobilização social e política dos camponeses e camponesas.

As Ligas Camponesas na Paraíba representaram essa força da luta pela terra. Iniciada no município de Sapé no ano de 1958, teve como principais figuras João Pedro Teixeira, assassinado no período da Ditadura Militar, e sua esposa, Elizabeth Teixeira, mulher que estava nas lutas e resistências, e que, após o assassinato de seu esposo permaneceu firme na luta em defesa dos camponeses.

Outra referência de destaque já na década de 80 é a líder Margarida Maria Alves, que se destacou como força feminina em defesa de uma vida digna para os camponeses. Os e as camponesas ao lutarem pela terra se auto-afirmam como sujeitos políticos, propondo outro modelo de desenvolvimento territorial camponês, diferente do modo capitalista.

Os embates travados pelos camponeses são pelas condições mínimas para sua reprodução, como o acesso à terra e ao território, principal bandeira dos (as) camponeses. Ver se a informação está repetida. Segundo Silva (2014), o Movimento dos Pequenos Agricultores traz a discussão que se a reforma agrária fosse realizada no Brasil com a divisão de todas as propriedades acima de mil ha (que são 47 mil propriedades) em lotes de 100 ha, ocorreria uma nova estrutura de desenvolvimento pois:

Seriam criados 2.920 mil novos estabelecimentos agrícolas, quase 3 milhões de novas famílias camponesas. Contanto que a agricultura camponesa ocupa 15 pessoas a cada 100 há esta reforma agrária geraria 21.000.000 de empregos, ao invés dos 2.400.000 criados hoje pelo agronegócio. Contando que a pequena propriedade gera uma renda média de 667,00 por há, geraria um PIB de 99 bilhões, ao invés dos 53 bilhões gerados hoje. (SILVA, 2014, p. 31)

Atualmente avança o agronegócio nos territórios camponeses, expropriando recursos naturais, gerando conflitos por terra, introduzindo grandes projetos, como barragens, que frequentemente provocam rompimentos, devastam territórios e expulsam camponeses de seu lugar de morada, o que corta o vínculo da família camponesa com a terra e bens naturais, além de retirar o direito dessas famílias à terra e ao território. O domínio do grande capital no campo, com o modelo do agronegócio, na maioria das vezes é financiado pelo próprio Estado, assim, há pouco investimento público para os e as camponesas.

É historicamente recente o apoio explícito, ainda que sob diversas reservas, que os governos têm dispensado ao que se denomina oficialmente de ‘agricultura familiar’ e ou ‘os pequenos produtores rurais no campo’. Mesmo nas áreas de colonização oficial desde a década de 1950 (ou mesmo antes), onde foram assentados milhares de camponeses, esse apoio sempre foi precário e insuficiente para que a maioria dessas famílias pudessem se consolidar de maneira continuada e relativamente autônoma perante o capital. O mesmo se dá e deu com as áreas de assentamentos de reforma agrária no país. (CARVALHO, 2012, p. 23).

Há um apoio irrisório do governo para a produção camponesa. Quando se tem investimento ou ação do Estado direcionada a atender aos camponeses empobrecidos no Brasil são destinadas políticas extremamente compensatórias e assistencialistas que reforçam a atual estrutura agrária brasileira, ou ainda é preconizada por instituições que têm como modelo de agricultura o agronegócio. Mediante um contexto de ausência de políticas públicas para a população do campo, o não acesso à terra dificulta a reprodução social do campesinato. No entanto, os camponeses em extrema pobreza no Brasil vão encontrando formas de se reproduzirem dentro dessa lógica excludente do capital e de seu avanço no território camponês.

Portanto, a construção de uma identidade social de projeto do campesinato significa superar a autonomia relativa dos camponeses perante as ações do capital, sobretudo compreender que a lógica da concepção do campesinato está ligada às questões específicas da cultura camponesa e de superação ao modelo de agricultura estabelecida pelo capital (CARVALHO; COSTA, 2012).

Nesse contexto histórico mundial, os camponeses não somente afirmam o seu modo de produzir e de viver como distinto daquele modo de produção imposto pela dominação-hegemonia capitalista, como sugerem no cotidiano da sua reprodução social que outro processo civilizatório é necessário para que a relação homem-natureza seja redefinida. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 9)

O campesinato, dentro desse sistema socioeconômico vigente – o capitalismo – se apresenta, pois, como ator político, incisivo e extremante importante no enfrentamento ao modelo ditado por esse sistema no campo brasileiro. O campesinato, com seu projeto político, entra na disputa de terras e territórios, na defesa dos recursos naturais, entre outras demandas. O agronegócio tende a mercantilizar, desde a terra ao camponês, os transformando em meros objetos do capital. Ter presente e atuante o campesinato na práxis social fazendo embate direto por meio das organizações e movimentos sociais é relevante para a resistência e, em longo prazo, propiciar mudanças estruturais capazes de assegurar a autonomia dos camponeses.

Falar de juventude é falar de diversidade, sujeitos quem vivem em vários contextos, criam suas formas de representação social, política e cultural. Embora, os jovens do campo tenham características comuns, se faz necessário retratarmos brevemente as relações estabelecidas entre as categorias de JUVENTUDE RURAL e JUVENTUDE CAMPONESA que ora se mesclam, ora se distanciam.

3.3 Categorias de juventude: Juventude Rural e Juventude Camponesa

Nesse subtópico iremos ensaiar uma discussão sobre as *categorias de Juventude: Rural e Camponesa*, categorias que por ora se confundem ora se interagem, numa relação dialética. No resgate à literatura referente ao estudo de juventude, existe uma diversidade de nomeações que fazem referências à juventude do meio rural. Uma das categorias mais trabalhadas, principalmente no campo acadêmico, é *Juventude Rural*, alguns autores como Castro (2009); Durston (1998); Carneiro (1998); Strapasolas (2006); Wanderley (2006) fazem

menção a essa nomeação. Além dessa, há ainda a conceituação de juventude como *Jovens Agricultores* (WEISHEIMER, 2004).

É possível perceber que estudos referentes a pesquisas sobre a temática da juventude rural no meio acadêmico vêm crescendo e mostrando um interesse em aprofundar reflexões dessa categoria. Outro trabalho nessa perspectiva é o de Weisheimer (2005), que traz um panorama do debate acadêmico brasileiro sobre a temática da juventude rural no período de 1990 a 2004, numa abordagem quantitativa dos trabalhos referenciados via internet. Nos trabalhos analisados ele identificou 14 maneiras diferentes de denominar os jovens do meio rural: Alunos rurais; Jovens; Jovens agricultores; Jovens do campo; Jovens do interior; Jovens do sertão; Jovens empreendedores rurais; Jovens empresários rurais; Jovens filhos de agricultores; Jovens rurais ribeirinhos; Jovens sem-terra; Juventude em assentamento rural; Juventude escolar rural; Juventude rural. Assim:

Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais – que por sua vez são diferentes entre si – e aos processos de socialização. Nesse sentido, é mais correto privilegiar as noções de juventudes e jovens rurais no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas. (WEISHEIMER, 2005, p. 26)

Barcellos (2014) faz uma análise da construção da categoria juventude rural nos anos 2000, levanta marcos históricos que delineiam o surgimento dessa categoria e menciona os vários eventos que acontecem nesse período, apontando um processo de organização da juventude, tanto pelas instituições e movimentos sociais, quanto pelo Estado.

Conforme aponta Barcellos (2014), no ano de 2005 são formulados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o selo Nossa Primeira Terra (NPT) dentro da linha Jovem. Ações do governo de extrema importância para a juventude rural. Foi com o governo Lula (2003-2010) que se intensificou uma estrutura político-administrativa específica para abordar o tema de juventude pelo Estado Brasileiro. Processos de articulação e de uma relação de disputas entre organizações e movimentos sociais que se originam no ano de 2005 a Secretaria Nacional de Juventude SNJ e a institucionalização do Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE (BARCELLOS, 2014). Iremos detalhar melhor isso no tópico políticas públicas.

Assim, para além do âmbito do Estado, instâncias organizativas de juventude emergem no interior dos movimentos sociais, exemplo disso são os sindicatos como a – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação Nacional

dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) que mantém em suas estruturas organizativas, secretarias de juventude, as quais compõem as diretorias executivas. Também retrata a Via Campesina que mais adiante iremos abordar.

A CONTAG e FETRAF fazem uso da categoria *jovens rurais, juventude da agricultura familiar*. Encontramos no site da CONTAG (SOBRE..., 2017) que a juventude se organiza em comissão denominada *de Jovens Trabalhadores (as) Rurais*. No entanto, ao designar o quem somos, a CONTAG afirma:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completou 50 anos de fundação em 22 de dezembro de 2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. (QUEM..., 2017a).

A própria CONTAG mensura que atua com uma diversidade de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais são “agricultores (as) familiares, acampados (as), assentados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Referente à Juventude da CONTAG, a comissão nacional tem o seguinte objetivo:

A Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) está prevista no artigo 31 do Estatuto da Contag. Foi criada para cumprir a importante missão de sugerir, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva da Confederação, propostas e estratégias para a superação dos problemas da juventude rural. Sua atribuição é organizar e capacitar a juventude do campo, incentivando a participarem das atividades sindicais, favorecendo a sua atuação como agentes do desenvolvimento rural alternativo sustentável e solidário. (O QUE ..., 2007)

Notamos referências às categorias de juventude rural, de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais. Já a FETRAF tem como objetivo central

Os objetivos principais da FETRAF-BRASIL/CUT são: Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; Construir um projeto de desenvolvimento Sustentável e Solidário. A Federação trabalha com os princípios de liberdade de expressão, pela democracia e por mais espaço de participação. (QUEM..., 2017b)

Percebe-se que a FETRAF tem como base de sua atuação os denominados agricultores (as) familiares, o fortalecimento da agricultura familiar, a juventude da FETRAF, portanto se identifica com essa categoria social. Assim, percebemos que além de “jovens rurais” também aparece designação de “*jovens agricultores familiares*”, geralmente, classifica a juventude como *filhos de agricultores rurais*, além de reportar-se aos jovens que, de alguma maneira produzem no “meio rural”.

Existem diferentes formas de atuação tanto por parte do Estado, quanto por parte das organizações e movimentos sociais no que se refere às mesmas questões sociais de juventude. Barcellos (2014, p. 67), aponta que em 1990 e início dos anos 2000 se verificou a concretização de estudos técnicos e acadêmicos referentes à produção familiar, uma agricultura que se moldou como alternativa ao modelo de agricultura moderno vigente, inicialmente não abarcou todos os chamados “produtores familiares”. E assim, há uma incorporação da agricultura familiar, enquanto categoria expressiva no trato das políticas públicas pelo Estado brasileiro.

O que podemos destacar é que a categoria juventude rural está evidenciada e incorporada pelo ESTADO brasileiro para o desenvolvimento de Políticas e Ações específicas para esse público e que, ao buscar as auto-representações por diversas organizações e movimentos sociais, a juventude tenta afirmar sua existência e seus projetos políticos. Nesse sentido, afirma Medeiros (2002) para a problematização da agricultura familiar ou camponesa no nosso país é relevante compreender as correlações de forças e disputas existentes sobre essa categoria e essa transição entre conceitos e categorias políticas para extrair as facetas desse processo, a fim de conseguirmos diferenciar os diversos projetos em disputa, os quais, também se estabelecem entre essas categorizações.

[...] Assim, a identificação, que aparece muitas vezes no discurso político de organizações representantes dos atores que se consideram agricultores familiares, relacionam-se à existência de processos e disputas visando o reconhecimento e diferenciação da categoria – o que acontece também com relação a mulheres, jovens, quilombolas e outras categorias –, bem como a constituição de formas de atuação que evocam a formação de singularidades entre esses atores. (BARCELLOS, 2014, p. 67)

É possível perceber que a categoria JUVENTUDE RURAL é usada, muitas vezes, por parte do Estado de forma genérica para se referir a uma dimensão heterogênea das juventudes que vivem no contexto do campo. Embora se sabe que os diversos movimentos juvenis e organizações sociais sempre buscam reafirmar suas identidades políticas, sociais, econômicas

e culturais, pois significa a demarcação de espaço, tanto para romper com a invisibilidade, quanto para consolidar políticas e ações do Estado aos grupos afins.

Ao optarmos em utilizar o termo juventude do campo neste trabalho, estamos afirmando que a juventude das comunidades do Taboado de Cima e do Marinho do município de Boqueirão não se identificam como juventude camponesa numa perspectiva política que se organizam em movimentos sociais, mas que se identificam com território camponês – mais adiante iremos discutir – o que nos permite situar esses jovens em torno da cultura camponesa. Entendemos que existem diferentes juventudes dentro do território camponês e, por isso, abordaremos os termos *Jovens do Campo* e *Juventude Camponesa*, na busca desse resgate de terminologias que demarquem a valorização da cultura camponesa.

No próximo subtópico trazemos um pouco da realidade vivenciada pelas juventudes inseridas no universo do campo, abordando o que significa ser jovem do campo, diante dos desafios e possibilidades vivenciadas por estes sujeitos.

3.4 O que significa ser Jovem do Campo?

Segundo Novaes (2007, p. 1) “a juventude é compreendida como tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isso mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências”. Os jovens vivenciam uma etapa de preparação para enfrentar as exigências em várias dimensões da vida, interpessoal, social, econômica e política. A necessidade do trabalho, da participação e da inserção que desenvolvam a prática da cidadania, a urgência de ações políticas para a construção de sua emancipação. “Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação”. (NOVAES, 2007, p. 1)

Por muito tempo a juventude foi tratada pelo viés da invisibilidade. Segundo Durston (1998), nos anos de 90, o conceito de invisibilidade era bastante trabalhado para se referir aos vários sujeitos do meio rural, inclusive à juventude. Já nos anos 2000, conforme pontua Castro (2009), surgem várias expressões de juventude rural que contribuem para romper com a invisibilidade, no mesmo processo em que ocorre a sua construção, enquanto ator social.

Conforme afirma Wanderley (2007), os jovens rurais vivem o que se denomina de duplo “enquadramento”. Eles sofrem a desvalorização do campo no espaço urbano, caracterizando-os de forma estigmatizada como os roceiros, peões atrasados, sem conhecimento. E ainda, são vistos e colocados numa posição de subalternidade nas relações

familiares, assim como na sociedade. Isso, segundo Castro (2012), seria um paradoxo, pois a concepção de jovens, frequentemente, é vinculada ao futuro e a transformação social, porém há uma deslegitimação na participação das juventudes em espaços de decisão da família, das comunidades rurais, nos conselhos representativos. Castro (2012) também coloca que a frequente associação da imagem do jovem camponês como o desinteressado pelo campo, contribui também para a sua invisibilidade.

A conceituação de que a juventude não é uma categoria homogênea, segundo Novaes (1998), entre as décadas de 80 e 90 começa-se a falar em *Juventudes*, passando a entender esses sujeitos na sua heterogeneidade. São sujeitos que estão inseridos em diferentes contextos e realidades, com distintas identidades de ser jovem.

[...] Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Com efeito, qualquer que seja a “faixa etária” estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes. (NOVAES, 2006, p. 121-122)

Tentar acionar a juventude como mais que uma palavra, definindo essa categoria como população, movimento social, cultura ou mesmo para se autodefinir, implica classificá-la dentro de relações entre pessoas, entre classes sociais, relações familiares e de poder. (CASTRO, 2012). Portanto, é preciso compreender as múltiplas realidades em que esse público está inserido e as contradições que permeiam no meio rural, em que os jovens são afetados diretamente.

Alguns teóricos vêm estudando algumas questões referentes ao processo de sucessão rural e das migrações urbano-rural. O estudo de Silva e Menezes (2007) retrata as migrações sazonais de jovens rurais do Estado da Paraíba para São Paulo. Outro aspecto sempre discutido entre estudiosos sobre juventude se refere às Políticas Públicas e Cidadania.

A juventude do meio rural vem sendo pautada, tanto pela academia, quanto pelos movimentos sociais, bem como ganhando destaque nas ações e discussões do Poder Público. Pelo Estatuto da Juventude são considerados jovens aqueles entre a idade de 15 a 29 anos. Aqui a juventude aparece com o aspecto geracional, onde o enfoque biológico é central, colocando a juventude dentro de uma faixa-etária de idade (BRASIL, 2013). No Brasil, a população jovem corresponde, em termos gerais, a 51 milhões de pessoas, sendo cerca de 8 milhões de jovens vivendo no campo, com idade entre 15 a 29 anos (IBGE, 2010). Desses jovens rurais, cerca de 4 milhões se concentram na região Nordeste. Esses 08 milhões de jovens vivendo no campo apresentam uma realidade diversa: são jovens quilombolas,

indígenas, ribeirinhos, trabalhadores rurais, acampados, assentados, vivendo em diferentes territórios com diferentes biomas, culturas etc.

Castro (2009), ao fazer um estudo, a partir dos jovens inseridos em movimentos sociais do campo, abordando a questão da juventude como categoria organizativa e política, aponta que a juventude rural ganha visibilidade no campo acadêmico, na sociedade como categoria social, mas é pouco percebida como categoria política. Mais adiante, iremos tratar da juventude camponesa enquanto categoria política.

A juventude do campo está inserida em diversas realidades e distintos contextos sociais e tem algumas características comuns, quando nos referimos ao acesso às políticas públicas e ao que chega para essa população. A partir do desenvolvimento industrial, impulsionado pelo governo Vargas, na década de 30, as políticas brasileiras priorizaram substancialmente ações voltadas para o setor urbanoindustrial. As políticas de Estado que se destinam ao campo são direcionadas ao agronegócio, em detrimento das poucas ações desenvolvidas para o fortalecimento do campesinato, incluindo a juventude do campo.

Castro (2009), em seu estudo com jovens inseridos em movimentos sociais do campo: CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), retrata a dificuldade da juventude camponesa no que se refere ao acesso à terra, à trabalho e à renda desses jovens.

Ainda abordando o trabalho de Castro (2009), é possível verificar o limite do acesso à terra dessa juventude, apenas 9% dos jovens entrevistados que fazem parte da PJR disseram ser responsáveis pela terra e/ou lote, já da FETRAF 11% dos jovens afirmam am ser responsáveis e dos que atuam na CONTAG, 16%. A grande maioria desses jovens moram com seus genitores.

Neste emaranhado de exclusão e subalternização da juventude do campo, há a clara disputa de classes sociais. Essa questão não se mostra diferente no Estado da Paraíba, onde é realizada a pesquisa, conforme mostra a Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (2014). A juventude em todo o território paraibano com idade entre 15 a 29 anos de idade equivale a 1.026.335 pessoas, deste total, 22,6% são jovens que não estudam e estão inativos, sendo 14,5% homens, 30,5% mulheres e 23,7 de jovens negros e índios, revelando uma desigualdade de gênero e etnia. Dos óbitos ocorridos nessa faixa etária que foram registrados entre agosto de 2009 e julho de 2010, chegam a um total de 20.785 mil óbitos. Segundo os dados do censo 2010 do IBGE, no estado da Paraíba são 250.422 mil

jovens que vivem no campo, desses 8.797 mil residem no Cariri Oriental Paraibano. A microrregião do Cariri Oriental da Paraíba pertencente à mesorregião da Borborema.

A subalternidade ou a pouca autonomia da juventude do campo no seio da família camponesa é uma das marcas desses sujeitos. Na unidade familiar, o domínio paterno é, geralmente, algo predominante nas relações familiares, frequentemente colocando a mulher e os jovens sob o poder de decisão do pai, principalmente no que se refere ao processo produtivo, ficando numa posição ainda mais subalterna a jovem mulher camponesa. A pesquisa de Brumer (2007) mostra que há uma tendência na reprodução nas definições de papéis de gênero, os jovens tendem a acompanhar o pai nas atividades de produção agropecuária e as jovens tendem a desempenhar, junto com a mãe, as tarefas domésticas.

Castro (2009) revela que há uma boa participação das jovens mulheres em eventos promovidos pelos movimentos sociais, citando a relação dessa participação entre jovens homens e mulheres nas diversas faixas etárias nos espaços da CONTAG, do MST e PJR, revelando que há certo equilíbrio no que concerne à participação das jovens e dos jovens camponeses. No entanto, é uma participação que está longe de resolver a questão de gênero, enraizada há séculos. Dentro desses eventos se discute, pelas próprias mulheres do campo, a situação de desigualdade vivenciada por elas. Pressupõe-se com esse elemento trazido por Castro (2009) que há uma participação tímida das mulheres, pois geralmente as mesmas não ocupam espaços de decisões em diversos contextos. A luta, resistência e organização delas constituem um dos fatores principais para romper com as diferenças nas relações entre homens e mulheres. É fato que existe a abertura dos movimentos sociais em discutir questão de gênero, mas há muito ainda para caminhar.

As mudanças nas relações de gênero e geração se fazem necessárias no processo de construção do território camponês. Não é possível pensar um desenvolvimento territorial que não seja capaz de incorporar as mudanças e as transformações nas relações de gênero e geração, é preciso repensar novas formas de romper com as desigualdades nas relações sociais, entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a autonomia para as jovens mulheres e as juventudes é uma bandeira de reivindicação imprescindível para se pensar o território camponês. Brumer (2007) pontua algumas reivindicações de jovens filhos e filhas de agricultores familiares do sul do Brasil: o acesso a uma renda própria, em que possam administrar seus recursos; e a autonomia, principalmente com relação aos pais. Dessa forma, a independência financeira favorece a autonomia dos jovens, pois a falta de renda da juventude do campo os deixa *sob o controle quase que permanente dos seus genitores*. Assim, uma das alternativas encontradas por esses

é a busca frequente por trabalho assalariado no meio urbano, o que ocasiona uma ruptura temporária ou permanente com a atividade agrícola (BRUMER, 2007). No entanto, é possível que essa juventude também busque trabalho assalariado nas grandes produções de monocultivo agrícola.

Wanderley (2003) analisa o contexto social de alguns municípios do interior pernambucano, e observa que há dificuldade no que corresponde às possibilidades de geração de trabalho e renda. As famílias estão inseridas em um contexto de precariedade social e usam de estratégias, como diversificar a produção agropecuária e/ou a migração para o Recife ou Rio de Janeiro, como forma de garantir a sua reprodução social.

Somado às desigualdades de gênero e geração, as dificuldades do acesso à terra, trabalho/emprego, a vida da juventude camponesa é marcada pela ausência de políticas públicas, como educação, saúde, promoção da cultura, esporte, pouco acesso a créditos para o fomento à produção agrícola, entre outras. Segundo um estudo do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgado no ano de 2013 em áreas de atuação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRGA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) nas regiões Nordeste e Sul, 83% dos jovens revelaram o desejo de permanecer no campo. Isso mostra que nem sempre o desejo de ficar no campo significa ter as condições necessárias para isso (CASTRO, 2013).

Podemos afirmar que ser jovem do campo significa enfrentar diversas questões que dificultam a vida no campo: a subalternidade atrelada ao patriarcado fortemente marcada nas relações de gênero e geração; e a ausência de condições materiais e estruturas que garantam a reprodução social destes sujeitos. É nesse contexto que se insere a juventude do campo, permeado por relações sociais contraditórias.

No próximo subtópico iremos discutir sobre a emergência da juventude camponesa como categoria política, juventude que se organiza e se mobiliza em torno da efetivação de suas demandas e de um projeto político.

3.5 Juventude Camponesa: uma categoria conceitual com intencionalidade política

Diante dessa diversidade de categorias de juventude é arriscado pontuar apenas uma como referência para tratarmos das questões de juventude nos aspectos: social, cultural, econômico e político. Cabendo futuros estudos acadêmicos referentes à temática. Mas, ao tratarmos nessa pesquisa da categoria JUVENTUDE CAMPONESA estamos nos reportando

ao aspecto político que ela denota para os que se auto-identificam com a mesma, especialmente para reafirmar o projeto político dos camponeses e camponesas.

Segundo Mansan (2008), no período do Regime Ditatorial no Brasil, o governo reprimiu severamente as Ligas Camponesas e a identidade enquanto campesinato foram sendo desconsideradas e aniquiladas. Atualmente, muitos movimentos sociais do campo vêm resgatando essa terminologia de campesinato – demarcam uma posição política e uma construção da identidade do ser camponês. Podemos citar como ensaios desse resgate na academia, as pesquisas de Mansan (2008) e Gaspareto (2010) que trazem para o debate a categoria de juventude camponesa.

A Via Campesina articula no Brasil e internacionalmente organizações e movimentos sociais camponeses, a sua forma de organização é por meio de rede e com respeito às diferentes realidades desses movimentos. A característica comum dos membros da via campesina é o posicionamento político, em que suas ações estão voltadas para contrapor às políticas neoliberais do grande capital. No Brasil, ela foi constituída em 2001 e dentre outros movimentos que a compõe podemos citar MST, MAB, MAM, MMC, entre outras, os quais dispõem de espaços organizativos de juventude chamados de Coletivos de Juventude, sendo que a PJR é uma pastoral de âmbito nacional que atua especificamente com o público jovens do campo. A própria Via Campesina coloca a necessidade de pautar as questões da juventude e tem um espaço denominado de Coletivo de Juventude Nacional da Via Campesina Brasil.

Mansan (2008) destaca que a Juventude da Via Campesina ao se identificarem como juventude camponesa demarca “uma identidade de resistência e de luta, uma identidade que dá força para eles ficarem na roça e para lutarem por políticas sociais mais justas”. (MANSAN, 2008, p. 121). Nesse sentido, a Via Campesina demarca seu projeto político dentro do viés da categoria campesinato como um modo de vida, um modelo econômico e social que faz enfrentamento e resiste ao avanço do capital no campo. Assim, o fato de se identificar como juventude camponesa é um processo de resistência que denota o resgate da cultura camponesa. Podemos mensurar que os jovens da Via Campesina “[...] buscam uma identidade de classe [...]”. (MANSAN, 2008, p. 120)

A pesquisa de Mansan (2008) traz o debate em torno das identidades de juventude da Via Campesina, numa perspectiva da “construção histórica e política que se constituem na práxis dos movimentos sociais” (p. 64). “[...] a juventude da Via Campesina é formada pela multiplicidade das juventudes das organizações, além de um diálogo entre jovens de diferentes movimentos [...]”. (MANSAN, 2008, p. 63-64).

Dessa maneira, a juventude camponesa da via campesina é uma categoria também em construção pelos movimentos sociais que a compõem. (MANSAN, 2008). Como afirma Castro (2009), a juventude se constitui como grupo social que se afirma na luta, seja na participação em eventos, manifestações públicas e formas organizativas de determinados movimentos sociais, se fazendo visíveis, tanto para as organizações sociais quanto para a sociedade (CASTRO, 2009).

Portanto, podemos pontuar que esse grupo social também se coloca e se auto-afirma enquanto juventude camponesa, quando se organiza em movimentos sociais, quando reivindicam suas demandas para o setor público, quando participam de controle social, mas acima de tudo demarcam um projeto político, um modelo de desenvolvimento para o campo – o campesinato – e para o Brasil. Podemos, a partir dessas discussões, afirmar que a juventude camponesa se configura como uma categoria política.

O propósito é compreender a construção da identidade dos Jovens da Via Campesina como algo em movimento e que está emergindo no contexto de luta dos movimentos sociais, os quais se encontram preocupados com vários fatores, incluindo: dar respostas práticas à sua juventude, ao passo que enfrentam o modelo capitalista de produção em uma possibilidade concreta de um renovado viver dos sujeitos camponeses. (MANSAN, 2008, p. 64)

Para Castro (2009), nos espaços e documentos produzidos pelos jovens que se mobilizam e se organizam demonstram que as demandas específicas de lutas dos jovens estão intrinsecamente ligadas às mudanças estruturais na realidade do campo brasileiro. Essa participação e inserção nos movimentos sociais apontam para um fenômeno em *movimento* que permeiam contradições e conflitos.

[...] Neste sentido, o processo de disputa por reconhecimento da juventude rural tem sido um lócus para analisar a categoria juventude, seus diferentes contextos e como estes ressignificam, reinventam “antigas” práticas políticas e criam novas. (CASTRO, 2009, p. 189)

Os movimentos sociais do campo e a juventude camponesa organizada resistem ao avanço do capital no campo, uma das ações que demonstra isso foi a ocupação, de cerca de dois mil jovens, da Fazenda Pompílio, que conta com uma média de 2 mil hectares de cultivo de milho transgênico à beira da BR 158, que liga a cidade de Palmeira das Missões à região oeste de Santa Catarina. Essas ações fizeram parte da programação do 14º Acampamento Latino Americano de Juventude da CLOC/Via Campesina entre os dias 20 a 23 de novembro de 2014, em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul que teve como principal objetivo debater a questão agrária e urbana dentro de um processo de avanço do capital que provocam

mazelas na vida das juventudes e dos recursos naturais, fortalecendo a unidade entre as organizações latino-americanas na construção de outro modelo de desenvolvimento territorial.

Dessa forma, os e as jovens camponeses, quando ocupam o monocultivo de milho transgênico denunciam a concentração da terra e seu uso, bem como apontam as consequências do agronegócio e demarcam a necessidade do desenvolvimento territorial camponês e de políticas que garantam o desenvolvimento desse projeto, com investimentos do Estado para a agricultura baseada na agroecologia e no respeito com a natureza. Abaixo, a imagem da ocupação.

Figura 1 – Ocupação da Fazenda Pompílio, Palmeira das Missões – SC



Fonte: MST (2014).

A juventude camponesa segue se organizando em busca do Projeto Popular para o Brasil que ocorram as mudanças estruturais, como a reforma agrária, urbana e tributária para melhorar as condições de serviços públicos como a saúde, educação, transporte, cultura, esporte e lazer, ou seja, a organização na luta por um conjunto de reformas democráticas, inclusive a política.

De acordo com a *Pesquisa Agenda Juventude Brasil*⁵ realizada pela Secretaria Nacional da Juventude – SNJ – em 2013, 91% dos jovens se colocam como protagonistas das mudanças. Ainda, 45% deles estavam presentes nas mobilizações de 2013, e 54% afirmaram que a política é uma dimensão importante.

A participação e a organização dos jovens camponeses constroem formas de resistência para a reprodução do território camponês e para a sua permanência no mesmo. No

⁵Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros que “busca levantar as questões da juventude de forma ampla e abrangente, de modo a possibilitar a análise sobre perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira” (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2013, p. 5).

trabalho de Gasparetto (2010), que tem como objeto de estudo as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina – MMC/SC, as jovens inseridas nesse movimento ressignificam as atribuições da família e o papel que historicamente é construído à mulher camponesa. As jovens mulheres do MMC reafirmam a agricultura agroecológica e demarcam o modelo de desenvolvimento territorial camponês à medida que:

A luta ofensiva contra as transnacionais, é considerada neste movimento, como elemento-chave que explica a tentativa de destruição da agricultura camponesa e o avanço de uma sociedade na perspectiva neoliberal e adquire importância visto que cada vez mais o campo se evidencia como um espaço conflituoso, de disputa, de concorrência, de diferentes concepções [...]. (GASPARETTO, 2010, p. 149)

A Pastoral da Juventude Rural, dentre outras formas de articulação, organiza a juventude do campo por meio dos Grupos de Produção e Resistência (GPR).

a) **Grupo:** É um espaço de cooperação entre jovens, podendo envolver adultos, especialmente familiares; b) **Produção:** Implica na organização do trabalho em vista da geração de renda, a partir de produtos provindos da agricultura in natura, mas de preferência já transformados (beneficiados, agroindustrializados), ou de produtos com matéria prima da natureza (artesanato, por exemplo) ou com serviços relacionados com a natureza e a cultura dos povos do campo, em seu sentido amplo (turismo rural, ecológico e cultural ou vivencial); c) **Resistência:** Porque o GPR nasce como uma proposta de criar condições para a permanência dos jovens e das jovens que querem viver no campo e nele produzir com nova relação com a natureza, distinta ao jeito do agrohidronegócio. Implica em assumir um modelo de produção no campo baseado na agroecologia. Esta resistência precisa ser ativa em vista da construção de um Projeto Popular para o Brasil. (COORDENAÇÃO NACIONAL DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL, 2014, p. 2, grifos nossos)

São jovens que buscam como alternativa e resistência à territorialização do agronegócio no campo à auto-organização. Essa juventude do campo que se articula em movimentos e organizações sociais demarca, defende e constrói o território camponês, à medida que recria novas formas de resistir ao modelo de desenvolvimento territorial de agricultura do grande capital. A juventude camponesa se constrói como sujeitos políticos, quando a situamos dentro de uma categoria maior que é o campesinato (MANSAN, 2008).

No próximo tópico, iremos discutir as políticas públicas e a juventude, compreendendo quais as relações que se estabelecem entre a juventude e as políticas, e vice-versa, como também, iremos analisar a Política de Transferência de Renda no Brasil, contextualizando-a dentro do Sistema de Seguridade Social.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A JUVENTUDE

4.1 Políticas Públicas e o Estado de Direito do Brasil

A principal característica das políticas públicas é ter o aparato público estatal como o eixo central para a sua realização, desde a elaboração à sua execução. Envolve os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como estabelece uma relação com a sociedade civil. Conforme Gobert e Muller (1987, apud HOFLING, 2001, p. 32), políticas públicas significam o “Estado em ação”, se constituem como o “fazer do Estado”, ou seja são ações concretas do aparelho estatal que tem como finalidade, consolidar os direitos firmados na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 foi resultado de um intenso processo de mobilização social pela redemocratização do Brasil que viveu um período político de Ditadura Militar, o qual prevaleceu de 1964 a 1985, representando um intenso momento de repressão aos movimentos sociais, com torturas, assassinatos, restrições à liberdade de expressão. A partir da década de 80 se intensifica no cenário político do Brasil grande participação de organizações políticas na busca para estabelecer as eleições diretas e a democracia. E em 1988 é proclamada a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 1º consta:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. (BRASIL, 1988)

O Estado Democrático de Direito, portanto, tem o dever de tratar todos, mediante esta Constituição Federal para assegurar os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e a dignidade humana. No seu artigo 5º retrata que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza [...]”. A ideia de igualdade entre os seres humanos é uma construção histórica, visto que, desde períodos mais antigos temos convivido com a ideia das diferenças como no período da escravidão. É importante compreender que essas diferenças estabelecidas entre os seres humanos é fator decisivo na luta por igualdade de direitos. Hoje se fala de tratar de forma diferenciada os que historicamente vivenciaram um processo de exclusão social para que essa igualdade venha a ser construída. Assim, abordar direito é relacioná-lo ao universal (CHAUI, 2003).

Telles (1999) observa que a igualdade resulta da “organização humana, portanto é orientada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais, nos tornamos iguais, como membros

de um grupo, por força de nos concedermos direitos iguais” (TELLES, 1999, p. 62). Porém, a igualdade político-jurídica dentro desse sistema socioeconômico vigente – o capitalismo – é passível de questionamento, pois uma sociedade em que uns terão a posse dos meios de produção e o controle da força de trabalho de outros, enquanto que a maioria apenas terá a força de trabalho disponível, demonstra que não é tão plena essa igualdade político-jurídica, portanto alvo de muitas críticas e debates. (MOLINA, 2012).

Se queremos consolidar a emancipação humana, teremos que acabar com a propriedade privada, em que produz uma exploração do ser humano, significa superar a emancipação política e a ideia de cidadania construída historicamente. “A construção da ideia da emancipação política tem suas raízes histórico-ontológicas no ato de compra e venda da força de trabalho, com todas as suas consequências para a sociedade capitalista”. (MOLINA, 2012, p. 589).

Conforme pensadores marxistas (GRAMSCI, 2000; LENIN, 1980) o Estado é burguês, defende os interesses da classe dominante. Na concepção marxista, o Estado é um aparato dotado de um conjunto de leis e regras para garantir a propriedade privada e coibir qualquer ação por parte da classe trabalhadora de transformação de sua posição social. Segundo essa visão, as políticas públicas são pensadas para manter o poder da burguesia.

Nessa perspectiva, é importante compreender que a ideia de não conseguir a emancipação humana dentro do sistema capitalista não quer dizer que não se deve levar em consideração a relevância da luta pelos direitos político-jurídicos. Ao contrário, a luta e a resistência por avanços em políticas que construam os direitos humanos é necessária e urgente, no entanto, é preciso entender que a plena igualdade de direito só é possível com a superação desse sistema atual.

Aqui fazemos um diálogo com a concepção de Estado Ampliado de Gramsci, que afirma que é resultado das relações sociais produzidas da inter-relação da sociedade civil e sociedade política. A primeira corresponde aos agentes sociais dos chamados aparelhos privados de hegemonia de uma classe ou fração dela, já a segunda está relacionada ao conjunto de aparelhos e instituições do poder público. A ideia de aparelhos de hegemonia é a de que a sociedade civil por meio de alianças vai construindo consciências capazes de alcançar a organização do Estado (MOLINA, 2012). Assim, “o principio de funcionamento da hegemonia: a visão de mundo (cultura) de um grupo se impõe sobre a dos demais grupos, sendo por eles partilhada” (MOLINA, 2012, p. 351). Dessa forma, a cultura é a condutora da consolidação da hegemonia que se estabelece por uma relação de disputas.

Essa relação de disputa vem se dando nos territórios camponeses, através da intensa execução de políticas neoliberais, principalmente, a partir da década de 90. No campo vem avançando o agronegócio, um modelo de agricultura que só fortalece o desenvolvimento do capital sob o domínio dos grandes grupos econômicos empresariais. Esse processo, dentre outros fatores, provoca a desterritorialização dos (as) camponeses (as), intensificando a pobreza no campo e aumentando os conflitos por terra.

Há, portanto, um processo de disputas de projetos de desenvolvimentos para o campo entre os camponeses e os capitalistas – reportados pelo agronegócio. Conforme mencionado, Fernandes (2014) trata das políticas públicas como expressão das contradições de projetos distintos e afirma que essas demarcam disputas territoriais.

Na última década, os movimentos camponeses têm conseguido influenciar mais a elaboração de políticas de desenvolvimento para a agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde, habitação, etc., ou seja, este conjunto forma as políticas de desenvolvimento territorial, disputando com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio. (FERNANDES, 2014, p. 2)

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser emancipatórias ou de subordinação, dependendo da correlação de forças permeadas pela disputa de modelos de desenvolvimento de agricultura, pois os territórios camponeses se baseiam no trabalho familiar, cooperativo ou associado, na diversificação de culturas agrícola e no cuidado com os recursos naturais, já os territórios capitalistas são constituídos pelo trabalho assalariado, bem como pela produção de commodities para exportação. Assim, quando se avança ações do agronegócio sobre territórios camponeses provoca a subalternização dos (as) camponeses (as) à lógica do mesmo. As políticas emancipatórias são desenvolvidas, através do protagonismo dos movimentos sociais e da sociedade civil, tendo participação efetiva e sua construção. (FERNANDES, 2014)

Dessa forma, os movimentos do campo tentam influenciar políticas públicas que potencializem o desenvolvimento territorial camponês, a partir das diretrizes da agroecologia, da educação do campo, etc. Os movimentos vêm construindo, debatendo e pressionando o Estado para garantir políticas que favoreça o desenvolvimento da agricultura camponesa, em que choça diretamente com o modelo de desenvolvimento das grandes corporações do agronegócio. (FERNANDES, 2014).

É no período pós-neoliberal que se ampliam as disputas por políticas públicas que demarcam modelos distintos de desenvolvimento rural no Brasil (FERNANDES, 2014). Nesse contexto, o Estado Brasileiro tenta ajustar perspectivas democráticas, ao mesmo tempo

em que demarcam ações e alianças políticas para garantir o desenvolvimento do capital (CARVALHO, 2008). As políticas neoliberais são a expressão desse processo, significando cortes de gastos públicos direcionados para as políticas sociais, desmonte dos direitos trabalhistas, privatização de empresas públicas, dentre outras.

Na atual fase do capitalismo, em que prevalece o capital financeiro e monopolista diante do movimento de globalização, vem ocorrendo esse desmonte dos direitos conquistados, sendo que a resistência e a luta das forças populares se fazem imprescindíveis na correlação de forças com o capital. Hoje, há uma intensificação da questão social e um agravo extremo nas condições de vida da classe trabalhadora, em que os direitos econômicos e sociais são minimizados, como o trabalho, educação, saúde, acesso à terra, moradia, entre outros (CARVALHO, 2008).

O processo social pela democratização remete à procedência da luta de classes. Esse processo de correlação de forças em que, ora os trabalhadores pressionam e cobram do Estado, ora o Estado concede à classe trabalhadora a fim de coibí-la, são fatores decisivos que influenciam a implantação dos direitos e de políticas públicas. As conquistas políticojurídicas para a classe trabalhadora, dentro desse sistema capitalista, sempre serão um embate de ideologias e modelos políticos de desenvolvimento territorial.

Dentro dessa perspectiva é que a Política de Transferência de Renda no Brasil vem com toda força. Assim, discutiremos no subtópico o surgimento dessa política, situando o PBF na Política de Assistência Social e dentro do Sistema Brasileiro de Garantia de Direito.

4.2 A Política de Transferência de Renda no Brasil

Já nessa seção, iremos trazer algumas análises, a partir dos dados coletados nas entrevistas dialogando com a discussão sobre a Política de Transferência de Renda e o que o PBF traz de possibilidades e desafios para os jovens do campo e suas famílias beneficiárias do PBF.

O Sistema de Proteção Social no Brasil é instituído nos marcos de mudança socioeconômica. A economia, que antes estava centrada no modelo agroexportador, passa a ser no modelo urbanoindustrial. Esse processo exige do Estado intervir nesse novo padrão de desenvolvimento econômico, e ampliam-se as funções do Estado e o Sistema de Seguridade Social é constituído, iniciando em meados da década de 40, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, em que o Estado passa a regular as relações sociais e econômicas –

nesse período há uma forte expansão das forças produtivas e do emprego baseado no modelo Keynesiano-fordista – o Sistema de Proteção Social se estende até a década de 60.

Nesse mesmo contexto, ocorre também um profundo reordenamento no que diz respeito às funções do Estado Nacional, quando o Estado passa a assumir, mais extensivamente, a regulação ou provisão direta no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo. (SILVIA; YAZBEK; GIOVANNI, 2012, p. 25)

O Estado, nesse contexto, amplia seu papel e executa ações de proteção social, e passa a investir nas políticas sociais. O Sistema de Proteção Social seguiu sua expansão nas décadas de 70 e 80 nos marcos do regime ditatorial com um projeto governista que favorecia a burguesia brasileira, e os programas e ações sociais do estado tinham um caráter compensatório à repressão do governo. Nesse período se intensificam as lutas e mobilização social pela democracia, a abertura política no país e a busca pela ampliação dos direitos sociais. Dessa forma, o resultado desse processo foi à consolidação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que coloca o conceito de Seguridade Social, incorporando à Assistência Social, à Previdência Social e à Saúde. Diz o artigo 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1988).

Essa conquista da universalização do direito à Seguridade Social, a partir da CF/88, não foi concretizado na prática, pois, a partir da década de 90 o Governo Brasileiro passa a adotar as medidas do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal. O conservador Congresso Nacional Brasileiro, nesse período, impede a regulamentação dos direitos sociais previstos na CF/88.

Nesse contexto, o Sistema de Proteção Social foi incapaz de proteger e garantir bem estar à população mais pobre. O Estado é convocado a não intervir na economia, e denomina-se de Estado mínimo, passando a assumir o papel central de ajustador da economia nacional

subordinado à economia internacional. A política social é secundária e todas as conquistas asseguradas pela CF/88 no que corresponde aos direitos sociais são vistas como impedimento ao ajuste econômico do Brasil que, segundo os princípios do neoliberalismo, deve seguir as exigências da economia global.

O Sistema de Proteção Social nos anos de 1990 é marcado pela fragmentação das políticas sociais, privatização dessas políticas mediante parceria entre Estado e o setor privado, descontinuidade dos programas sociais, distanciamento entre a realidade dos beneficiários e os que elaboram os programas sociais. Todas se constituem como ações de compensação à pobreza e não de direito universal.

Dessa forma, os Programas de Transferências de Renda Mínima são a forma para amenizar as desigualdades sociais e o crescimento da pobreza aprofundada nesse período. É importante salientar que os programas de transferência de renda para indivíduos ou famílias não são uma novidade no que diz respeito à Política de Proteção Social. A exemplo disso, temos os Estados Unidos, que executavam o Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes (AFCD) – que em sua origem atendia às viúvas com crianças nos anos de 1930. Já a França realizava o Código da Família e da Ajuda Social (1958), o qual estava resignado, conforme a renda familiar, benefícios monetários para atender crianças, adolescentes e suas famílias de forma geral.

No Brasil, a Política de Transferência de Renda tem sua afirmação histórica na Política de Assistência Social, que por sua vez se insere no âmbito do Sistema de Proteção Social Brasileiro. Assim, como prevê o art. 1º da Lei Orgânica de Assistência Social – lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Retomando o diálogo com Marx sobre o conceito de Estado, todos os instrumentos legais próprios de um Estado burguês terão um claro objetivo de coesão dos (as) trabalhadores (as) para impedir reações de tomada do poder. Nesse sentido, a Política de Assistência Social, dentro do Estado capitalista, assume caráter de concessão. Trazendo a concepção gramsciana do Estado Ampliado, podemos tratar dos processos de hegemonia de uma classe sobre a outra, permeado por uma relação de disputa, em que a classe trabalhadora, principalmente, é excluída do mercado formal de trabalho. Acessar a Política de Transferência de Renda

representa a construção de possibilidades da cidadania, compreendendo-a sob o aspecto da luta de classes.

Nos anos de 1980, os estudos e a própria prática política vão permitir uma apreensão das contradições da assistência social: ela é orgânica ao capital e ao trabalhador. Orgânica ao capital enquanto voltada prioritariamente para a subsistência da mão-de-obra de reserva ou como amenizadora do padrão mínimo de vida que a política salarial imprime à vida do trabalhador. Orgânica ao trabalhador enquanto substituta da renda mínima (ainda que submetida ao critério da necessidade), enquanto ainda possibilidade alternativa de acesso a condições mínimas de sobrevivência [...] (SPOSATI, 1995, p. 15).

A Assistência Social é direito do cidadão e tem como eixo central prover e atender às necessidades básicas da população. Em seu art. 2º tem por objetivos: “I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho [...]” (BRASIL, 1993). Essa política, portanto, está resignada para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, que por meio de políticas públicas visam a garantir os mínimos sociais. Nesse sentido, a assistência social é uma política de Estado e, dessa forma, também se configura como direito social. “Define-se, assim, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia dos direitos sociais” (SIMÕES, 2011, p. 189).

O art. 24º da LOAS trata dos serviços assistenciais, em que têm “tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais”. Já no art. 25º fala dos projetos de enfrentamento a pobreza, colocando a necessidade de “investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente” ações que favoreçam o desenvolvimento de capacidades para melhorar as condições de subsistência dessa população (BRASIL, 1993). É por isso que a Política de Assistência Social não pode estar desarticulada da Política MacroEconômica, pois sem a inclusão dessas pessoas, por meio do acesso aos direitos sociais, a prevalência da miséria continuará. Não é possível pensar a eliminação da pobreza, em sua forma estrutural, sem uma real redistribuição de renda. Portanto, se faz urgente a desconcentração da riqueza do Brasil, cobrando mais dos ricos e redistribuindo para aquelas em situação de pobreza e extrema pobreza. Conforme aponta Simões (2011), o conceito de pobreza está relacionado ao acesso de forma precária dos bens materiais por determinadas populações, em que garante apenas as necessidades básicas para subsistência. Já a população em extrema pobreza é aquela população cujo acesso é ainda mais limitado.

Como afirma Boschetti (2009, p. 328):

Reconhecer o direito à assistência social no âmbito da seguridade social não significa defender ou desejar que essa política seja a referência para assegurar o bem-estar ou satisfazer as necessidades sociais no capitalismo, pois adotar essa posição seria ter como horizonte uma sociedade de assistidos.

É nesse contexto de disputas e correlação de forças, em um cenário de perda dos direitos sociais por meio da adoção de uma política neoliberal originada no Brasil, principalmente na década de 90, que a Política de Transferência de Renda se estabelece com força no país. Dessa forma, surge a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima, que propõe introduzir-se por meio do imposto de renda negativo. O principal teórico que defendeu essa iniciativa no Brasil foi o Professor Antonio Maria da Silveira (1975) que elabora uma proposta de “redistribuição de renda” e denomina de imposto de renda negativo. Na década de 90, o senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, formula o projeto de lei de transferência de renda individual, e em 1991 apresenta no Senado Brasileiro o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), no qual:

[...] todos os residentes no Brasil com idade igual ou superior a 25 anos, cuja renda mensal bruta for menor que, em cruzeiros de abril de 1991, Cr\$ 45.000,00, em torno de US\$ 140, terão direito a um imposto de renda negativo, isto é, 30% da diferença entre essa quantia e seu nível de renda. Dependendo da disponibilidade de recurso e do desempenho do programa, essa porcentagem poderá ser elevada a 50%, pelo executivo. O Projeto de lei foi aprovado pelo senado brasileiro em dezembro de 1991, como apoio de todos os partidos e apenas três abstenções. (SUPLICY; CURY, 1994, p. 103)

Em 1992, esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, porém o Governo Federal não o sancionou. Algumas experiências foram executadas. Uma no Distrito Federal em 1995, quando o governador Cristovam Buarque inicia o Programa Bolsa Escola, sendo que o próximo governador eleito o finalizou e instituiu o Programa Sucesso no Aprender. Outra experiência foi no Estado de São Paulo no ano de 1995. No município de Campinas, o prefeito fundou o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima. Nesse mesmo ano, em Ribeirão Preto, também foi fundado o Programa de Renda Mínima.

No Brasil entre 1995 e 1996 mais projetos são apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado e em 1997 é aprovada a Lei 9.533 que autoriza o governo a contribuir em 50% com os municípios que desenvolviam o Programa de Renda Mínima. Já no ano de 2001, é sancionada a Lei 10.219/01 vinculado à educação – O Bolsa Escola. A respectiva Lei no artigo 1º, § 1º retrata que o Programa constitui: [...] “o instrumento de participação financeira da união em programas municipais de garantia de renda mínima

associados a ações socioeducativas, sem prejuízo da diversidade dos programas municipais”. (BRASIL, 2001)

No dia 9 de janeiro de 2004, é criado o Programa Bolsa Família por meio da Lei 10836/04. No artigo primeiro, parágrafo único diz:

O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, 2004).

Portanto, o PBF se constitui no Governo Lula pela junção dos programas de renda mínima federal. O mesmo atende especificamente dois públicos alvos: a) famílias de extrema pobreza com renda “per capita” de R\$ 77,00; b) famílias em situação de pobreza, com renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00. O Programa apresenta quatro tipos de benefícios: 1. *Benefício Básico* que é concedido às famílias em extrema pobreza mesmo que não tenham filhos – crianças e jovens; 2. *Benefício Variável* que é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que tenham crianças, gestantes, nutrízes, adolescentes ou jovens; 3. *Benefício Variável Vinculado ao Adolescente* que é concedido as famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola; 4. *Benefício para a Superação da Extrema Pobreza* que é concedido às famílias com renda “per capita” inferior ou igual R\$ 77,00 mesmo depois de receber o valor dos benefícios do PBF.

O foco desse programa são famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, fazendo um recorte a partir da renda “per capita”. Essas famílias são desprovidas ou com limites no acesso aos bens materiais capazes de assegurar suas necessidades básicas, como o direito à alimentação, moradia, trabalho, entre outras, para essa população, em distintas realidades, lhe é negada o direito à vida.

A ausência de Estado na concessão e garantia de direitos conforma a situação de pessoas sem direitos a terem direitos. Com isso o Estado brasileiro decretou sua *morte civil*, estas pessoas, portanto, foram emudecidas porque seu direito a voz pública não existe, uma vez que são desprovidas também de seus direitos civis básicos e, por esta razão, não possuem condições nem canais institucionais de expressão. (REGO; PINZANI, 2013, p. 23).

Rego e Pinzani (2013) fazem um estudo e avaliam as mudanças morais e políticas para as mulheres beneficiárias do PBF. Essas famílias geralmente se encontram sem as condições mínimas de reprodução e, que, frequentemente, são excluídas do direito à educação formal, a maioria dos beneficiários do PBF não possuem escolaridade e nem capacidades técnicas – como leitura e escrita – para adentrarem ao mundo do trabalho competitivo.

A permanência da pobreza em altos níveis tem um fundamento central: a política econômica brasileira é pensada em desarticulação com os direitos sociais, deixando um contingente enorme de brasileiros excluídos e sem o direito de exercer a sua cidadania. Nesse sentido, o que sobra a esses é a invisibilidade. Conforme fala Dierterlen (2003), o problema da pobreza não é apenas privação do recurso financeiro, mas é, sobretudo, a ausência de oportunidades para o desenvolvimento humano, o que torna a pobreza ainda mais pobre. [...] “A humanidade das pessoas não é um simples dado biológico, mas sim uma construção social e política” (REGO; PINZANI, 2013, p. 25).

Nessa perspectiva, o PBF está longe de resolver o problema estrutural da pobreza, no entanto, esse garante o direito preliminar – o direito à vida. Segundo a pesquisa de Rego e Pinzani (2013) esse programa trouxe significativas mudanças para a vida das mulheres beneficiárias. Primeiramente, resgatou a cidadania dessas famílias, trazendo à tona uma população que frequentemente fica à margem de muitos espaços na sociedade; proporcionou a superação da cultura da resignação, onde em contextos anteriores se esperava as mazelas da fome e da pobreza, provocando doenças, quando não a morte por causa da fome; significou a sonhada independência financeira no que corresponde à subordinação econômica aos maridos, ou seja, abriu portas para o enfrentamento do machismo e para a autonomia das mulheres; se enfatizou a superioridade feminina, segundo a visão delas, na gestão do benefício; conquista de relativa liberdade na escolha dos bens de consumo.

Essas famílias pontuam que a renda ainda é insuficiente e reivindicam a ampliação dos recursos do PBF, diante de um cenário em que é bastante difícil conseguirem empregos regulares. Portanto, esse estudo revela a importância desse programa que, segundo Rego e Pinzani (2013), amplia os espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, bem como, quando articulado a um projeto democrático constituído de um conjunto de políticas públicas mais amplas, é possível a formação da cidadania democrática desses sujeitos.

Assim, os programas de transferência de renda são muito importantes, se consideramos que uma das formas mais expressivas da exclusão social, dentro desse sistema socioeconômico, ocorre devido à privação econômica. O PBF representa para essa população excluída o acesso a uma renda mínima para garantir sua sobrevivência. Dessa forma, os

serviços e programas da Política de Assistência Social articulados aos direitos sociais, representariam um salto para a construção da cidadania dos que estão em situação de pobreza, bem como possibilitaria consideravelmente a diminuição da pobreza.

A fim de entendermos os jovens como sujeitos de direito, cidadãos e protagonistas de sua própria história, iremos discutir no próximo subtópico, de forma sucinta, a concepção de juventude enquanto sujeito de direito e como se deu esse processo, compreendendo o contexto dessa construção.

4.3 Juventude e a construção do Sujeito de Direito

As “definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando contornos sociais e jurídicos ao longo da história” (NOVAES, 2007, p. 1).

A juventude vivencia uma condição social específica, proveniente de manifestações que representam características históricas e sociais. Cabe lembrar que essa condição se caracteriza, muitas vezes, de forma desigual, em que as condições de vida de jovens pobres são diferentes dos jovens da classe dominante. E a juventude camponesa e das periferias dos grandes centros urbanos, jovens negros, mulheres, LGBT e de outras etnias, também vivem em condições diferenciadas. Novaes (1998) traz o debate da juventude sobre a ótica da diversidade. A partir da década de 80 e 90 se passa a falar de *juventudes*, considerando essa categoria na sua heterogeneidade.

A juventude sofre com a ausência de um conjunto de serviços e políticas públicas, como o direito à educação contextualizada, saúde, acesso à cultura, comunicação e trabalho, a assistência técnica para a juventude camponesa, acesso à terra, políticas específicas para jovens de diferentes contextos e realidades. Na década de 90, a juventude tanto pobre, quanto da classe média aparecia no cenário brasileiro com uma série de problemas que fez a temática surgir como demandas das políticas públicas. A juventude é tratada como problema social, em conflito com a lei, causando riscos para a sociedade. Como os jovens eram tratados como um problema social, as políticas destinadas a esse público tinham o objetivo de controle das ações dos jovens.

Foi no ano de 2000 que diversos segmentos da sociedade passam a reformular e contrapor essa visão de juventude como problema social. Espaço importante que representa bem esse momento foi a realização do Seminário “Juventude em Pauta: Políticas Públicas”

que aconteceu em 2002. Esse foi um evento organizado pela Fundação Friedrich Ebert (FES)⁶ que representou um diálogo nessa construção dos intelectuais como movimentos e organizações sociais.

A proposta de construção de outra visão de que os jovens são *sujeitos de direito*, como protagonistas de sua própria história. O desafio, portanto, era enfrentar a concepção de jovens como problema social, em toda sociedade o entendimento sobre os direitos de crianças, adolescentes e jovens iam se desmembrando no sentido de avançar na ideia de que esses segmentos têm demandas diferentes, sendo necessário compreender quais direitos se destinam para cada um destes.

Dessa forma, a problematização da visão de que os jovens são sujeitos de direito encontrava dificuldade na legislação, já em vigência, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), uma importante conquista da sociedade civil que se mobilizou para garantir a aprovação desse estatuto. E, ao longo da construção da concepção da juventude, como sujeito de direito, ia se moldando a ideia de que os direitos dos jovens são diferentes da perspectiva de direito que traz o ECA, o qual tem sua base na Política de Proteção Integral das crianças e adolescentes. Já as Políticas de Juventude são delineadas sob o viés emancipatório, pois compreendem que os jovens por se encontrarem numa fase da vida de construção de sua independência, numa passagem para a vida adulta, de escolha da profissão, dentre outros aspectos, necessitará de ações que possibilitem a consolidação da autonomia desses sujeitos.

A trajetória dessa construção em torno da perspectiva dos jovens como direito se dá pelo debate e mobilização da sociedade em diálogo com o Poder Público, desde prefeituras ao Governo Federal, principalmente no governo Lula, para formular políticas específicas para a juventude. A importância de entender a juventude como sujeito de direito deve levar em consideração o grande número dessa população no Brasil – 51 milhões de jovens brasileiros (IBGE, 2010) –. Além disso, é relevante enfatizar a necessidade de vivenciar o período de juventude, compreender o jovem, não como futuro, mas como presente com demandas específicas que precisam ser observadas no hoje, no período de sua juventude.

Assim, com as políticas neoliberais em curso nos anos 2000, ficava visível que os jovens não eram o problema social, mas sim eram vítimas das consequências dessas políticas,

⁶ Promover a democracia e o desenvolvimento, contribuir para a paz e a segurança, criar uma globalização solidária - essas são as diretrizes fundamentais que norteiam o trabalho realizado pela Fundação Friedrich Ebert (FES) no plano internacional. Junto com nossas organizações parceiras, entre outras o PT (Partido dos Trabalhadores), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), inúmeras organizações da sociedade civil, instâncias governamentais e instituições científicas, estamos há mais de 30 anos atuando a partir de São Paulo como FES Brasil, ocupando-nos de múltiplas questões: política internacional, o estado e a sociedade, as relações trabalhistas/sindicais e a inclusão social (FES BRASIL..., 2015).

aqueles que foram mais afetados pela falta de emprego e trabalho, com limites no acesso às políticas sociais, como educação, saúde. Portanto, a luta pela efetivação de políticas universais e integrais, incorporando a juventude como sujeito de direito, se fazia urgente.

Ao longo de todo esse processo, essa visão de jovens como sujeitos de direito ganha mais aceitabilidade pela sociedade. Esta foi sendo construída ao longo das ações e mobilizações e se efetiva com a Emenda Constitucional – PEC 42/2008, apelidada como a PEC da Juventude. Esta Emenda altera o artigo 227 da CF/88, inserindo a juventude no que corresponde à proteção dos direitos econômicos, culturais e sociais da juventude. O artigo 227 diz:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Esta emenda constitucional é uma conquista de toda a juventude, pois a coloca como prioridade junto com a criança e o adolescente para fins de atenção pelo Estado, pela família e pela sociedade, e afirma a obrigação do Estado em considerar também os jovens nos programas e ações do poder público. Assegura, portanto, para a juventude, a efetivação dos direitos sociais, assistência integral à saúde, atendimento especializado para os dependentes químicos e para pessoas portadoras de deficiência, ações de garantia de trabalho e renda, do acesso do jovem trabalhador à escola, além disso, abre o caminho para a criação, por lei, do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional da Juventude.

É a partir do ano de 2005 que se intensifica no Brasil, por meio de diversos setores sociais que dão atenção à temática da juventude como categoria social, pondo os jovens no cenário das políticas públicas, tanto a nível municipal e estadual, quanto a nível nacional. A partir disso, são inauguradas novas concepções sobre a juventude e abertos vários diálogos no que tange a construção de políticas específicas para os jovens.

Com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Juventude, foram criadas várias formas de diálogo entre governo e sociedade civil, como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)⁷ e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Esses são canais de debate sobre as

⁷ O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

demandas e as dificuldades enfrentadas pelos jovens, além de serem espaços de discussão para elaboração de propostas que ajudem, através da legislação a garantir os direitos desses sujeitos.

Para compreender o surgimento de políticas específicas iremos abordar alguns momentos históricos que marcaram a construção de muitas políticas públicas de Juventude. Em abril de 2008, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Juventude em Brasília (DF) com duração de quatro dias, em que foi organizada pela SNJ e pelo CONJUVE com um total de participantes de 402.100 e envolvendo mais de 1.200 municípios. Também no ano de 2008 foi lançada a proposta do Pacto pela Juventude, com o intuito de dar visibilidade e pôr em prática as resoluções e as 22 prioridades definidas na primeira Conferência, a SNJ e o CONJUVE incentivaram os governantes e candidatos a assinarem um documento se comprometendo com o fortalecimento de políticas públicas específicas para os jovens.

Já em 2010, o CONJUVE lança a segunda edição do Pacto pela Juventude, pois várias ações foram realizadas durante os processos eleitorais, buscando o comprometimento dos candidatos com as necessidades e demandas juvenis. As duas edições do Pacto deram visibilidade à temática sobre juventude e incentivaram um bom número de candidatos a assinar o documento que, de forma oficial, registrava o compromisso com essa população.

Em agosto de 2010, o Senado deu a autorização para que o Brasil ingressasse na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), com sede na Espanha. É uma entidade que se coloca como o único órgão multilateral de juventude no mundo, está vinculada à Organização dos Estados Ibero-Americanos que envolve Portugal, Espanha e os países da América Latina. Foi por meio da SNJ e da Secretaria Geral da Presidência da República, que em 2008, o Brasil oficializou o seu pedido, e a OIJ aceitou. Logo depois passou pela aprovação da Câmara dos Deputados e após a decisão do Senado, o nosso país se tornou membro oficial da OIJ, em que já participava como observador. O Brasil está compondo a OIJ significou um avanço para a Política Nacional de Juventude, pois representa manter o intercâmbio permanente com outros países, principalmente da América Latina e a inserção em discussões internacionais sobre a temática de juventude.

Em 2011 foi realizada a II Conferência Nacional de Juventude. Esse foi um espaço que proporcionou diversos encaminhamentos e pacto contribuíram na elaboração da Política Pública de Juventude e garantiram diversos direitos para os jovens, como a aprovação do

O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. (CONJUVE, 2015).

Estatuto da Juventude. Com o lema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”, a Conferência contou com a participação de delegações eleitas em mais de mil municípios dos 27 Estados do país, além de representação de delegação internacional, de 14 países da América do Sul, África, América do Norte e Europa, o que possibilitou ampliar o diálogo entre sociedade civil, governo, bem como ajudou a firmar parceira internacional, a fim de fortalecer a construção das políticas públicas de juventude.

Em 2013, é aprovado pelo Congresso Nacional, no dia 10 de Julho, o Estatuto da Juventude, e em 05 de agosto do mesmo ano é sancionado pela Presidência da República. Depois de 180 dias de publicação no Diário Oficial da União, o Estatuto entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014. A Lei 12.852/2013 é um instrumento legal que garante direitos específicos para juventude, em que devem ser promovidos e executados pelo Estado Democrático de Direito. O Estatuto considera jovens as pessoas que tenham entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013).

O Estatuto é uma conquista significativa para a população jovem, pois faz com que os direitos já previstos na Constituição Federal de 1988, como os direitos sociais sejam aprofundados para que as necessidades e demandas específicas dos jovens sejam atendidas, respeitando sua condição social e as suas diversidades. O mesmo amplia os direitos, quando garante espaços de participação social, direito ao território, à liberdade da orientação sexual, entre outros. Dessa forma, fortalece o diálogo e incentiva a inserção em espaços de decisão, como a obrigação de efetivar os Conselhos de Direito de Juventude, tanto nos municípios, como nos Estados.

Ainda, o Estatuto prevê os seguintes direitos: Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Esse estabelece também descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda e a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda, as empresas têm que destinar 40% dos ingressos para meia-entrada.

Além disso, essa Lei garante a criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), em que precisa organizar de forma participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e monitoramento de toda a política pública de juventude. O SINAJUVE, portanto, institui as competências da União, Estados e Municípios para

efetivação da Política Nacional de Juventude que é o canal pragmático para a realização e criação dos programas e ações que alcancem os resultados demandados pelo Estatuto, ou seja, os direitos dos e das jovens do Brasil.

Em 2015, nos dias 16 a 19 de dezembro em Brasília-DF foi realizada a III Conferência Nacional de Juventude, em que foram **aprovadas três prioridades centrais**: **1. SEGURANÇA**: Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); **2. TERRITÓRIO**: Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios; **3. PARTICIPAÇÃO**: Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses fundo a fundo definido percentualmente entre os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal (SAIU..., 2015).

É nítido que avançamos no que tange à questão legislativa sobre a Juventude, no entanto, ainda há muito que fazer, pois o próprio SINAJUVE precisa acontecer na prática e os recursos direcionados para as políticas públicas de fato efetivadas por meio do fundo nacional de juventude. Pois, sem leis que regulamentem esses avanços jurídicos, as ações governamentais direcionadas para as juventudes serão pontuais e fragmentadas.

Assim, a participação ativa da sociedade civil e de todos os movimentos sociais de juventude deverá continuar pressionando o Poder Público a por em prática a Legislação.

No próximo subtópico abordaremos a situação de violência que as juventudes vêm enfrentando no atual contexto das políticas neoliberais e do avanço do grande capital.

4.4 A política neoliberal e os reflexos da violência sobre a juventude

A característica principal do capital na atualidade é o agravamento da questão social que se apresenta no aprofundamento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora.

O Estado Democrático de Direito é essa contradição e estará sempre em disputas entre diferentes sujeitos, a fim de alcançar diferentes interesses de classes sociais. Historicamente no Brasil, os direitos sociais estiveram marcados sob o viés getulista, dentro do aspecto corporativista, tutelar ou na confusão entre o direito-e-ajuda ou direito-e-proteção, concebendo direitos dentro da perspectiva filantrópica para os carentes. E ainda, tendo uma

variação na tradição trabalhista, em que se incorpora aos dos direitos trabalhistas aqueles que estão na relação formal do mundo trabalho, deixando de fora dois terços da população que vive da informalidade. (CARVALHO, 2008)

A juventude é um desses sujeitos que sofrem com a atual política neoliberal e com a ausência de serviços públicos. Os e as jovens são vítimas de um sistema que exclui e nega os direitos conquistados, quando o Estado, em tese, deveria garantir. A juventude negra, índia e pobre são os que são mais atingidos pela violência institucional, pela falta de acesso ao trabalho, pela ausência dos direitos sociais ofertados de forma gratuita e de qualidade pelo Estado.

A atual fase do capital agrava a questão social e as juventudes enfrentam grandes contradições, vivenciando uma realidade de desigualdades e violência. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD (2012 e 2013), a *taxa de desocupação*⁸ no segundo trimestre de 2013 dos jovens entre 18 a 24 anos de idade, foi de 15,4%, apresentando um patamar elevado em relação à taxa média total do país que é 7,4%. Este comportamento foi verificado, tanto para o Brasil, quanto para as cinco macrorregiões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Assim, segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), através do Mapa da Violência 2015 do Brasil revela que no ano de 2012, o Índice de Vitimização Juvenil por Armas de Fogos (IVJ-AF) nacionalmente é de 285%, ou seja, morreram mais jovens que não jovens, chegando a atingir uma proporção de homicídio por arma de fogo (AF) perto de quatro vezes mais jovens que não jovens. Na região Nordeste, se concentram as maiores Taxas de Homicídios por Armas de Fogo (THAF), tanto de jovens, quanto de não jovens, apresenta como a região do país com o maior IVJ-AF 312,9. (WAISELFISZ, 2015)

Os dados são alarmantes, quando verificada a evolução da mortalidade por armas de fogo no período de 1980 a 2012. No que se refere à população total, o número de vítimas cresceu 387%, porém, no que corresponde à juventude, esse crescimento foi de 463,6%. Com relação ao sexo, o número de vítimas é bem mais elevado entre homens que entre mulheres, atingindo um total de 94% para a população em geral e para a população jovem esse índice atinge 95%. (WAISELFISZ, 2015)

Ainda no ano de 2012, as pessoas vítimas das armas de fogo entre brancos é de 10.632 e de pessoas negras chega a atingir um número de 28.946, o que corresponde a 11,8 óbitos

⁸Taxa de ocupação: É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho: [ocupados / força de trabalho] x 100

para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Morreram nesse ano por armas de fogo 142% mais negros que brancos, ou seja, duas vezes e meia a mais. Alagoas e Paraíba são os Estados, em que os homicídios por armas de fogo de negros chegam a alcançar um nível de 1.000%, para cada homicídio de um branco, morrem mais de 10 negros. (WAISELFISZ, 2015)

Outro estudo de Waiselfisz (2015) que traça o mapa da violência contra a mulheres remete a refletir sobre a exclusão e a situação de violência enfrentada pela população jovem, pobre e negra. Esse mapa que coloca o Brasil no 5º lugar em assassinatos bárbaros, atos de violência praticados em sua maioria no ambiente doméstico, sendo treze mulheres assassinadas por dia no nosso país. Na mira principal estão as mulheres entre 18 a 30 anos, são jovens e mulheres vítimas da cultura do *patriarcado e do machismo*⁹. A mortalidade de brancas diminuiu em quase 10% e o assassinato de negras subiu 54% entre 2003 e 2013 – em dez anos, sendo que no Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal os índices passam de 300%.

Esses dados representam a grande vulnerabilidade em que os jovens estão inseridos dentro dessa sociedade. São vítimas de um genocídio gritante, no qual os jovens negros e pobres são os mais afetados (as). Com relação à violência por homicídios por armas de fogo, os jovens do sexo masculino e negros são o público mais atingido, já os dados da violência doméstica são as jovens do sexo feminino e negras que vivem expostas a uma maior proporção de violências.

Aqui são reveladas uma questão de gênero, geração e etnia, embora saibamos que a violência afeta com mais intensidade a classe mais pobre. O fato é que os níveis dessa violência para pobre de etnia negra e sendo mulher é bem mais elevada. Faz-se importante discutir que isso está enraizado na nossa história brasileira e na América Latina, em que os índios, negros e a condição do ser mulher pela cultura do patriarcado e do racismo são questões estruturais que deixam um rastro de opressão e violência, desde a colonização em nosso país.

No próximo subtópico iremos discutir de forma breve as políticas públicas direcionadas para a categoria de juventude rural no Brasil no âmbito do Estado e do governo da Paraíba, fazendo a discussão do acesso ou não dessas políticas pela juventude das famílias beneficiárias do PBF investigada neste estudo.

⁹Conforme Delphy (2009), patriarcado é uma forma social em que os homens detêm o poder. (p.173). “[...] Machismo é definido como sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração de dominação de sujeição entre homem e a mulher” (DRUMONT, 1980, p. 81)

4.4.1 Políticas Públicas e a Juventude do Campo de Boqueirão

A partir de levantamentos de dados e da aplicação de questionários com os gestores das secretarias municipais de Boqueirão-PB, discutiremos como as políticas públicas chegam à população jovem do campo no município. Dessa forma, trazemos para o debate como se dá o acesso das políticas públicas para a juventude do campo investigada neste trabalho, fazendo uma reflexão sobre a situação desses jovens, a partir da ausência ou efetivação das mesmas no território camponês.

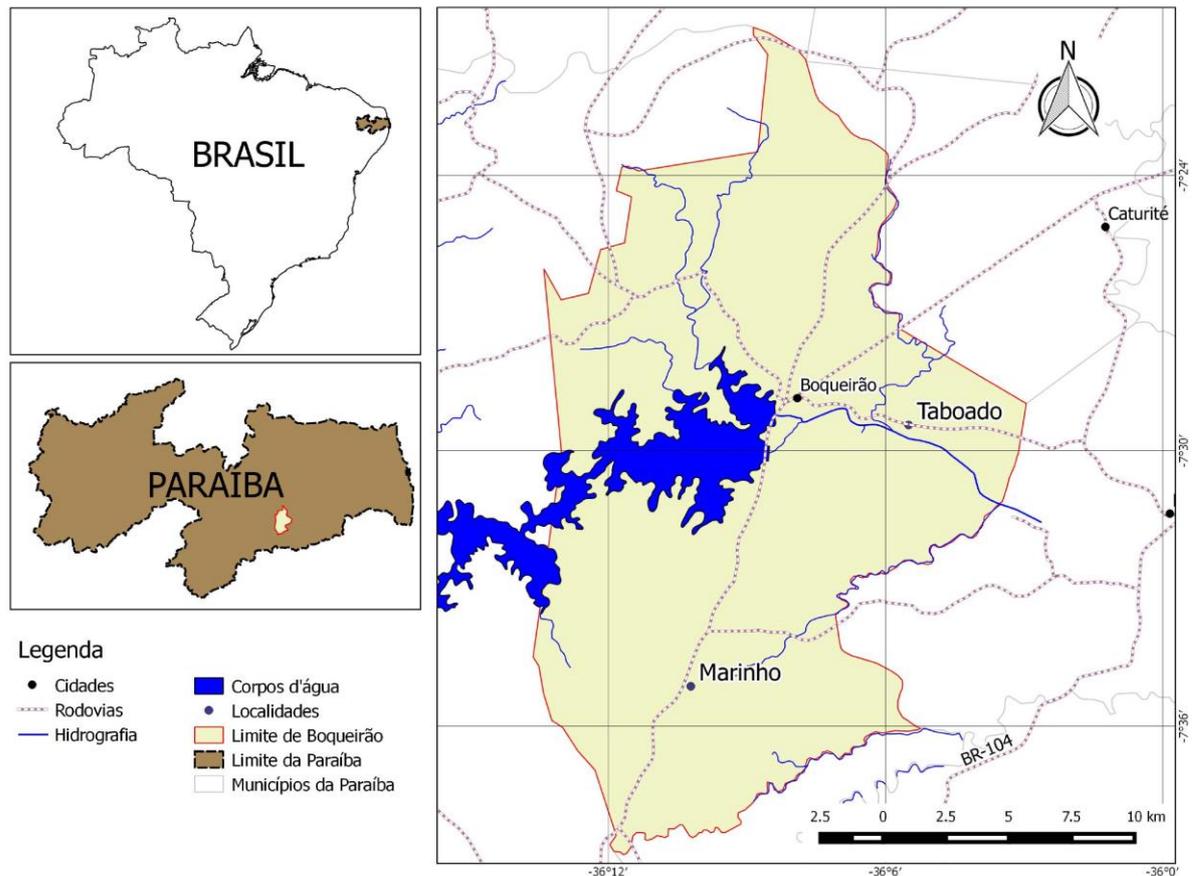
Por meio da análise dos questionários aplicados com alguns trabalhadores da área de Educação e da Saúde da Prefeitura Municipal de Boqueirão, discutimos como ocorre a relação entre as demais políticas públicas e o PBF no território camponês, de que forma a juventude do campo é atendida pelo o PBF no município.

4.4.2 Caracterização do local de Pesquisa: o município de Boqueirão

O município de Boqueirão está situado no Estado da Paraíba, na microrregião do Cariri Oriental e mesorregião da Borborema (ver mapa 02 abaixo). Sua população foi estimada no ano de 2015 pelo IBGE em 17.670 habitantes, distribuídos em 371, 984 km² de área. Boqueirão tem um clima tropical semiárido, com chuvas concentradas e irregulares e verões secos. Sua altitude é de 355 m e fuso horário UTC-3 e sua latitude corresponde a 07°28'54''S e longitude a 36°08'06''W. A sua vegetação é característica do bioma caatinga, uma região rica em sua biodiversidade natural.

O município de Boqueirão está inserido na região Nordeste que tem grande parte de sua área predominante semiárida, ocupando cerca de 54% de seu território. A região semiárida, por suas características climáticas e ambientais, o processo de colonização foi diferenciado das áreas litorâneas, em que se fixaram os latifúndios de cana-de-açúcar. Nas microrregiões dos sertões, agrestes e cariris os colonizadores ocuparam as terras dessas localidades por meio da pecuária extensiva, pois era totalmente viável para as suas condições ambientais, e que, como discutido anteriormente, gerou uma grande concentração fundiária.

Mapa 2 – Localização do município de Boqueirão-PB



Fonte: Elaborado pela autora 2017.

Historicamente, os nordestinos precisaram conviver com esse clima semiárido. Segundo Almeida e Peterson (2014), ao longo do tempo, as famílias camponesas construíram estratégias de convivência nessa região, adaptando técnicas às condições de instabilidade climáticas.

Através de estratégias extremamente sofisticadas de consorciamento de cultivos, utilização de variedades, espécies e raças adaptadas, as famílias camponesas desenvolveram uma cultura de convivência com o semiárido que, até certa medida, confere algum grau de estabilidade produtiva e resistência agroecológica aos agroecossistemas. Nos anos de seca moderada, por exemplo, as famílias lançam mão de diferentes recursos poupados nos anos de produção normal (sementes, dinheiro na forma de gado, espécies forrageiras nativas, etc) para fazer frente as quebras de safra dos cultivos do roçado. [...] Fazem parte dessa cultura de convivência os mecanismos sociais de ajuda mútua e de gestão coletiva de recursos comunitários como, por exemplo, os pequenos corpos d'água de uso comunitário onde as famílias se abastecem nos períodos nos quais as reservas nas suas propriedades estão esgotadas. (ALMEIDA; PETERSON, 2014, p. 261).

Outra estratégia adotada por essas famílias em períodos de secas prolongadas é a migração para outras regiões do país. Considerando que estamos vivendo um período longo

de estiagem, Carneiro (2014) afirma que iniciada em 2012, essa é uma seca das mais graves dos últimos 60 anos na região semiárida.

As políticas públicas voltadas para essa região frequentemente foram direcionadas para a construção de formas de captação de água, baseada nas grandes obras hídricas, como grandes barragens, açudes e adutoras. São processos que atende as necessidades do abastecimento de água urbano, porém nem sempre atende às populações do campo que ficam distantes dessas grandes obras e que, também não correspondem aos diversos contextos da produção camponesa.

No município de Boqueirão, foi construído o Açude Epitácio Pessoa em um período em que o Nordeste enfrentava uma grande seca. Iniciou-se a construção no ano de 1951 e concluiu em 1957, quando foi inaugurada pelo Presidente da época, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rodriguês (1985, p. 38) pontua que a finalidade dessa grande obra hídrica seria o “abastecimento d’água de Campina Grande [...]”¹⁰. Cabe destacar que essa obra é uma Política de Combate a Seca tão bem financiada pelo Estado, então no semiárido, essas políticas tiveram um aporte como uma estratégia para o desenvolvimento da região.

Órgãos foram instituídos com essa finalidade, em 1909 cria-se o INOCS¹¹ (Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas), através do Decreto nº 7.619 de 21 de Outubro de 1909, posteriormente por meio de um novo Decreto nº 13. 687, esse órgão passa a ser designado por IFOCS¹² (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas). E em 1945, recebe a nomeação atual de DNOCS¹³ (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) pelo Decreto-Lei nº 8.846.

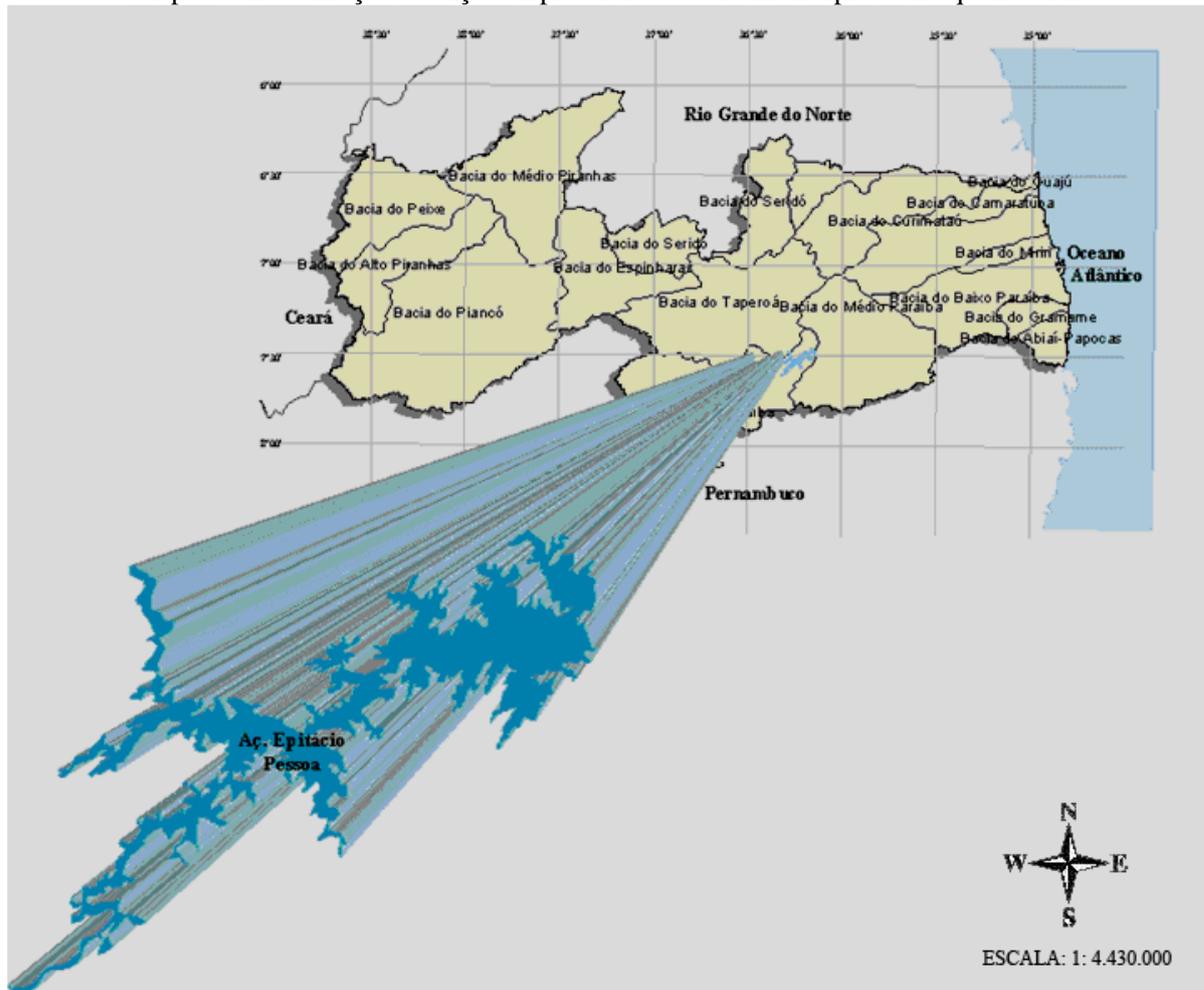
¹⁰ Município situado na mesorregião da Borborema, uma cidade metropolitana, onde as populações dos pequenos municípios que a circulam buscam serviços que nem sempre dispõem em suas localidades.

¹¹ INOCS, órgão com a função de realizar estudos para a identificação de áreas com potencialidades em recursos naturais. (ARAÚJO, 1990).

¹² IFOCS, órgão com a finalidade de realizar implantações de infra-estrutura – construção de açudes, poços, canis, entre outros. (ARAÚJO, 1990).

¹³ DNOCS, órgão que tem por objetivo desenvolver ações de aproveitamento hídrico – construção de açudes, barragens para abastecimento, irrigação e a produção da piscicultura. (ARAÚJO, 1990).

Mapa 3 – Localização do Açude Epitácio Pessoa no município de Boqueirão-PB



Fonte: COSTA (2006).

As políticas para o semiárido são, portanto, tratadas pelo viés do combate contra a seca. Historicamente, as políticas públicas direcionadas para o campo seguiram a lógica do processo de modernização da agricultura no Brasil. Conforme aponta Bergamasco (2003, apud BARCELLOS, 2015, p. 12) quem mais se beneficiou com isso foram:

- a) *o sistema bancário comercial*, que utilizou recursos que de outra forma seriam recolhidos pelo Banco Central e remunerado com taxas inferiores às do mercado;
- b) *os grande proprietários de terras*, que tiveram acesso facilitado ao crédito altamente subsidiado e controlaram a maior parte do seu valor, possibilitando que estes diversificassem os seus investimentos para outros setores da economia;
- c) *as culturas comerciais*, normalmente exploradas pelos grandes produtores, que acessaram um volume de crédito bastante superior à sua participação na produção agrícola nacional;
- d) *as regiões Sul e Sudeste*, onde estavam situados os produtores mais integrados às formas modernas de produzir;
- e) *o setor industrial*, vinculado à produção agrícola, que foi o destinatário final de grande parte do crédito subsidiado nas três modalidades, custeio investimento e comercialização.

Constata-se que isso acarretou por um lado, a alta concentração de terras e do poder político e econômico e por outro, a geração da desigualdade social no campo, bem como a política coronelista tão marcada em nossa região. No entanto, outras ações da sociedade civil como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)¹⁴ vem tentando desenhar novas políticas para a Convivência com o Semiárido. O projeto político da ASA, portanto, prevê conviver com as condições físico-climáticas da região e não de combate a seca, pois considera que o processo de estiagem são fatores naturais que trazem dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico desse território, porém sem afirmar que isso represente seu subdesenvolvimento, mas sobretudo, para compreender a necessidade de conviver com a seca e criar estratégias de driblar as limitações provocadas por esse fenômeno.

Em Boqueirão, foram construídas, por meio da ASA, várias tecnologias sociais adaptadas como alternativas de armazenamento de água da chuva como as cisternas de placas para o consumo humano, cisternas calçadão e de enxurrada para a produção agrícola¹⁵, barragens subterrâneas¹⁶, barreiros trincheiras¹⁷, as duas comunidades dessa pesquisa, Marinho e Taboado de Cima foram contempladas com essas ações da ASA, as quais em sua maioria foram financiadas pelo governo federal e a Fundação do Banco do Brasil (FBB). São políticas públicas que visam à democratização do acesso à água e que gera a autonomia das famílias camponesas, tendo em vista que não ficam na dependência dos grupos políticos locais para terem água.

São fatores de grandes contradições, pois existem dois projetos de sociedade antagônicos: o agronegócio e a agroecologia. As famílias camponesas vão criando as formas

¹⁴ A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc.

¹⁵ As Cisternas de Placas foram certificadas como tecnologia social em 2001 pela FBB, com a finalidade de captar e armazenar água de chuva. Para o consumo das famílias, o sistema permite o acúmulo de até 16 mil litros, que atende às necessidades de uma família de cinco pessoas pelo período de até oito meses. O equipamento é composto por encanamento simples para recolher água da chuva nos telhados das casas e por um reservatório no subsolo, revestido com placas. Para as atividades produtivas, as cisternas são de dois modelos: Calçadão e Enxurrada, que são construídas perto das residências. As duas têm capacidade para 52 mil litros de água. A diferença é que a Enxurrada é instalada no caminho por onde passa o fluxo pluvial e a Calçadão capta de áreas em declive.

¹⁶ A barragem subterrânea é uma tecnologia de captação e armazenamento da água de chuva para produção de alimentos. Possui a função de reter a água da chuva que escoar em cima e dentro do solo, por meio de uma parede construída dentro da terra e que se eleva a uma altura de cerca de 50 cm acima da superfície, no sentido contrário à descida das águas. A barragem subterrânea forma uma vazante artificial temporária na qual o terreno permanece úmido por um período de dois a cinco meses após a época chuvosa, permitindo a plantação mesmo em época de estiagem. Pode ser construída em leito de rio e riacho, córregos e linhas de drenagem.

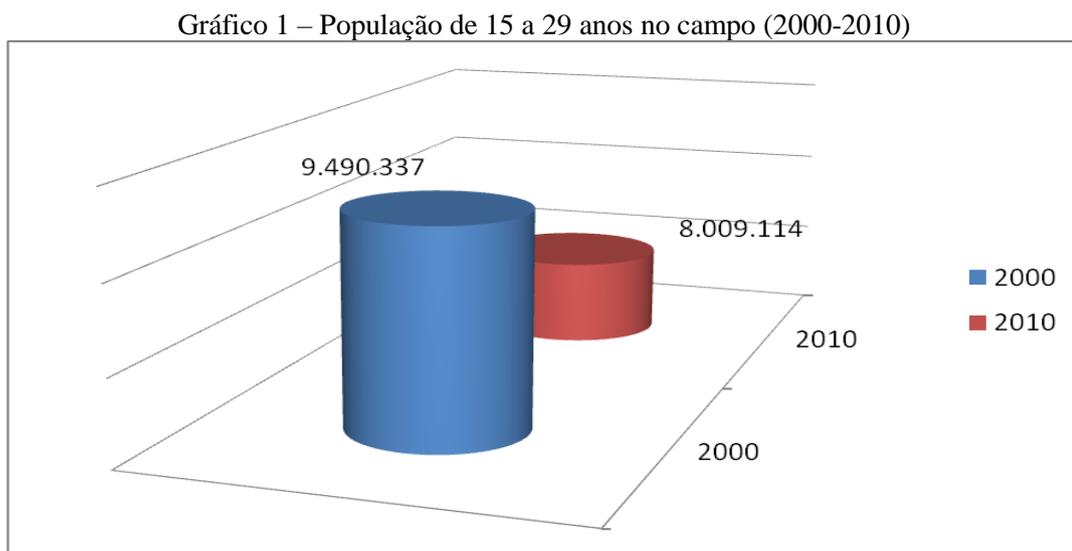
¹⁷ Os barreiros trincheira são tanques longos, estreitos e fundos escavados no subsolo. Ele tem esse nome porque se parece muito com uma trincheira e serve para armazenar a água da chuva para matar a sede dos animais, e produzir alimentos. No barreiro é possível armazenar até 500 mil litros de água.

de convivência com o semiárido e, muitas vezes, precisam trabalhar nos monocultivos – usam a irrigação e a aplicação de agrotóxicos, trazendo vários prejuízos ao meio ambiente e saúde dos que consomem esses alimentos – dos médios produtores locais de Boqueirão para sobreviverem.

No próximo subtópico abordamos de forma breve, como se dão a relação das políticas públicas e a juventude do campo investigada nesta pesquisa.

4.4.3 Juventude do Campo de Boqueirão e as Relações com as Políticas Públicas

A população jovem de 15 a 29 anos no Brasil no ano de 2000 era de 9.490.337 que residiam no campo. Em 2010 essa população passou a ser de 8.009.114 (ver gráfico 02 abaixo). Mesmo com uma redução significativa dessa população, ainda temos um contingente grande vivendo no campo.



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

No quadro abaixo tem um panorama dessa população, a partir do senso do IBGE (2010), tanto nacional, quanto regionalmente. Podemos verificar que na Região Nordeste tem o maior número de jovens do campo, com 50%, já na Região Sudeste é 18% dos jovens que vivem no campo, 14% residem na Região Norte, 12% residem na Região Sul e 6% na Região Centro-Oeste.

Quadro 1 – População jovem entre 15 a 29 anos no Brasil / Urbano e Rural. Estimativa feita sobre a porcentagem geral de população rural de cada região e do país

Região	Urbanos	Rurais	Total
Sul	5.966.915	1.061.252	7.028.167
Norte	3.436.517	1.239.016	4.675.533
Nordeste	10.940.226	4.025.883	14.966.109
Centro-Oeste	3.451.703	435.349	3.887.052
Sudeste	19.515.809	1.491.520	21.007.329
Brasil	43.280.019	8.060.454	51.340.473

Fonte: Elaborada por Barcellos (2015) com base no IBGE (2010).

São cerca de 8 milhões de jovens que vivem no campo e mais de 51 milhões de jovens em todo território do Brasil. É na Região Nordeste onde se concentra a maior população juvenil do campo e também onde temos um grande índice de pessoas em extrema pobreza. Mesmo tendo demandas semelhantes, as juventudes do campo têm suas especificidades, de acordo com seus contextos de vida e realidades diversas em seus territórios, terão necessidades e reivindicações distintas.

Considerando o censo de 2010 do IBGE, temos em Boqueirão um maior número de homens que de mulheres no campo. Na zona urbana, se inverte o quadro (ver quadro 02). No que tange à questão do trabalho e rendimento no município de Boqueirão em 2014, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.7%. Com relação aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, corresponde a 44% da população nessas condições. É um número considerável de pessoas, tendo que sobreviver com metade de um salário mínimo, destacamos as dificuldades dos jovens que, pela falta de experiência de trabalho, estarão em uma situação de vulnerabilidade social.

Quadro 2 – População de Boqueirão-PB / Urbano, Rural e Sexo

População de Boqueirão	Geral	Rural	Urbana
Homem	8.323	2.538	5.785
Mulher	8.565	2.344	6.221
Total	16.888	4.882	12.006

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE (2010).

A população jovem de Boqueirão chega a um total de 4.749, sendo um pouco maior o número de homens que de mulheres. Os jovens da zona urbana são bem maior que a população juvenil do campo, chegando a uma diferença de 1.945 (ver quadro 3 abaixo). No entanto, considerando que o município é de pequeno porte e com características agrícolas, em

que tem sua economia principal, a partir da produção agropecuária, podemos dizer que a população jovem que vive na zona urbana traz fortes marcas da cultura do campo.

Quadro 3 – População jovem entre 15 a 29 anos no município de Boqueirão / Urbano, Rural e Sexo

População Jovem de Boqueirão	Geral	Rural	Urbana
Homem	2.390	689	1.701
Mulher	2.359	713	1.646
Total	4.749	1.402	3.347

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE, 2010.

Assim, são de fundamental importância que sejam investidas ações públicas para essa população. Barcellos (2015) afirma que o reconhecimento das políticas públicas que abordam o aspecto geracional, em que se compreendem os adolescentes e jovens como sujeitos de direito, por parte do Estado é bastante recente. No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), as políticas destinadas para a juventude eram fragmentadas nacionalmente. Algumas políticas do governo FHC foram: Assessoria de juventude do Ministério da Educação (1997), Serviço Civil Voluntário (1998), Brasil Jovem – Agente Jovem, Centros da Juventude (2000) e Paz nas Escolas (2001). Nesse sentido, no Brasil a juventude passa a ter uma visibilidade maior pelo Estado no final do século XX e início do XXI.

Foi no governo Lula (2003-2010) que a juventude passa a ter maior prioridade em investimentos públicos, em que se criam estruturas político-administrativas específicas pelo aparelho estatal. (BARCELLOS, 2015). Nesse processo de formulação das políticas públicas direcionadas aos jovens, a presença das organizações e movimentos sociais de juventude foram cruciais para a sua consolidação. Ao tratarmos dos jovens do campo, precisamos entender que a categoria juventude rural é aglutinadora por parte do Estado para tratar das diferentes juventudes que vivem no meio rural. Dessa forma, o estudo de Barcellos (2015) aponta que diferentes organizações e movimentos sociais se inter-relacionaram para cobrar e construir as políticas públicas de juventude. Organizações como CONTAG, FETRAF, CONAQ (Coordenação Nacional de Quilombos), COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), IA (Instituto Aliança), INSTITUTO EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares), SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), entre outras fizeram parte desse intercruzamento, assim como movimentos sociais do campo da Via Campesina também se somaram nesse processo, como MST, PJR, MPA, MAB, MMC. O que deixa claro que, mesmo a juventude da Via Campesina se identificando como jovens camponeses, as Políticas Públicas do Estado se voltam para a categoria Juventude Rural.

Assim, vamos dialogar com essa categorial juventude rural para reportarmos ao que chega para a juventude em seus diferentes contextos de vida no campo.

Abaixo temos um pouco do panorama das políticas públicas no período de 1998 a 2006, que, de forma específica ou transversal, atenderam a esse público.

Quadro 4 – Ações e políticas públicas no governo federal direcionadas para a juventude rural de 1998 a 2006

Instituição	Programa	Ano de Início	Tema de atuação	Abrangência
INCRA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	1998	Educação	Nacional
Min. do Desenvolvimento Social (MDS)	Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	1999	Educação e Social	Nacional
Min. do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA/SRA)	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)/ Nossa Primeira Terra	2003	Cultura, Educação e Trabalho	Nacional
Min. do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA/SRA)	Arca das Letras	2003	Educação, Lazer e Cultura	Nacional
Min. da Educação – Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (SEEA/MEC)	Brasil Alfabetizado	2003	Educação	Nacional
Min. do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar (MDA/SAF)	PRONAF Jovem	2004	Desenvolvimento Rural	Nacional
Min. do Desenvolvimento Agrário – Ministério do Trabalho e Emprego (MDA/MTE)	Consórcio Social da Juventude Rural	2004	Acesso a bens e serviços	Nacional
Min. da Educação (MEC)	Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate)	2004	Educação	Nacional
Min. da Educação (MEC/SETEC)	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio e na Modalidade EJA (PROEJA)	2005	Educação	Nacional
Min. do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego (MDA/MEC/MTE)	Saberes da Terra	2006	Educação	Nacional
Min. da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego (MEC/MT E)	Programa de Expansão da Educação Profissional (PROESP)	-	Educação	Nacional

Fonte: Castro (2005) adaptado por Barcellos (2015).

Destacamos a Educação do Campo como uma das bandeiras defendidas pelos movimentos sociais do campo, sob esse enfoque diversas iniciativas públicas educacionais foram desenvolvidas pela sociedade civil, como as experiências dos Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), em que foram construídas Casas Famílias Rurais (CFRs) e Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Isso favorece a permanência da juventude no campo, pois compreende uma metodologia por alternância que se baseia no tempo escola e tempo comunidade, valorizando a cultura camponesa e os seus territórios. Por meio de mobilizações o tema da Educação do Campo vai ganhando espaço na agenda do Estado e em 16 de Abril de 1998 se institui o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA)¹⁸ no Ministério Extraordinário de Política Fundiária pela Portaria nº 10/98, isso foi fruto de mobilizações anteriores, quando se realizou o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) no ano de 1997. E no ano de 2001 o PRONERA foi incorporado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Em 2004, o referido Programa passa por adequações, tendo em vista a prioridade da educação em todos os níveis como direito social, através da Portaria-Incra nº 282 de 16/04/2004. Nesse sentido o PRONERA vem fortalecer a Educação do Campo com a missão de:

A Educação no Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo. É, ainda, uma garantia para ampliar as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar/camponesa. Por isso, o Pronera vem fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas e éticas. (EDUCAÇÃO..., 2011).

Esse Programa atende aos jovens e adultos de projetos de reforma agrária ligados ao Incra ou a órgãos estaduais de terras que tenham vínculo formal com o Incra. É uma conquista importante dos movimentos do campo, pois significa mais acesso a Educação do Campo para a juventude e para camponeses. O Programa dispõe de cursos da Educação Básica – alfabetização, ensino fundamental e médio –, cursos profissionalizantes ligados ao contexto do campo, bem como cursos de graduação e de pós-graduação.

Em Boqueirão, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDUC), conforme as respostas da gestora escolar na comunidade do Marinho, realiza o planejamento mensal para

¹⁸ O surgimento do programa que viabiliza essa revolução nas comunidades rurais remonta ao final da década de 1990, com a mobilização de movimentos sociais do campo em torno da necessidade de ampliação da oferta educacional aos camponeses. As reivindicações por terra e direitos sociais ocorriam em um momento marcado por conflitos agrários, a exemplo da morte de trabalhadores rurais em confronto com a polícia naquele que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará [...] (PRONERA..., 2017).

os professores que trabalham no campo e dispõe de material didático diferenciado. Isso se mostra na fala da gestora:

A SEDUC oferta planejamento mensal para os profissionais do campo; o material didático é diferenciado, os livros didáticos, por exemplo, são específicos para nossa realidade (Coleção Girassol); material pedagógico, como multimídia, em cerca de 80% das escolas; melhoramento das estruturas físicas dos prédios escolares; merenda de boa qualidade; adesão a programas educacionais que visem melhoramento no ensino. Enfim, há um grande investimento na educação camponesa, porém também há uma grande resistência por parte dos profissionais em aderirem a esta nova forma de ensino, pois estes estão acostumados com as práticas convencionais. São poucos os profissionais que são abertos a esta prática de ensino. (Questionário 01/07/2017 C.C)

Apona como desafio, a resistência dos profissionais a aderirem à metodologia da Educação do Campo, sendo necessário fortalecer a formação permanente desses professores para essa adesão. Segundo a gestora escolar, Boqueirão tem:

19 escolas do campo, em sua maioria, são multisseriadas, dispõe de educação infantil, Fundamental I (1º ano a 5º ano), Fundamental II (apenas na escola do distrito - Marinho), EJA anos iniciais (em cerca de 70% das escolas) e EJA anos finais (apenas na escola do distrito - Marinho). (Questionário 01/07/2017 C.C)

É possível notar que os jovens nas comunidades do campo só têm até o fundamental II, tendo que ir para a cidade para cursar o ensino médio. Vale salientar que apenas na comunidade do Marinho tem o Fundamental II que compreende até o 9º ano, dessa forma nas demais comunidades os jovens precisam ir para a cidade para cursar já o Fundamental II. A juventude do campo, já nas escolas de sua própria comunidade, não tem uma Educação do Campo e quando chega para estudar na cidade ainda menos têm contato com a valorização de sua cultura.

Ainda, conforme aponta a gestora, alguns municípios da Região do Cariri Oriental muitas das escolas do campo foram fechadas. Ela aponta que os Secretários de Educação justificam o fechamento de escolas, sob a necessidade de cortar gastos públicos.

Os gestores alegaram que era necessário para corte de gastos. Alguns destes municípios foram Caturité, Cabaceiras e Barra de São Miguel, são poucas escolas do campo que ainda funcionam nessas localidades, cerca de 2 a 4 escolas, nas comunidades grandes que dispõem de clientela, as pequenas, que eram maioria, foram fechadas. No território do Cariri Oriental destaca-se o município de Boqueirão, por manter todas as escolas do campo abertas, mesmo aquelas pequenas que têm apenas 10 alunos. (Questionário 01/07/2017 C.C)

Com relação aos desafios que essa juventude enfrenta ao sair do campo para a cidade diz: “Mas o desafio destes alunos é à distância, alguns alunos passam cerca de 7 horas fora de casa, saem cedo e voltam tarde” (Questionário 01/07/2017 C.C). Mesmo a prefeitura de Boqueirão disponibilizando transporte escolar para esses estudantes, é desafiador essa mobilidade campo-cidade.

Em nenhum momento das respostas do Secretário Municipal de Educação de Boqueirão ela faz menção ao PRONERA ou a experiências das EFAS, o que podemos perceber que não se desenvolvem ações mais concretas voltadas para a Educação do Campo, pois neste município tem áreas de Reforma Agrária: o Assentamento Trincheira e o Acampamento Esperança, são territórios constituídos pela mobilização do MST e não se menciona nenhuma ação mais consolidada nesses espaços.

Cabe pontuar que dentre as políticas públicas para a juventude do campo é importante colocar as ações do Estado na disponibilização de crédito para a aquisição de terras dentro da linha Nossa Primeira Terra no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF-NPT), a disponibilização de crédito também para a realização de projetos técnicos produtivos agropecuários incorporados pela linha jovem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Jovem).

O PNCF é um programa de combate à pobreza e também tende a caminhar para um “conjunto de estratégias pontuais e emergenciais de alívio à pobreza sem ação mais concreta de transformação das desigualdades” (SILVA, 2012, p. 78). Esse estudo aponta que o PNCF é uma conciliação entre camponeses endividados e fazendeiros falidos com o intuito de fortalecer o agronegócio.

O clientelismo age na organização de interesses econômicos, na formação de redes. No PNCF, essa rede passa a envolver os proprietários das terras (de herança) – terras desinteressantes porque não produziam, não geravam renda – e as famílias que demandam terra para nela trabalhar; técnicos e elite política. É uma rede de gratidão que se transforma numa ligação complexa, de trocas de favores intermediadas via recursos públicos. O direito à terra para nela trabalhar é transformado em uma concessão de favores praticados por elites políticas locais. (SILVA, 2012, p. 76).

Então, percebe-se que o PNCF favorece uma elite local que detêm certo poder sobre os territórios, pois o Estado coloca terras de fazendeiros falidos para camponeses sob à disponibilidade de créditos para a compra dessas terras, o que estimula a “reestruturação de uma elite política tradicional através da apropriação das políticas públicas” (SILVA, 2012, p. 81).

É importante destacar que os jovens investigados nesta pesquisa disseram não acessar nenhuma política específica de juventude do campo. Eles também afirmaram não possuir terra, apenas um jovem disse ter 03 hectares. Podemos afirmar que os jovens de Boqueirão do nosso estudo não acessaram nem o PRONAF- Jovem para investimento em projetos produtivos, pois além de não terem acesso à terra, também falta informação das possibilidades desse acesso. Aliado ao não estímulo na educação para a produção agropecuária, também essa juventude, provavelmente não detêm de muita autonomia sobre os poucos hectares pertencentes aos seus genitores, o que dificulta essa juventude a sonhar e construir projetos produtivos voltados para a agropecuária.

O que percebemos é que as políticas públicas no campo seguem uma tendência de tornar os sujeitos subordinados às estruturas de dominação, seja ao aparelho estatal, seja a grupos políticos locais. Conforme Meneses e Gomes (2012, p. 2) nos trazem a reflexão de uma pesquisa de mestrado pela Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, que retrata a relação entre a “entrada da caprinocultura na pauta das políticas públicas e as alianças entre grupos políticos dominantes no Cariri Paraibano”.

O foco da pesquisa investigou como a constituição de associações de caprinoculturas municipais das cidades de Monteiro, Sumé e São Sebastião do Umbuzeiro estão inseridas dentro de um processo de interdependência, de um lado está o discurso de que as políticas públicas para a caprinocultura trazem o desenvolvimento, por outro lado está a reafirmação do poder e influência de grupos e individuais que disputam espaços para entrar e permanecer no cenário político nos municípios.

As transformações sociais dinamizadas a partir das associações e o estímulo à produção de leite de cabra para os agricultores familiares no Cariri também estão conectadas a uma reprodução e adaptação de formas de controle por parte de grupos políticos influentes nos municípios. (MENESES; GOMES, 2012, p. 4)

Existe uma contradição no que tange ao acesso às políticas públicas que, ao invés de emancipar os sujeitos de direitos em questão, serve para fortalecer práticas de dominação no campo e beneficiar grupos políticos que mantêm sua influência e perpetua a subordinação de camponeses aos interesses e a permanência de domínio desses grupos no território, num círculo de dependência o que caracteriza as políticas públicas, sob o caráter caritativo e clientelista.

4.4.3.1 Juventude do campo de Boqueirão e a Política de Saúde

A Secretária Municipal de Saúde não colaborou com nossa pesquisa. Uma agente de saúde e uma jovem da comunidade do Marinho, ambas prestadoras de serviço da prefeitura na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) nessa localidade, responderam ao questionário referente à Política de Saúde no município de Boqueirão. Ao perguntar como são atendidos os jovens do campo pela política de saúde em Boqueirão, a agente de saúde respondeu:

São oferecidos nos serviços de saúde: vacinas específicas para esta faixa etária, palestras para grupos sobre DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), alimentação saudável, acompanhamento em serviços com NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) se necessário, consultas agendadas em odontologia, acompanhamento de crescimento e desenvolvimento junto às escolas. (Questionário 01/07/2017 M.D)

Observa-se que há uma relação mínima entre os serviços de saúde do município, o atendimento aos jovens do campo se dá de forma transversal e apontados encaminhamentos da saúde para a assistência social, quando necessário, estabelecendo assim um entrecruzamento da rede de serviços públicos disponíveis no município, o que é muito positivo, pois compreende os sujeitos em sua totalidade. No entanto, ao indagar sobre os investimentos em políticas de saúde para os jovens do campo, a agente de saúde responde:

Deveria se ter, não só em boqueirão mais em todo território nacional, planos voltados diretamente para esta faixa etária como existem investimentos para outros grupos prioritários, como por exemplos para idosos, nossos jovens ainda estão muito descobertos e sujeitos a contaminações por várias doenças. (Questionário 01/07/2017 M.D)

A mesma aborda a necessidade de haver planos e ações de saúde específicas para os jovens, considerando suas particularidades, programas de conscientização sobre as conseqüências do uso das drogas, do atendimento aos jovens dependentes químicos, por exemplo, dentre outras ações necessárias. A principal dificuldade, segundo a jovem que presta serviço na UBSF da comunidade do Marinho é:

A grande maioria da população jovem não procura com frequência o atendimento na UBSF, a não ser caso de urgência, mas a minoria que lá se encontra são bem recebidos. Não existe um grupo específico de jovens em reuniões, mas a equipe procurar falar sobre temas relacionados à juventude, como drogas, DST's, sexo na adolescência, enfim quando encontram uma oportunidade eles dirigem essas palavras aos jovens. (Questionário 01/07/2017 L.)

Percebemos que a juventude do campo não procura muito o atendimento preventivo na UBSF, apenas em casos de emergências, algo a ser melhor investigado. Cabe um processo de conscientização para que os jovens também acessem esses serviços. As duas comunidades da nossa pesquisa têm UBSF, o que é bastante importante para uma comunidade do campo e amplia as possibilidades dessa juventude a terem um atendimento de saúde e com mais informação e esclarecimento esses sujeitos poderão melhor fazer uso desses serviços.

4.4.3.2 Juventude do Campo de Boqueirão e a Política de Assistência Social

No município de Boqueirão, a Política de Assistência Social conta com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro Especializado da Assistência Social, são unidades públicas estatais que ofertam serviços de proteção social básica e especializada. Ambos são referências em territórios de abrangência que dispõem de atendimentos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Conforme diz Sposati (2004, p. 43), a proteção social: “se fundamenta na expansão de um padrão societário de civilidade que afiança um padrão básico de vida e respostas dignas a determinadas necessidades sociais”.

O CRAS, dentre outros serviços dispõe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Conforme afirma a Secretária Municipal de Assistência Social, a faixa etária do público atendido pelo SCFV é entre 14 a 17 anos, são jovens em situação de vulnerabilidade social que participam de atividades recreativas e formações nos horários que não estão na escola. Esses serviços não chegam aos jovens do campo, pois estão localizados na zona urbana.

No CREAS, os jovens são atendidos de forma geral, não há grupos específicos de juventude, o que há é atendimento individualizado e acompanhamento familiar de jovens que estão em situação de violação de direito, cabe destacar que muitos jovens dependentes químicos são atendidos pelo CREAS no município e aquelas com os vínculos afetivos familiares fragilizados.

O Programa Bolsa Família em Boqueirão “realiza o processo de coleta, inclusão, exclusão e atualização, visita domiciliares, atualização sistemática de dados do Cadastro Único¹⁹ tanto de forma manual quanto no sistema” (Questionário 01/07/2017 N.H.). Com

¹⁹ O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem

relação ao total de famílias beneficiárias no mês de julho de 2017 no município de Boqueirão-PB chega a 2.965 famílias, com um aporte de recurso do governo federal de R\$ 667.511,00 no mês, conforme se observa nos dados extraídos do Ministério de Desenvolvimento Social:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de julho de 2017, **2.965 famílias**, representando uma cobertura de 143,4 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 225,13 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 667.511,00 no mês. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

De acordo com o relatório do CadÚnico no mês de junho se obteve um total de 3.378 famílias inscritas no Cadastro Único, as quais tem uma renda “per capita” familiar de até R\$ 85,00 no município de Boqueirão, foram 170 famílias com renda “per capita” familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 561 famílias com renda “per capita” familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo e 412 famílias com renda “per capita” acima de meio salário mínimo. Se em julho temos um total de 2.965 famílias que recebem recursos do PBF ficam descoberta cerca de 1.556 famílias que se inscreveram no CadÚnico, mas não tiveram o benefício liberado. Ao detalharmos as famílias que vivem com uma renda “per capita” de até R\$ 85,00 é um número considerável em Boqueirão que estão numa situação de baixa renda.

São 577 os jovens de Boqueirão beneficiários do PBF que estão na faixa etária de 16 a 18 anos²⁰ e recebem o bolsa jovem no valor de R\$ 46,00, automaticamente, ao completar 18 anos é cortado esse benefício. Assim, os jovens com mais de 18 anos não têm recursos destinados para eles, no entanto, se a família tem baixa renda, a mesma continua no Programa e os jovens serão beneficiários de forma indireta.

A Política de Assistência Social pouco chega às populações do campo e, conseqüentemente, também não atende de forma integral as juventudes do campo. É necessário elencar a importância do PBF para as comunidades rurais, sendo uma das poucas políticas que chegam a territórios lógicos da cidade e de alto índice de vulnerabilidade social.

ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

²⁰ Não foi possível encontrar no site do Ministério do Desenvolvimento Social (2017) a informação sobre o total de jovens de 16 a 17 anos da zona rural que recebem bolsa jovem.

4.4.3.3 Conselho Municipal de Juventude e Orçamento Público direcionado à população jovem de Boqueirão

Alguns gestores afirmaram não conhecer e outros afirmaram que não foi consolidado o Conselho Municipal de Juventude em Boqueirão. Fica nítido que não foi formado o Conselho no município. A Secretária de Estado de Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba fala da formação do Conselho Estadual de Juventude:

O conselho é efetivado pela lei Nº 10.654 de 18 de março de 2016, ele possui paridade entre poder público e sociedade civil e tem caráter consultivo. Neste presente momento, estamos passando pelo processo de revisão da lei do Conselho, da qual teve uma nova alteração, porém contendo erros. Ainda este ano faremos nova eleição para os/as conselheiros/as e daremos posse para uma nova gestão. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

No governo do Estado, esse processo já aconteceu, algo muito relevante para a construção, proposição e fiscalização das políticas públicas de juventude. Para a juventude do campo de Boqueirão seria fundamental a constituição do Conselho de Juventude para cobrar as demandas desses sujeitos junto ao poder público.

Com relação ao orçamento público de Boqueirão, todos os secretários afirmam que a juventude já é atendida pelos serviços de que dispõem as suas referidas secretarias. Já o chefe de gabinete do município afirma não ter conhecimento sobre o orçamento da Prefeitura de Boqueirão, o que dá para entender que não há orçamento específico direcionado para a população jovem do município. Não há projeto de lei municipal de ações públicas voltado para a juventude, tão pouco para os jovens do campo. Não há políticas públicas sem orçamento.

O governo do Estado da Paraíba dispõe de orçamento para a juventude de maneira transversal que perpassa outras secretarias. Conforme a resposta da Secretária de Estado de Juventude, Esporte e Lazer afirma: “O orçamento da Juventude está destacado no PPA 2016-2019 com Pacto da Juventude. Vale ressaltar que dessa forma, o orçamento para a juventude se encontra em diversas secretarias e órgãos da gestão atual”. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

O Pacto Social pela Juventude Paraibana é uma iniciativa do Governo da Paraíba, em que dá proposições para todas as esferas do poder executivo e legislativo no Estado, bem como a sociedade civil estimulando o compromisso desses com as questões dos jovens na Paraíba e desenvolvam iniciativas que abarquem as demandas desse público. O pacto Social tem o objetivo central de fortalecer o Estatuto da Juventude, busca efetivar e democratizar os

direitos desses sujeitos, através de processos de formulações, implementação e monitoramento de políticas públicas (PACTO..., 2017).

O Governo do Estado da Paraíba desenvolve algumas ações específicas para os jovens do campo: “Além de cursos nas diversas temáticas da convivência e produção no meio rural, atendemos as juventudes rurais com assistência técnica rural, financiamento para projetos produtivos, entre outros”. (Questionário 01/07/2017 P.G.). Ainda pontua: “Estamos finalizando para lançar ainda este ano o Plano Estadual de Juventude Rural”. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

O que se percebe é que não há uma relação entre as ações do Governo da Paraíba e a Prefeitura de Boqueirão para atender aos jovens do campo. As políticas e ações do Estado não chegam para os jovens nas comunidades camponesas de Boqueirão.

Ainda, a Secretaria Executiva de Juventude da Paraíba executa a política de âmbito nacional:

Pelo Governo Federal contribuimos na disseminação da Identidade Jovem – ID Jovem – direito assegurado pela Estatuto da Juventude e regulamentado em 2015, que garante acesso a dois assentos com gratuidade em ônibus de viagens interestaduais e mais dois assentos com 50% de desconto, além de meia-entrada para eventos esportivos, artísticos e culturais. Pode ter acesso ao benefício, qualquer pessoa entre 15 e 29 anos de idade, ter renda familiar até dois salários mínimos e estar cadastrado no CadÚnico do Governo Federal. Na Paraíba, dos quase 1,1 milhões de jovens, cerca de 540 mil podem ter acesso ao benefício. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

É possível notar que os jovens do campo investigados neste trabalho não têm informação sobre as políticas destinadas para eles. Se considerarmos que a juventude da nossa pesquisa não tem muito acesso a eventos culturais, não usaram ID Jovem, embora estejam dentro dos critérios estabelecidos pela política, tendo em vista que são beneficiários do PBF.

A Secretaria Executiva de Juventude da Paraíba tem para o próximo período algumas ações para as juventudes do Estado, são elas:

Hoje o governo opera as Políticas Públicas de Juventudes (PPJs) através do Comitê Intersetorial de Juventude (COIJUV) criado em 2011 que articula mais de 20 secretarias, programas, autarquias e superintendências do governo estadual tendo em vista a intersetorialidade das pautas de juventude. Como resultado do COIJUV, além das ações desenvolvidas ao longo do ano, destacamos no mês de agosto, a execução do “Mês da Juventude” ação que só no ano passado agregou mais de 150 municípios em todas as regiões do estado com diversas atividades, debates, atrações culturais, etc. Também nessa gestão instituímos o Pacto Social Pelas Juventude Paraibanas, um conjunto de metas para execução até 2018 pelo executivo estadual assinado em 2015 pelo Governador Ricardo Coutinho (ano onde também foi criada a Secretaria Executiva de Juventude que tem como principal missão trabalhar para além da perspectiva do esporte as PPJs). Em 2016 lançamos o

juventudes.pb.gov.br um portal voltado exclusivamente para as juventudes paraibanas e que possui além de canais de diálogo e debate, legislações, decretos e informações relevantes para consulta, download e disseminação para os/as jovens. Outro aspecto que temos avançado é na perspectiva do empreendedorismo, hoje possuímos dentro do programa de microcrédito estabelecido pelo governo do estado o “Empreender PB” duas linhas de crédito específicas para jovens com possibilidade de retirada de crédito para o fomento de novos negócios de até 30 mil reais. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

No âmbito do Estado, ações específicas para as juventudes estão acontecendo e com relação aos jovens do campo, a Secretária de Estado da Juventude afirma:

Na perspectiva das juventudes rurais, nós fomos o único estado brasileiro que conseguiu realizar as etapas territoriais das juventudes rurais da Conferência Nacional de Juventude em todos os territórios, ao todo foram 15 conferências, isso articulado com os núcleos de desenvolvimento territorial, colegiados e grupos de juventude do campo, destacando a grande articulação e pró-atividade do Grupo Temático de Juventude Rural do COIJUV. Construimos seminários sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e este ano finalizaremos o Plano Estadual de Juventude Rural, construído através de consultas e diálogos com as organizações de juventude do campo. (Questionário 01/07/2017 P.G.)

Percebe-se um avanço nas prioridades do Estado para com a juventudes e que existe um orçamento destinado para atender às suas demandas. Faz-se necessário o Conselho Municipal de Juventude em Boqueirão para que possa ser uma das ferramentas que impulsionem mobilizações e cobrem da câmara legislativa uma posição para priorizar orçamento que se destine às políticas públicas de juventudes no município, bem como o poder executivo de Boqueirão seja provocado a buscar articulações com o governo do Estado para a execução de políticas públicas de juventude em Boqueirão.

5 JOVENS DO CAMPO DE BOQUEIRÃO, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Iremos abordar neste capítulo os sujeitos dessa pesquisa, os jovens das famílias beneficiárias do PBF das comunidades do Marinho e do Taboado de Cima no município de Boqueirão-PB. São jovens que não estão inseridos em Movimentos Sociais, mas trazem suas formas de resistências aos processos de exclusão desse sistema socioeconômico, além de trazer processos de mudanças no território camponês.

5.1 Caracterização dos participantes da Pesquisa

Para traçar a caracterização da juventude investigada neste subtópico priorizamos a análise dos dados referentes aos questionários aplicados nas comunidades do Taboado de Cima e do Marinho. Na primeira, foram aplicados cinco (05) questionários e na comunidade do Marinho foram aplicados seis (06), totalizando 11 questionários, sendo que os (as) mesmos jovens que responderam os questionários também foram os (as) entrevistados (as).

5.1.1 Gênero e faixa etária

Na comunidade do Taboado de Cima, participaram da pesquisa cinco (05), sendo três (03) jovens do sexo feminino e dois (02) do sexo masculino. Já na comunidade do Marinho, participaram seis (06) jovens, sendo cinco (05) do sexo feminino e um (01) do sexo masculino, o que representou um total de oito (08) mulheres e três (03) homens.

Ter uma grande representatividade das jovens mulheres nessa pesquisa se dá ao fato de que ao fazer a visita à família beneficiária do PBF, frequentemente, não encontrávamos os jovens homens, muitas das vezes estavam trabalhando, outras vezes, haviam saído da residência por outros motivos. As mulheres se colocaram mais disponíveis para a realização da pesquisa que os homens.

A maioria da juventude entrevistada ao ser indagada a respeito do trabalho familiar, sempre demonstrava a posição e o papel atribuído ao homem e à mulher. As mães e/ou as filhas assumem as tarefas domésticas e os pais e/ou filhos assumem o trabalho fora do lar, quando a mulher sai para trabalhar, frequentemente assume serviços ligados às atividades no âmbito do privado como doméstica, cuidadora de idosos, entre outros. Conforme fica explícito na fala da jovem Mariana, de 15 anos de idade: “pai trabalha na agricultura, a mãe

faz faxina. Quando eles têm que sair pra trabalhar eu fico cuidando da minha irmãzinha e da casa para eles trabalhar”. Isso é predominante no campo, fruto de uma realidade marcada pelas relações patriarcais, em que o homem tem mais visibilidade que a mulher nos mais variados aspectos da vida, além disso, ocorre a permanência dessas relações sociais desiguais à medida que há um contínua reprodução geracional dessas condições do ser homem e do ser mulher.

Já com relação à faixa etária dos sujeitos da pesquisa, podemos verificar que a maioria dos jovens tem entre 15 a 20 anos e que a minoria tem 21 a 29 anos.

Quadro 5 – Faixa etária da juventude entrevistada nas comunidades do Marinho e do Taboado de Cima

Faixa Etária	Jovens
Entre 15 a 18 anos	5
Entre 18 a 20 anos	4
Entre 21 a 29 anos	2

Fonte: Elaborada pela autora.

5.1.2 O olhar da juventude sobre a vida no campo

A juventude, quando indagada se gostava de viver no campo, afirmou que sim, porque é um lugar mais “tranquilo” e “sossegado”, principalmente quando comparava a vida na cidade, em que compreendem um lugar mais “violento”, “barulhento”. Isso fica explícito na fala de Maria, de 26 anos.

Amo viver no campo porque desde de criança eu vivi aqui, nasci, amo mermo, não trocaria o campo por nenhum lugar do mundo, não trocaria não, amo. E que as vantagens de viver no campo é “respirar um ar livre, viver sem se preocupado (viver sem preocupação) quando chegar o anoitecer fechar as portas, como quem veve em cidade fecha as portas logo cedo, é bom é maravilho (viver no campo).

A maioria dos jovens falaram que se saíssem do campo era para trabalhar na cidade e/ou estudar para juntar recursos financeiros e poder voltar, nem que seja só nos fins de semana, assim terão como construir sua casa no campo, bens materiais e melhorar a sua vida e de sua família. Maria relata que seu sonho é construir sua família, mas viver no campo, se conseguir trabalho na cidade vai todos os dias trabalhar, porém volta para o campo.

Macel de 20 anos afirma que viver no campo “por uma parte é bom, assim a tranquilidade, né? Não tem muito movimento, nem barulho assim, essas coisas de zoadas de carro, essas coisas”. Mariana pontua: “eu gosto, porque é um lugar mais tranquilo com menos violência, mas, você assim, é mais complicado pra você estudar, para você correr atrás das

coisas, mas eu gosto muito, porque quem tem sonho, né? corre atrás de vencer os obstáculos para conseguir”

As expressões “por uma parte é bom” e “é mais complicado” revelam a dualidade entre o querer ficar no campo e os desafios encontrados e enfrentados por essa juventude para permanecer no campo. Para esses os jovens, quase sempre lhes faltam as condições objetivas para a permanência no campo, porém, é nítido em suas falas o desejo de ficar no campo, e se fosse possível construir perspectivas melhores de vida no seu lugar de origem, não só para si, mas também para sua família. Na fala de Maria, ela mostra essa vontade de viver no campo, mesmo com as enormes dificuldades e quando é questionada se já pensou em sair do campo afirma:

Já cheguei, até pensei já em ir, mas desistir, porque pensei em alguma coisa assim, porque achava que se eu saísse para fora, assim tinha mais possibilidade de achar um emprego melhor, mas desistir, vi que meu lugar é aqui mesmo, gosto demais.

Mariana diz que já pensou em sair do campo para estudar na cidade e que gostaria de fazer outros cursos, mas como só tem transporte em um horário não teria como ir à cidade estudar.

E - Já pensou em sair do campo?

Mariana - Já pensei pra correr atrás mais dos meus estudos, fazer algum curso que eu queira, ou amanhã ou a noite, porque a tarde eu estudo aí a noite não tem como eu ir, ou pela manhã mesmo, porque não tem transporte.

A fala da jovem Mayara de 16 anos abaixo deixa claro que mesmo ela gostando de viver no campo o fato de não encontrar perspectivas melhores de vida é obrigada a sair. Não é uma opção dessa jovem sair do campo é praticamente uma expulsão pela inviabilidade das condições objetivas para a permanência dessa juventude no campo.

Gosto, realmente é bom viver no campo, mas é aquela questão se não aparecer nada (trabalho) a gente é obrigado a sair. O campo ele é muito tranquilo, porque, assim, você não escuta zuada de automóvel direto, então quando você tem algo para se manter no rural você vai ficar, mas se você não tiver (pausa na fala).

Fala de Mayara:

E - Já pensou em sair do campo?

Mayara - “Já, pra mim estudar, ter uma vida melhor e poder ajudar minha mãe. Pelo uma parte, assim pelo uma parte morar na cidade é por causa de trabalho, né? e de estudo [...] e morar no campo é porque um lugar mais calmo, mais silencioso.

A dualidade presente a jovem se encontra no dilema do querer e do poder, para estudar e trabalhar na cidade é mais fácil, garantir isso é construir alternativas de vida para superar o trabalho irregular dos pais, por meio da educação formal e da capacitação profissional. Mauricio, de 15 anos diz:

E – Já pensou em sair do campo?

Mauricio - Já, pra viver uma outra vida diferente, sem trabalhar no pesado”.
Trabalhar numa coisa mais melhor, nas industrias.

Podíamos interpretar nesta fala que o jovem desvaloriza o trabalho na agricultura, que o classifica como sendo pesado. No entanto, ao associar o trabalho no campo como “trabalho pesado”, “penoso”, “difícil”, ele tem suas razões, pois enxerga as dificuldades de seus pais para conseguir trabalho e quando conseguem, geralmente, são aqueles que mais exigem trabalho físico forçado e em ambientes arriscados, como trabalhar em plantações de monocultivo aplicando agrotóxicos, muitas vezes estando submetido a precárias condições de trabalho, e quando aparece trabalho. A fala de Renata de 18 anos deixa claro, em sua colocação, a dificuldade existente para a juventude camponesa obter trabalho no campo “[...] viver no campo num traz muitos benefícios não, de trabalho não” e ela continua na lógica de que pensa em sair do campo “Já pensei, eu penso porque, tipo, na cidade mermo você tem onde arrumar um emprego, tem mais acessibilidade”, quando indagada sobre o que tem de bom na cidade? A mesma responde: “trabalho e facilidade de se locomover, essas coisas”.

Essa juventude, desde cedo, já compreende a necessidade de buscar estratégias de superação da pobreza e formas para melhorar suas condições de vida. Nem sempre isso ocorre no aspecto prático, quase sempre fica no aspecto do desejo, do sonho. Para essa juventude foi garantido o acesso à educação formal básica. A grande maioria entrevistada estava cursando ou terminando fundamental II e estudando ou concluindo o ensino médio. O acesso ao ensino superior será um desafio, bem como a geração de renda e trabalho.

Carla aborda algo interessante para tratarmos de uma questão bem peculiar do campo: a produção de alimentos. Ela relata que viver no campo por uma parte é bom porque “[...] tem frutas mais saudáveis que a gente planta em casa, essas coisas [...]”. Embora com o pouco acesso à terra, dificuldades de acesso à água, a jovem compreende que a produção de alimentos é uma estratégia de preservação de certa autonomia da família e que diferencia da vida na cidade. Podemos afirmar que se houvesse mais investimento público de incentivo à produção de alimentos para as famílias camponesas, aliando a efetivação de uma real política de reforma agrária certamente iria se reduzir as desigualdades sociais no campo e a Política de Transferência de Renda não seria a política de combate à pobreza priorizada, pois essa não

muda as estruturas, apenas ameniza a situação de pobreza que as famílias vivenciam no campo.

5.1.3 Acesso à terra

A maioria da juventude afirmou não ter terra. São jovens excluídos do direito à terra.

(Quadro 6)

Quadro 6 – Acesso à terra (comunidades: Marinho e do Taboado de Cima)

Acesso à Terra	Jovens
Tem 3 hectares	1
Não tem terra	10

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O Estatuto da Terra – lei 4.504/64 – no art. 4º trata propriedade familiar como:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Portanto, segundo esta Lei, a propriedade familiar é aquela cuja força de trabalho seja proveniente da família, com a possibilidade de um eventual trabalho de terceiro.

O Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980, trata das características que definem o módulo fiscal. No Art. 4º afirma que:

O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores: a) o tipo de exploração predominante no Município: hortifrutigranjeira; cultura permanente; cultura temporária; pecuária; florestal; b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) o conceito de “propriedade familiar” constante do art. 4º, item II, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. (BRASIL, 1980)

Podemos dizer que o módulo fiscal é a medida que estabelece o enquadramento das propriedades em pequenas, médias e grandes, portanto, o módulo rural é definido por uma quantidade de hectares específicos para cada município do Brasil e uma série de itens estabelecida por este decreto. No município de Boqueirão-PB, um módulo fiscal corresponde a 60 hectares de terras isso determina a pequena propriedade familiar no município

(ÍNDICES..., 2013). As famílias dos jovens pesquisados (as) não têm terra, apenas uma jovem afirma ter 03 hectares, onde plantam no período de inverno. Os demais jovens disseram que seus pais trabalham na agricultura no período de chuva em terras de herdeiros. Esses dados mostram a intensa desigualdade social no campo, as famílias beneficiárias do PBF sem terra não poderão avançar no processo de emancipação e cidadania, assim como não se resolverá o problema da pobreza no campo sem uma séria e efetiva política de Reforma Agrária no Brasil.

5.1.4 Trabalho e renda

Na comunidade do Taboado de Cima, os jovens responderem que a renda familiar mensal é até um salário mínimo (R\$ 880,00). Apenas uma jovem falou que não tinha nenhuma renda, provavelmente a sua resposta deve estar associada ao fato de sua família não ter uma renda fixa, além do benefício do PBF. Na comunidade do Marinho, todos responderam que é até um salário mínimo. É importante elencar que essa renda não é fixa, pois não será todo mês que essas famílias conseguirão trabalho.

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2010, cerca de 10.255.788 das pessoas de 10 anos ou mais de idade recebiam uma renda mensal de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 34.229.023 ganhavam mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, sendo que o índice de 60.089.337 não tinham rendimento algum e apenas 727.936 dessas pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham um rendimento de mais de 20 salários mínimos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Esses são dados que revelam a concentração de renda no Brasil, a população sem rendimento é bastante alta e podemos destacar a importância do PBF que possibilita a garantia de perspectivas mínimas de rendimento para essas famílias.

Todos os jovens afirmam que o PBF não garante independência financeira. Em uma das falas dos jovens, Rosangela de 19 anos, casada, mãe de um bebê de 03 meses, responde, ao perguntar se os recursos do PBF são suficientes para viver: “Dá não, só o da BF não dá não, que é pouco, tem que trabalhar”. A família dessa jovem recebe do PBF o valor de R\$ 102,00 mensal. Renda insuficiente para garantir a subsistência da família e todos jovens reafirmaram a necessidade de trabalhar e os trabalhos que frequentemente aparecem para essas famílias são irregulares e informais com rendimentos precarizados. Como mostra a fala de Mayara abaixo:

Meu pai é agricultor, faz bico ao mesmo tempo, o que aparece ele tá trabalhando, ele ajuda como pedreiro, ele faz plantação, se tiver de trabalhar com bicho ele trabalha, e em fim vai rebolando, até... Minha mãe no momento não faz nada, porque ela sofre de alguns problemas de saúde, o dela ela é dona de casa, doméstica, ela tá em casa, ela vai fazendo as coisas.

A fala de Mayara revela o esforço da busca por trabalho retratada nessa expressão “e em fim vai rebolando”. Se vai buscando saídas, assumindo o trabalho que aparecer, porque é urgente a necessidade da geração de renda para a subsistência da família. Fato importante a ser destacado é que nas colocações dos jovens, fica nítida a divisão sexual do trabalho, “ela é dona de casa”. Em outra fala de Rosângela se evidencia isso: “Não trabalho no roçado só meu marido”. Quando questionada se os membros da sua família trabalham, Rosângela responde: “Eu trabalho ainda não, mãe trabalha em casa de família e o resto trabalha nos campos” (se referia aos homens).

No campo ainda é muito presente essa divisão sexual do trabalho, em que as mulheres assumem mais as funções no âmbito do lar, enquanto os homens assumem os serviços voltados para a produção agropecuária. Mesmo quando as mulheres conseguem trabalho fora do ambiente da sua casa, esses trabalhos quase sempre estão voltados para as atividades domésticas, como o trabalho de cuidadora de idosos, trabalhadora doméstica, entre outros. Isso retrata bem na fala de Carla de 18 anos de idade: “Minha mãe é doméstica, trabalha fora. Meu pai é agricultor. Só o meu irmão mais velho trabalha quando aparece alguma coisa ele faz, toma conta de bicho, trabalha fazendo bico na agricultura”. Outra fala bem marcante:

Meu pai trabalha no campo, minha mãe às vezes arruma alguma coisa pra fazer, como uma faxina, cuidar de alguém, ou então ajuda alguém. (cuida de idoso), as vezes ela ganha (dinheiro), as vezes eu também cuido da minha vó, as vezes o filho da minha tia me chama para ficar lá com ela, as vezes ganho alguma coisa (dinheiro). (Mariana, de 15 anos de idade)

Isso se confirma nas inúmeras pesquisas sobre juventude no campo que mostra a reprodução dos papéis construídos para o homem e para a mulher. Bruner (2007) retrata em seu estudo que as jovens mulheres realizam junto à mãe as tarefas domésticas e os filhos seguem os pais nas atividades de produção agropecuária, mostrando uma reprodução dessa divisão sexual do trabalho. Gasparetto (2008), quando investiga as questões de gênero no oeste de Santa Catarina a partir das jovens militantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) chega à conclusão de que o trabalho da mulher é desvalorizado e visto apenas como “ajuda” ao homem. Santos (2012), ao realizar a pesquisa para compreender como a agroecologia vem contribuindo na superação das desigualdades de Gênero no Estado da Paraíba se identificou que, mesmo as mulheres trabalhando junto com seus maridos no

roçado, as mesmas consideravam uma “ajuda” ao homem, já no que se refere às tarefas domésticas apenas as mulheres e/ou filhas as executavam, dessa forma, as mulheres ficam sobrecarregadas de atividades, o que constrói barreiras para a consolidação de sua autonomia.

Outra situação vivenciada é a dificuldade da produção agropecuária por causa da prolongada estiagem no semiárido “Difícil de conseguir trabalho, é nos campos, tem pouca água agora” retrata Renata. Seca prolongada, poucos investimentos públicos de convivência com o semiárido, construções de tecnologias sociais de captação de água capaz de democratizar o acesso à água nessa região, por outro lado o que ocorre de concreto é o investimento do Estado em projetos econômicos de grande porte, como a construção de grandes barragens e açudes com objetivo de garantir a produção das empresas transnacionais e do agronegócio, representando um processo de desterritorialização da cultura camponesa e do direito dos camponeses permanecer em seus territórios com as condições necessárias para viver.

Na comunidade do Tabuado de Cima, as famílias dos entrevistados, em sua maioria, trabalham com artesanato, confeccionam tapetes e redes de dormir. A produção de redes de Boqueirão é destaque em toda a Paraíba, pois as redes são confeccionadas em teares manuais, o que torna o produto mais trabalhado em detalhes do que a produção com teares eletrônicos. É necessário fazer um maior levantamento de dados para identificar e analisar as condições de trabalho desses artesãos se trabalham para si ou para um patrão que os explora – daria outro objeto de pesquisa. De todo modo, as confecções de tapetes e redes de dormir são um setor produtivo, bastante significativo para economia no município, mas a agricultura é o setor mais expressivo no que corresponde à geração de renda e trabalho. Isso mostra que o território camponês, além das atividades agrícolas e pecuárias, também apresenta outras possibilidades na busca de garantir a sua subsistência.

A juventude de ambas as comunidades ao ser questionada se contribuía na produção agropecuária junto com os pais, a maioria dos jovens disseram que não, outros (as) ficaram inibidos em falar na presença da mãe que logo retrucava, “sim, todos de casa vão quando é no tempo de inverno”, no entanto era possível perceber que não estabeleciam um trabalho direto com a agricultura. Conforme se percebe na fala de Maria da comunidade do Taboado: “Não trabalho na terra, só pai e mãe [...], tenho quatro irmão, morando aqui só uma irmã. No campo não trabalhamos, a gente trabalha fazendo artesanato, fazendo acabamento de rede de dormir”. Podemos perceber questões importantes: o fato dos genitores terem uma produção mais intensa apenas no tempo de inverno favorece os jovens a não adentrar muito no universo da produção agrícola; o fato de não ter muito investimento público para essa produção, além

de não haver uma educação que valorize a cultura camponesa, faz com que os jovens não despertem o interesse pela produção agrícola e a colocará como inviável para a subsistência e geração de renda.

Não foi possível fazer um levantamento quantitativo preciso de todos os jovens das famílias beneficiárias do PBF para investigar mais profundamente se a maioria dos jovens homens estão desempenhando o trabalho na agricultura em fazendas próximas à sua comunidade ou mesmo em outros municípios, porém, o que se verifica nas falas das entrevistas coletadas, principalmente nas falas das jovens mulheres, é que seus pais e/ou seus irmãos quando conseguem trabalho, desempenham atividades ligadas à agropecuária, como “cuidar de bicho”, “trabalho no campo” retratada na fala de Rosângela ao falar da rotina de trabalho de seu marido: “Todo dia vai e vem do trabalho no campo” (produção de monocultivo).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome faz um levantamento de dados socioeconômicos de cada município do Brasil (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017), a fim de auxiliar as secretarias estaduais e municipais no planejamento de suas ações, com relação à distribuição da população ocupada de Boqueirão por grandes grupos de ocupação no ano de 2010, o resultado mostra que no topo dos grandes grupos de ocupação se encontram os Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca com um total de 27,9% em relação aos demais grupos de ocupações (Quadro 7)

Quadro 7 – Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações/2010 (%) - Município de Boqueirão-PB

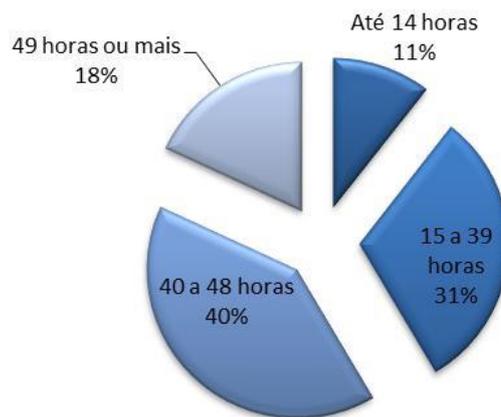
Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010		
Grandes grupos de ocupações	N	%
Diretores e gerentes	164	2,0
Profissionais das ciências e intelectuais	631	7,7
Técnicos e profissionais de nível médio	167	2,0
Trabalhadores de apoio administrativo	223	2,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	846	10,4
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2.280	27,9
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	691	8,5
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.317	16,1
Ocupações elementares	1.675	20,5
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	06	0,1
Ocupações mal definidas	169	2,1
Total	8.169	100,0

Fonte: IBGE (2010).

Estes dados revelam a agricultura como a área de trabalho que mais ocupa as pessoas aptas a trabalharem, no entanto, cabe verificar como são as condições de trabalho para esses trabalhadores, exigindo um estudo mais aprofundado dessa temática. Além disso, podemos constatar que os genitores e jovens homens das famílias pesquisadas, camponeses sem terra, se submetem a diversos tipos de trabalho por não terem outras possibilidades no território. Podemos verificar a partir dos dados do Censo de 2010 que a jornada de trabalho semanal entre 40 a 48 horas chega a atingir um total de 40%. Dos trabalhadores ocupados em Boqueirão-PB 40,4% trabalhavam de 40 a 48 horas e 18,1% têm uma jornada superior. (gráfico 2).

Grafico 2 – Distribuição da população ocupada por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%) – Boqueirão-PB

Distribuição da população ocupada por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana - 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010

Fonte: IBGE (2010).

A busca constante por trabalho é uma rotina diária para essas famílias, o que gera muita instabilidade financeira. As mesmas não podem se dedicar a produção agropecuária de forma mais sistemática, por diversos fatores: variações climáticas, o não acesso à terra, as dificuldades do acesso à água em longas estiagens, o pouco investimento em políticas de convivência com o semiárido, falta de assistência técnica, entre outros.

E para conseguir trabalho se submetem a diversos tipos de trabalho. Um deles é o que, frequentemente, são assumidos pelos homens nas grandes produções de monocultivo, estando submetidos a um patrão e a um salário irrisório e irregular, tendo em vista que são trabalhos informais e temporários. Podemos designar que isso significa uma estratégia de reprodução,

tendo em vista que esses camponeses não dispõem de políticas públicas e nem das condições objetivas para melhorar sua produção, tão pouco o mínimo recurso do PBF que recebem garantirá isso.

Outro fator necessário a ser destacado é que ocorre um processo contínuo de movimentação entre diferentes territórios, tanto por essa juventude, quanto por seus genitores. A juventude e os genitores que se deslocam para trabalharem nos “campos” (plantações de monocultivo), ou mesmo os jovens que se deslocam para a cidade para estudar.

5.1.5 Projeto de Vida: “educação é tudo, né?”

As análises das entrevistas dos jovens mostram que o projeto de vida da juventude do campo está associado ao desejo de construir uma carreira profissional que lhe garanta possibilidades de conseguir trabalho fixo, assim como revela o sonho de, após concluir a educação básica, ingressar no ensino superior. Taynar de 16 anos diz que seu projeto de vida é “terminar os estudos e arrumar um emprego”.

Os jovens têm a educação formal como alternativa para mudar a situação de pobreza que vivenciam e o caminho para superar a instabilidade financeira de suas famílias com a possibilidade de investir numa carreira profissional. A fala de Mariana demonstra isso:

Educação é tudo, né? quem não estuda, né? como muitos não estuda, aí vai seguir outras profissões e, ou então, como meus pais, eles não tiveram a chance de estudar, hoje eles passam dificuldade, assim, para arrumar um emprego, ou então pra estudar fica até mais difícil porque eles tem que trabalhar para tomar conta da família, então educação é base do mundo, né?

O sonho de Mariana é ter uma profissão que lhe garanta uma renda fixa capaz de lhe garantir melhores condições de vida, e isso, conforme ela fala, só é possível quando se tem qualificação profissional, ou seja, concluir o ensino superior. Assim, afirma: “quero estudar, pra na frente eu fazer o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), passar, ver se passo, fazer uma faculdade, correr atrás dos meus objetivos, mas agora mesmo eu quero focar nos meus estudos e ajudar minha família no que ela precise, em alguma dificuldade”. Mariana – jovem com 15 anos de idade que está cursando o 1º ano do ensino médio numa escola pública na cidade do seu município – em sua fala percebe-se a importância que ela dá à educação formal e ao ingresso em uma instituição do ensino superior e revela o desejo de melhorar a condição de vida de sua família.

A grande maioria desses jovens não enxergam possibilidades dos seus objetivos de vida serem construídos no campo, e vêm na cidade uma caminho para isso. No discurso de Carla fica bastante explícito isso:

Sair do campo para morar na cidade pela uma parte é bom porque quem quer crescer, meu caso, eu quero ter minha casa, quero ter meu emprego, quero estudar, quero me formar e no campo não tem como e na cidade sim. Sonho ser uma grande enfermeira para poder trabalhar e ajudar meus pais, pra eu dar o que eles não puderam me dar.

Carla é uma jovem de 18 anos, cursa o 3º ano do ensino médio e faz um curso de técnico em enfermagem particular que paga com o recurso do PBF. A jovem reside com seus pais e mais sete irmãos, destes apenas um jovem de 21 anos não estuda. Segundo ela, o seu irmão optou em não estudar e trabalhar, quando surge na comunidade ou nas proximidades.

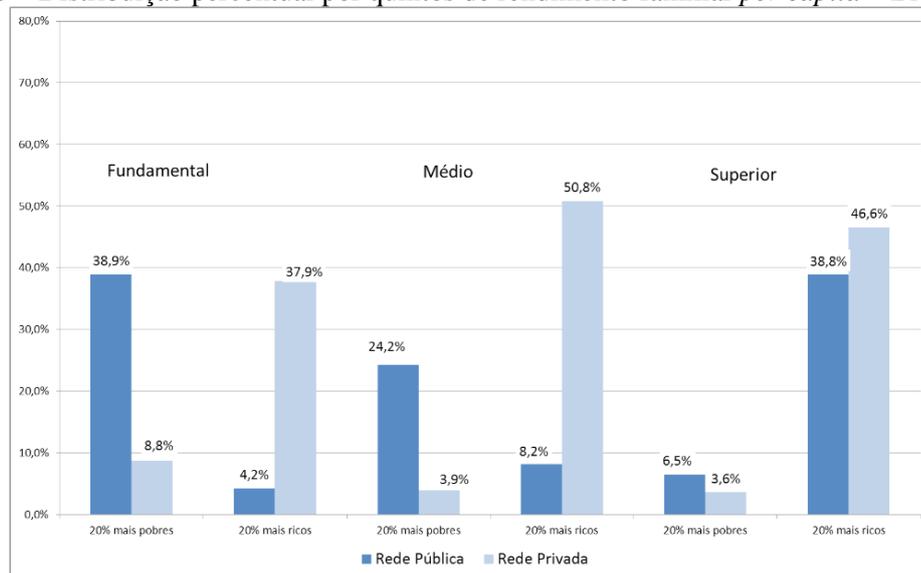
Fazendo um debate com o estudo de Rego e Pinzani (2013)²¹ e essa pesquisa, é interessante pontuar que em ambos os trabalhos, a grande maioria dos beneficiários, os pais e mães são analfabetas ou só concluíram o fundamental nível I. O que se destaca neste trabalho é que os jovens do campo entrevistados estavam todos estudando ou tinham concluído o ensino médio e todos os jovens demonstraram o desejo de ingressar no ensino superior, com a finalidade de conseguir trabalho regular. Dentre outras condicionalidades para permanecer recebendo o benefício do PBF, a família precisa, obrigatoriamente, garantir a frequência à escola das crianças entre 6 a 14 anos de idade e de jovens de 15 a 17 anos de idade. O PBF contribuiu para que esses estudantes de baixa renda acessassem a educação regular. Num cenário em que os camponeses não têm muitas oportunidades de concluir o ensino regular, esses jovens representam a ampliação das perspectivas subjetivas e concretas. Embora, sabemos que somente a garantia do acesso nas instituições de educação formal não signifique um acesso de qualidade, pois geralmente as escolas públicas não têm as condições necessárias que garantam uma educação de qualidade satisfatória. Assim, muitos jovens estarão em situações de desigualdade na sociedade e terão mais dificuldades de conseguirem trabalho fixo, bem como ingressarem nas universidades públicas.

A política de cotas no Brasil abriu portas para os estudantes pobres, negros e de escolas públicas, no entanto, ainda não são suficientes para incluir todos, e muitos jovens não terão o direito de concluir o ensino superior. Conforme mostra o relatório de observação nº 5 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no que se refere às desigualdades na escolarização no Brasil, houve um aumento em 2012 no acesso da população mais pobre ao

²¹ Estudo que avalia as mudanças morais e políticas para as mulheres beneficiárias do PBF, abordado no capítulo 4 deste trabalho.

ensino superior em relação ao ano de 2005 que apenas 1,9% dos alunos das instituições públicas de ensino superior chegavam aos 20% dos discentes mais pobres, já em 2012 o índice chega a atingir 6,5% dos discentes de baixa renda. Com relação às instituições privadas de ensino superior, também ocorre uma pequena mudança, há o ingresso de 1,0% dos discentes de baixa renda no ano de 2005 para 3,6% no ano de 2012. De fato há um aumento no acesso da classe popular ao ensino superior, no entanto, ainda é um patamar irrisório, como podemos verificar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição percentual por quintos de rendimento familiar *per capita* – Brasil – 2012



Fonte: IBGE (2012).

Outra questão relevante para destacar se refere a qual educação básica essa juventude está tendo acesso. Sabe-se que o modelo de Educação vigente introduz a juventude do campo a se voltar para o desenvolvimento urbano e desclassificar a vida no campo como o lugar de morada. Os movimentos sociais do campo têm, como uma das principais bandeiras assumidas, a Educação do Campo, uma educação que seja capaz de valorizar a agricultura e a cultura camponesa, levando em consideração a agroecologia como eixo central do modelo de desenvolvimento territorial que queremos para o campo. Mas, na realidade o que vem acontecendo é o fechamento de escolas do campo. Segundo os dados do censo Escolar do INEP somente em 2014 foram fechadas mais 4.084 escolas do campo. Se considerar os últimos 15 anos, esse número aumentou para mais de 37 mil escolas públicas fechadas no campo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). A região do Norte e Nordeste foram as mais afetadas: nesse

mesmo ano no Estado da Bahia o número de escolas fechadas chegou a 872; no Maranhão, atingiu o índice de 407 e no Piauí, ficou com 377.

São dados preocupantes, embora a população jovem, a partir do recebimento do PBF, tenha ampliado o acesso à educação básica - muitas das vezes essa juventude precisa se deslocar do campo para a cidade para concluir o ensino fundamental II e o médio, o que dificulta o acesso do público infante-juvenil a educação básica.

Fazendo uma comparação com os dados coletados nas entrevistas com os sujeitos desta pesquisa, uma das falas da jovem entrevistada, Renata de 18 anos, que cursa o 3º ano do ensino médio na cidade, mostra a dificuldade das jovens de sua comunidade para se deslocarem até a faculdade e demonstra a necessidade de criar as condições para que, no campo, seja garantido o acesso, tanto à educação básica, como também ao desenvolvimento de cursos profissionalizantes que estejam voltados para a realidade da juventude camponesa, além de criar as reais condições para que os mesmos possam ter acesso ao ensino superior.

Se criasse os critérios de fazer cursos voltados diretamente pro campo, pra juventude era bom, se tivesse esses cursos técnicos que o povo faz, só que faz lá pra frente, lá pra cidade, é bem complicado pra se locomover porque as meninas pra ir para universidade aqui tem que sair de 04 horas da manhã, aí é uma coisa que dificulta muito, por isso às vezes é melhor a cidade.

A fala de Renata também mostra a valorização dos cursos técnicos, como ela chama, voltados para a cidade, deixando o campo desprovido, em sua grande maioria, de ações que possibilitem à juventude camponesa a ampliação de suas capacidades técnicas, que ajudem na inserção ao mercado de trabalho ou mesmo de garantir cursos direcionados ao trabalho com a agricultura e a cultura camponesa, os quais incentivem a geração de renda para esses sujeitos. Isso, além de provocar mudanças significativas na vida da juventude, pode significar a construção de alternativas por esses próprios jovens para sua autonomia, proporcionando condições para a sucessão rural e trazendo desenvolvimento para o território camponês. No entanto, frequentemente o que chega para a juventude camponesa, como resposta às suas reivindicações, do Poder Público são ações pontuais, como a criação de editais específicos e alguns ajustes nos programas governamentais já existentes, o que não proporciona o desenvolvimento da emancipação desses sujeitos.

Podemos verificar, de maneira geral, que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família fazem um grande esforço para priorizar a educação formal dos (as) filhos (as). Mesmo sendo um critério do programa que as famílias garantam a permanência das crianças e jovens na escola, *o olhar dessa juventude sobre a importância da Educação formal revela a*

preocupação e o anseio desses sujeitos em construir possibilidades reais de dignidade humana.

Todos os e as entrevistadas responderam que pretendem concluir os estudos e conseguir emprego, além disso, todos afirmaram que não querem sair do campo - embora reafirmem que não encontram perspectivas de vida em suas localidades. A maioria fala que se saíssem do campo era para trabalhar na cidade e/ou estudar para juntar recursos financeiros e se possível voltar para o campo, com condições de construir sua casa, além de conseguir alguns bens materiais para melhorar a vida. Os jovens mesmo diante da contradição entre o IR e VIM (campo/cidade), alimentam o sonho de viver no campo através da busca pela Educação Formal.

5.2 Avanços e Desafio: Juventude Camponesa e o Programa Bolsa Família

A partir dos dados já analisados, é possível constatar que as e os jovens camponeses apontam dois principais problemas que dificultam a vida no campo: a questão da renda e a educação formal. Em suas falas, a educação está ligada com a possibilidade de encontrar trabalho, ou seja, se não estudam e não fazem cursos formais, jamais podem encontrar trabalho com carteira assinada e regular.

Nas suas falas, são muito presentes esses dois aspectos para poder viver no campo com dignidade: Trabalho e Educação. Quando questionados sobre o que é preciso para melhorar a vida da juventude camponesa, reivindicam cursos profissionalizantes. Mariana fala; “ter muito projetos pro jovens do campo, pra correr atrás, mas eu acho que a gente devia ter mais oportunidades, assim, vim algum curso pra o campo”.

E - o que é preciso para melhorar a vida da juventude camponesa?

Maria - Eu acho que mais incentivo (políticas públicas), das pessoas, assim que trabalham, assim que trabalham assim no governo, incentivar mais os jovens, projetos que incentivem mais os jovens, a escola.

E - o que é preciso para melhorar a vida da juventude camponesa?

Macel - Trazer mais atividades culturais pro campo, assim trazer essas coisas aí por exemplo ter um grupo de pessoas que teja num grupo de teatro essas coisas assim.

E - o que é preciso para melhorar a vida da juventude camponesa?

Mayara – Emprego seria bom pra todo mundo, né? Não atrapalhasse os estudos, que nem fosse tão, não tem explicação, um emprego para trabalhar pra si, você tendo como se sustentar naquela base, sim, e poder estar se esforçando e cuidando da sua saúde, de seu sustento, seria ótimo, no campo, né?

Os jovens retratam a ausência de serviços públicos para a população jovem do campo. Trazer atividades culturais, ações de geração de renda e para o envolvimento dos jovens na escola são ações fundamentais que contribuiriam para melhorar a vida da juventude camponesa. O discurso de Mayara está marcado pela certeza de que os e as jovens não têm sustentação para viver no campo, mas ao mesmo tempo aponta um caminho para essa juventude: a organização em grupos coletivos que favoreçam o processo produtivo - o que geraria renda e protagonismo juvenil, mesmo ela apontando isto como um desafio, já que falta alguém que incentive a juventude para isso:

Falta tanta coisa, falta muita coisa, muitos que vivem no campo se reclamam por falta de recurso, porque se você tiver recursos pra ta ali seria ótimo, falta tanta coisa, não tem um apoio, não tem uma base para se sustentar para se segurar, isso dizer assim: aqui vou ficar até eu morrer, não tem como você dizer isso, não tem um apoio, uma força maior. Falta alguém com disponibilidade para ajudar a juventude, tem muitos jovens aqui, se engajassem, vamos dizer fazer tapete, que dar pra fazer tapete e ganhar, esse negocio de fazer artesanato seria uma opção, sair um pouco dessa rotina de está disperso e se juntar num grupinho e fazer, porque se fizer projeto e cada um for pra sua casa, é usado aquele negócio: comodismo, então não rola tem que ser um movimento que junte grupo.

Esse processo de ausência de políticas e serviços públicos nos remete a compreender como são as relações estabelecidas pela juventude do campo e o PBF, suas contradições, limites e possibilidades desse processo. Na maioria das falas da juventude, está presente que o benefício do Programa Bolsa Família é uma ajuda para as pessoas carentes, mais necessitadas. Segundo a fala de Danilo, de 21 anos, o “PBF é uma forma do governo ajudar as famílias mais pobres” e Renata de 18 anos diz: “Assim, tipo, em minha opinião é ajuda para as pessoas carentes que não têm muita condição”, Rosangela retrata: “É um programa muito bom, ajuda muito”. Os jovens se referem ao PBF como uma ajuda do governo aos mais necessitados.

E – Em sua opinião, o que é o PBF?

Maria – Na minha opinião é um beneficio dado pelo governo para ajudar as pessoas mais carentes”. Assim, como toda política tem, eu acho que o Bolsa Família foi criado para trazer um beneficio pra o povo mais pobre, mais humilde, como toda política tem aquela, como é que se diz, é desenvolvido para cada coisa, o Bolsa Família foi feita pra ajudar o povo mais pobre e mais humilde.

E – Em sua opinião, o que é o PBF?

Mayara – O programa BF foi criado pelo governo para ajudar as famílias dos centros rurais, exemplo que não tenha condições de sustentar toda família com o pouco que ganha, porque querendo ou não, não tem aquele trabalho fixo, de carteira assinada, então a BF é um complemento para ajudar nas coisas financeiras da casa.

A juventude compreende que o PFB é uma ação governamental destinada para a população que se encontra em situação de pobreza. O principal critério para receber esse benefício é ter uma renda “per capita” familiar de R\$ 77,00 (caracterizam as famílias em extrema pobreza) ou uma renda “per capita” familiar de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 (caracterizam famílias em situação de pobreza). Todos afirmaram que é um programa destinado para pessoas de baixa renda: “Programa social para ajudar as famílias carentes” e para a “classe de baixa sociedade” (Macel). Em outra fala, de Maria, se complementa a citada acima: “Mais ou menos eu sei quais são os critérios, eles procuram saber as condições financeiras de cada família, se assim, porque se for uma pessoa que tem uma condição boa não vai ser merecedora do benefício”. Os jovens sempre se reportavam as suas mães que, geralmente, são as que administram o recurso.

Os jovens mensuram que o Programa Bolsa Família (PBF) é importante, porque ajuda a complementar a renda familiar. Os recursos são destinados principalmente para comprar material escolar das crianças e dos jovens e para alimentação familiar, no entanto, em todas as falas, fica evidente que apenas o recurso do PBF não garante a sobrevivência da família e que é necessário buscar alternativas para garantir outras necessidades. Como mostra a fala de Maria abaixo:

Na minha família ajuda demais, material escolar, eu não que já terminei os estudos (ensino médio), mas da minha irmã serve para comprar material escolar dela, aí pronto se precisa de um tênis para ir para escola também, às vezes para comprar algo que tá faltando em casa também, ajuda a comprar alimentação, pagar bujão de gás.

Na fala de Macel, fica bem claro que o PBF ajuda e que o trabalho com o artesanato se complementa para garantir melhor as necessidade da família:

Melhorou bastante, assim infraestrutura, antes tinha dificuldade de tá com os filhos na escola, pra comprar os materiais das escolas, melhorou bastante, antes quando a gente não tinha era mais difícil porque o ramo da gente é esse aqui (artesanato), é o artesanato, e só daqui pra tirar pra tudo num dava, e precisa de comprar roupa pra menina ir para a escola, precisa comprar uma calça, precisa comprar um calçado, que no colégio não entra de chinelo e compra material escolar e vai mantendo ela na escola

Quando indagados sobre a ligação do PBF com outras políticas públicas, a grande maioria não sabia responder, mas perguntando com relação à educação e saúde, a maioria da juventude respondeu que para receber o PBF é obrigação da família garantir que os (as) filhos (as), crianças e jovens frequentem a escola e na Unidade Básica de Saúde da Família, cumprir com as exigências para a saúde preventiva, como a pesagem das crianças e o controle

nutricional, bem como o acompanhamento do pré-natal para as gestantes. Assim, como mostra a fala de Maria:

Ir ao posto de saúde mensalmente, ao dentista, nunca perder pesagem, ir sempre à escola, ter boas notas, ser um cidadão ligado com tudo que tem haver com o benefício, se você fizer tudo direitinho como eles perdem, tem o direito de receber, se não perde o benefício.

Essas condicionalidades, muitas vezes, são questionadas, tendo em vista que exigir condições para obter um direito parece ser contraditório. No entanto, essas podem ser caracterizadas como um suporte para a garantia de outros direitos essenciais para o exercício da cidadania, a educação e a saúde dessas famílias beneficiárias. Nesse sentido, podemos verificar que a juventude entrevistada estava estudando ou tinha concluído o ensino médio. (Quadro 8)

Quadro 8 – Escolaridade da juventude entrevistada nas comunidades: Marinho e do Taboado de Cima

Escolaridade	Jovens
Fundamental II	2
Médio Completo	5
Médio Incompleto	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Todos os jovens se preocuparam com a necessidade de avançar nos estudos e ingressar na universidade. O sonho de fazer um curso superior é presente nas falas dessa juventude. Alguns jovens que concluíram o ensino médio já haviam feito o ENEM, mas não conseguiram alcançar uma nota satisfatória para garantir a vaga na universidade pública. Conforme pontua Macel:

Não estudo mais não, terminei já (o ensino médio), eu assim fiz o ENEM, mas eu não consegui atingir a quantidade de pontos que eu queria, o ideal para o curso que eu queria fazer” Fiquei fazendo uns cursos aqui, Campina Grande mermo (Região metropolitana), e aqui em Boqueirão de atendente de farmácia, ainda fiquei de receber o certificado.

Como já apontamos esses jovens consideram importante realizar cursos profissionalizantes, sabem que terão mais chances de ingressar no mercado de trabalho, se tiverem mais qualificação para o trabalho. Esse mesmo jovem que gostaria de ser músico, está disponível a realizar cursos, mesmo que não seja aquilo que gostaria de estudar. Duas jovens da comunidade do Marinho fazem o curso Técnico em Enfermagem – nível médio – curso particular que chegou à sua comunidade por uma instituição de ensino privado. Elas fazem questão de mensurar que pagam esse curso com o benefício do Programa Bolsa Família. Carla

diz que “sonha em ser uma grande enfermeira”, Taynar fala que o PBF já lhe ajudou a pagar um curso de informática com o recurso do PBF.

Isso mostra que, mesmo minimamente, o PBF amplia o acesso desses jovens à Educação Formal, garantindo sua permanência à medida que lhes possibilitam melhorar a alimentação e exige por parte da família o compromisso de acompanhar os filhos (as) na escola. Assim como discutido anteriormente, um dos desafios seria fazer com que o acesso à Educação seja de qualidade e há a necessidade de debates e reivindicações por parte dos movimentos sociais do campo, a fim de garantir uma Educação do Campo e formas metodológicas que favoreçam a permanência da juventude no campo.

Outro desafio constatado é que o PBF não garante sustentabilidade financeira para as famílias e as condições de trabalho dessas famílias, quase sempre são precárias. Além disso, há a reprodução sexual do trabalho no seio dessas famílias, em que as mães e filhas realizam tarefas consideradas de mulher – do âmbito doméstico –, e os pais e os filhos desempenham as atividades no âmbito público e da produção agropecuária, entre outros serviços. (discutimos isto no subtópico sobre trabalho e renda)

No entanto, existe um processo de resgate da cidadania dessas famílias, pois ampliam suas possibilidades de participação na sociedade, desperta nesses sujeitos, o que corresponde ao aspecto do subjetivo, os sonhos e a busca por melhores condições e perspectivas de vida.

Os sujeitos de direito para desfrutar dessa condição precisam ser capazes de agir, e essa capacidade está relacionada com o desenvolvimento de certas funções humanas. Rego e Pinzani (2013) trazem à discussão de Capability-Approach conceito desenvolvido, dentre outros autores, por Georg Simmel (1977; 1939) que diz que a capacidade das pessoas de usufruir dos direitos constitucionais está diretamente ligado à capacitação das suas funções humanas para a plena vivência das liberdades conquistadas.

De acordo com os pensamentos de Marx e Aristóteles, as habilidades para vivenciar os diversos sentidos da vida não se configuram como um simples aspecto biológico, mas sobretudo, como uma construção política e social. Dessa forma, o funcionamento dos sentidos humanos é resultado das sociabilidades coletivas vivenciadas, a isso designamos de educação dos sentidos, trata-se da humanização das pessoas, o que corresponde ao processo de novas liberdades e do próprio desenvolvimento humano. (REGO; PINZANI, 2013)

Assim, a carência e a ausência de bens materiais que garantam o suprimento das necessidades vitais das pessoas representam o impedimento desses sujeitos ao desenvolvimento de suas capacidades humanas. “A miséria e a fome são em si mesmas graves

privações de liberdade humana, no seu sentido mais profundo” (REGO; PINZANI, 2013, p. 25).

A renda monetária traz possibilidades de criar e ampliar espaços de liberdade dos beneficiários, abrindo um campo de relativa autonomia da vida em geral no que se refere à liberdade pessoal e interior. As “[...] políticas públicas, mesmo compensatórias, portam consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo devido às dimensões monetárias feitas pelo Estado.” (REGO; PINZANI, 2013, p. 28).

Além disso, minimamente, pode-se afirmar que o PBF contribui para que a família tenha uma pequena possibilidade de optar em permanecer no campo. A fala de Carla demonstra isso:

Porque tem muita gente que sai daqui pra morar fora por causa de emprego, muitas pessoas casadas também, deixam os filhos com suas mães pra trabalhar e essas pessoas que moram aqui que tem (Bolsa Família) tem como sobreviver um pouco com a ajuda do dinheiro da Bolsa Família e também trabalhando. (Carla, 18 anos de idade)

Embora o PBF tenha ampliado um pouco as possibilidades de melhores condições de vida destes jovens no campo, reafirmamos que falta mais investimento público do Estado para que a juventude do campo possa ter mais dignidade de vida no campo, bem como tenha o direito assegurado de escolha entre ficar e sair do seu lugar de morada.

5.3 Programa Bolsa Família e sua relação com o território camponês

Nesse subtópico, discutimos o território como categoria geográfica e quais as implicações que o PBF tem provocado sob o território camponês, as relações que a juventude desta pesquisa estabelece com o território, bem como analisamos a questão da sucessão rural dentro da discussão sobre as possibilidades construídas e os desafios enfrentados pelos jovens no território camponês, a partir do acesso das famílias camponesas ao PBF.

5.3.1 Território como categoria geográfica

Segundo Lefévre (1991), o espaço social é constituído pela materialidade de toda a existência do ser humano. Assim, esse é criado pela natureza, mas é constantemente modificado pelas relações sociais. Dessa forma, o espaço é multidimensional, porque além de ser produzido também se produz, comportando diversas dimensões. Esse espaço é, portanto,

multi(pluri) escalar, em que há um processo envolvendo interações, completibilidades, bem como conflitualidades.

“O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais em que se realizam as relações sociais, assim como estas produzem e reproduzem continuamente espaços e territórios expressando contradições, conflitos e solidariedades” (FERNANDES, 2005, p. 27). O território, a partir dessa dinâmica, remete à dimensão material e também imaterial, e ambos estão interrelacionados e interligados. Segundo Fernandes (2005), essa tendência da construção de territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por meio de uma intencionalidade, é fator determinante para a constituição de territórios materiais.

Partimos do entendimento de que o território é multidimensional e multiescalar, podendo ser: material, quando está relacionado ao espaço físico; e/ou imaterial quando associado ao espaço social, ou seja, relações sociais firmadas por um arcabouço de pensamentos, conceitos e ideologias. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172)

Assim, podemos compreender que a constituição do território material perpassa o campo do imaterial numa relação interdependente. Esse processo é permeado por relações de poder. Como afirma Fernandes (2005, p. 27), “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”.

Como discutido na seção anterior, podemos constatar que, em diversos momentos de nossa história, o território brasileiro, este concebido, enquanto Estado-Nação, é firmado sob o viés do conflito e de correlações de forças entre diferentes sujeitos. Foi assim no período colonial, entre colonizadores, índios e negros escravizados e nas diversas resistências encabeçadas por pessoas empobrecidas – camponeses, camponesas, trabalhadores sem terra, indígenas, entre outros – que se mobilizavam e se rebelavam contra a subordinação e exploração de grupos hegemonicamente no poder político e econômico.

Todo esse processo de exploração do território brasileiro pelos europeus representou um duelo, na maioria das vezes desigual, provocando uma extrema expropriação dos territórios, das riquezas e da própria vida dos nossos índios, negros – hoje, comunidades e povos tradicionais: negros, extrativistas, ribeirinhos, etc.– e demais atores sociais como os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras. Essas relações sociais permeadas por conflitos significaram a construção de novas territorialidades, a partir de movimentos de resistências, as lutas travadas pela terra e território, por direitos trabalhistas protagonizadas pelos sindicatos,

são alguns exemplos. Movimentos Emancipatórios fizeram enfrentamento à constituição de territorialidades impostas pelos europeus no Brasil e que não representavam o modo de vida dos que aqui viviam. Conforme diz Gonçalves, o território não é a-histórico:

A territorialidade inventada pelos portugueses e espanhóis conseguiu impor-se ao mundo que sequer nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são sempre inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instruíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito. (GONÇALVES, 2006, p. 161)

Atualmente temos muitos movimentos emancipatórios que aparecem no cenário atual – movimento de luta pela terra, movimentos Afrodescendentes, Indígenas, movimentos urbanos, movimentos de juventude, movimentos por direitos sociais – que ainda enfrentam essas tensões históricas de territorialidades e que conformam hoje a América Latina e o Brasil, onde temos territorialidades marcadas pela subalternidade do sistema-mundo moderno-colonial (GONÇALVES, 2006).

Sociedade e território estão interligados, conforme afirma Gonçalves (2006, p. 163): “sociedade é espaço, antes de tudo porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo”.

Alguns elementos importantes que Gonçalves (2006) traz para pensarmos a reinvenção do território na América Latina e Caribe baseiam-se na superação das categorias analíticas do pensamento eurocêntrico. Assim, devemos reinventar o território a partir da racionalidade subalternizada que *reage (r-existe)* às opressões e exploração do sistema-mundo moderno-colonial. Dentro dessa perspectiva, Gonçalves (2006) provoca a pensar as territorialidades construídas pelas experiências de movimentos emancipatórios, exemplos dessas racionalidades citadas por ele: as comunidades seringueiras que combinam a apropriação familiar e comunitária dos recursos naturais; as reservas extrativistas; o modelo de unidade de vida e de produção das famílias camponesas; a experiência dos Geraizeiros em Minas Gerais com as Reservas Agroextrativistas, uma reinvenção da reserva extrativista; o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST) que tem mobilizado os camponeses e trabalhadores, a partir do recrutamento de população sub-urbanizadas, fazendo uma reinversão do fluxo migratório e por meio das ações junto a Via Campesina que traz a perspectiva da urbanização da questão agrária por meio da politização do debate técnico.

Todos esses movimentos emancipatórios nos remetem ao entendimento de que são modos distintos de se apropriar da terra por meio de culturas distintas, portanto territorialidades distintas. (GONÇALVES, 2006).

O poder do capital que precisa do controle do aparelho do Estado, sempre impõe represálias às novas formas de reinvenção dos territórios dos movimentos sociais, dos povos e comunidades tradicionais. É sempre uma batalha travada para resistir às ações repressoras do capital.

O desafio é, portanto, o de construir relações sociais e de poder com base em outros valores, emancipatórios, emanados entre os próprios protagonistas (horizontalidade, radicalização democrática e autonomia) no próprio movimento de luta contra esse sistema-mundo e suas hierarquias.” (GONÇALVES, 2006, p. 188)

Conforme Borba e Vinha (2015, p. 9):

Há uma apropriação política do território que pode ocorrer tanto no campo institucional como é o caso do Estado, quanto pelo comportamento coletivo de resistência, por meio dos movimentos sociais que se organiza territorialmente.

Para Fernandes (2005), o território é um espaço de conflitualidades. Saquet (2005) analisa o território a partir da crítica marxista, dando-o o aspecto de conflito social, e o território passa a se constituir por meio das lutas lideradas por determinados grupos sociais. Dessa forma, os movimentos sociais do campo, como também a juventude do campo, transformam o espaço em territórios e esse processo se dá através do conflito.

Nesta perspectiva, no próximo subtópico abordamos a relação entre a juventude do campo e o território camponês. São jovens que não estão inseridos em movimentos sociais, porém, também, criam suas formas de resistências neste território.

5.3.2 Juventude do campo e o território camponês

Para tratarmos do território camponês é necessário entender que, ao utilizarmos esse termo para relacioná-lo com a juventude do campo de nossa pesquisa, estamos nos reportando à caracterização do campesinato anteriormente discutida, em que a reprodução social da unidade familiar camponesa não objetiva a (re)produção ampliada do capital, mas está baseada na busca de melhores condições de vida e de trabalho da família (SILVA, 2014). É, também, território-natureza – fonte de recursos (HAESBAERT, 2002), e nesse sentido, os camponeses aportam o território camponês como meio de reprodução da vida, através da

produção familiar camponesa - mesmo que precisem recorrer aos trabalhos assalariados, ou a outras formas para se reproduzirem, há essa relação do uso da terra como recurso natural de reprodução da vida, transformando seu espaço, dão materialidade e significado ao território camponês.

O território camponês é, portanto, múltiplo, conforme aponta Haesbaert (2004), o território entendido como “espaço-tempo vivido” será sempre tratado em sua multipluridade, o que difere da concepção hegemônica capitalista que o aborda de forma “unifuncional”. Nesse sentido, o autor afirma que o território em suas relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96)

É necessário, portanto, compreender que esse “continuum” discutido por Haesbaert se insere no processo de dominação e/ou apropriação na perspectiva de Lefebvre de um “espaço-processo” que se funda socialmente, permeadas por relações sociais de poder.

O território envolve sempre uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42)

Assim, podem-se aferir ao território dois aspectos: funcional e simbólico que são simultâneos, mas que podem ter combinações diferenciadas. O primeiro representa o domínio do espaço para realizar suas funções – território é funcional, quando é usado como recurso para abrigar-se (casa, lar), quando se utilizam as matérias-primas disponíveis para sua reprodução, entre outros. Já o segundo tem ligação com o domínio do espaço para a construção de significados e simbologias.

Bonnemaison e Cambrézy (1996, apud HAESBAERT, 2004, p. 4) vai afirmar que a ligação do território não é só a funcional do ter, mas está também relacionada ao ser (identidade), nesse aspecto “perder seu território é desaparecer”. Dentro desta perspectiva, podemos afirmar que a juventude do campo estudada neste trabalho está intimamente relacionada ao SER dentro do território camponês, pois se sente ligada às raízes e origens culturais desse lugar de morada, em que define este território como um espaço “tranquilo, sossegado”, o lugar onde está construindo sua história de vida. Conforme a fala de Mariana de 15 anos de idade, quando questionada se gosta de viver no campo, ela responde: “Sim porque

eu me criei no campo, ter liberdade, sossego [...]”. A expressão se criar no campo é crescer no território camponês, onde experimenta a vida.

Quando esses jovens afirmam que irão para a cidade trabalhar, mas que sempre querem voltar para o território camponês, estão reafirmando sua identidade nesse território. Isso é nítido na fala de Maria 26 anos:

Ah, meu projeto de vida é nunca sair daqui do sítio, eu gosto muito de viver aqui, é arrumar um trabalho, posso até arrumar um trabalho na cidade, mas todo dia, todo finalzinho do dia eu volto para cá pro sítio. Eu quero construir uma família, ter um trabalho, mas se eu vou me deslocar daqui para cidade, mas sempre retornar para cá que eu gosto daqui.

Há uma dualidade presente nas inquietações dessa juventude, ao mesmo tempo em que deseja permanecer no campo, sente-se limitada às questões materiais de existência no território camponês, a ausência de geração de renda que lhe garanta autonomia e as dificuldades no acesso à Educação no Campo e do Campo restringe as possibilidades de escolha dessa juventude permanecer de forma digna em seu território. Isso se percebe nas expressões de Rosângela de 19 anos que fala: “não gosto de cidade não” e logo em seguida diz: “é melhor na cidade, né? que arruma emprego, né? Esse conflito é freqüente do IR e VIR, permeadas de relações entre diferentes realidades num constante processo de mobilidade.

Podemos destacar que esse processo de mobilidade da juventude campo-cidade retratada em suas falas é uma forma de reprodução do território camponês, a juventude quer permanecer no campo e busca estratégias para isso. Essa juventude estabelece para si essa dualidade do IR e VIR (Cidade – Campo), como forma de buscar estruturas materiais de sobrevivência, mas mantendo o território camponês como o lugar de retorno e de pertencimento (território da identidade).

Assim, destacamos que "o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura". (RAFFESTIN, 1988, p. 27). Toda materialidade tem uma relação com uma rede de significados, não está dissociado, esse mesmo autor reafirma essa ligação, mas dá algumas características singulares desses territórios.

Conforme aponta Haesbaert (2004), esse processo de identificação social é ao mesmo tempo uma relação política.

[...] toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e seus grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, anunciada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2004, p. 107).

Podemos dizer que a juventude do campo estabelece uma relação simbólicocultural com território camponês à medida que esses jovens se apropriam do território na perspectiva de uma identidade socioespacial. Assim, o território não é apenas visto sob o ângulo homogêneo, em que o aspecto sócio-cultural está dissociado das relações políticas e sociais, mas dentro do enfoque relacional. Cabe aqui pontuar o território simbólico que expressa o valor da identidade, o valor simbólico que o representa (segurança afetiva, “abrigo”, “lar”). É dessa forma que a juventude enxerga o território camponês, como seu “lugar de morada”, campo do pertencimento, dentro de uma abordagem (in)material do valores “éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (HAESBAERT, 2002, p. 50).

5.3.2 Relação do PBF e o território camponês

Iremos discutir a relação do PBF e o território camponês, a partir da sua multidimensionalidade – econômica, política, cultural e social. Haesbaert (1997) compreende as concepções de território em três dimensões básicas: *Jurídicopolítica*, uma das mais utilizadas que designa o território como espaço delimitado e controlado, onde se exerce o poder, geralmente, o poder político do Estado; *Cultural*, essa trata do aspecto simbólicocultural do território, em que é constituído pela apropriação simbólica produzida pelos sujeitos do seu espaço; *Econômica*, o território é abordado sob o viés das relações econômicas permeadas pela luta de classes sociais e do embate entre capital/trabalho.

Já trabalhamos a perspectiva simbólicocultural do território camponês para a juventude das famílias beneficiárias do PBF. No que se refere à ligação entre essa dimensão e o PBF podemos pontuar a relação intrínseca entre o valor subjetivo dado pela juventude ao território camponês (o pertencer a um espaço) e às condições materiais que minimamente o PBF, permite estabelecer para que esses jovens ampliem suas possibilidades de permanecer no território. Pois, o PBF dá condições materiais mínimas dessa juventude melhorar suas expectativas de vida e isso fortalece o sentimento do pertencimento (aspecto da cultura e da identidade). Portanto, é uma relação do concreto com o simbólico, relação no campo do (in)material, em que uma dimensão também constrói outras.

Agora, discutiremos as dimensões: econômica e jurídica-política do território camponês dentro das relações estabelecidas pela juventude e o uso do PBF. Antes de tratar do aspecto jurídico-político do território – a relação entre PBF, o território camponês e o Estado –

iremos abordar a apropriação política do território camponês pela juventude e as implicações para o território, abordando a dimensão sócioeconômica.

Enquanto comportamento de resistência dos sujeitos que buscam sua territorialidade, esses jovens, mesmo que precisem usar como tática para sua reprodução a mobilidade (campo-cidade) e decidam retornar para o território camponês, o faz por uma decisão política, não apenas de identidade, pois implica estabelecer relações políticas e sociais. Essa juventude se relaciona com pessoas e dimensões diferenciadas, precisam ir para a cidade para estudar, um espaço onde há uma estrutura de relações contínuas (professores, alunos, ideologias, etc.). Quando afirmam a busca por renda e trabalho fixo, esses jovens irão estabelecer relações com empresas, comércio local, fazendeiros, com estruturas de exploração capital-trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que a decisão de retornar ao território camponês é, também, uma decisão política.

Raffestin (1993) vai caracterizar o território por uma relação de poder, dentro de uma abordagem multiescalar, em que se estabelecem poderes para além do Estado, mas, sobretudo, a partir do poder invisível das organizações, empresas, instituições religiosas presentes no território. É sob esse enfoque que o processo de retorno da juventude do campo ao território camponês é uma apropriação política do mesmo. Significa um processo de resistência à ausência das condições estruturais e materiais de existência apropriadas os jovens no campo – a falta de investimento em políticas públicas emancipatórias, como a Educação do Campo, a Política de Reforma Agrária, entre outras.

Poderíamos levantar muitas questões que essa pesquisa não daria conta de responder, mas que se fazem necessárias. O ensino voltado para os estudantes nas escolas da cidade, não comporta a Educação do Campo, nesse sentido, os jovens estudantes do campo que estudam nas mesmas não têm acesso a uma educação contextualizada de valorização da cultura camponesa. O que pode vir a trazer uma ruptura dessa juventude com a produção da agricultura e ser uma das dificuldades da sucessão rural nessas comunidades camponesas, tendo em vista que esses jovens já dizem ter limitações no acompanhamento dos genitores ao trabalho no roçado.

Outra questão a ser pontuada é que esses jovens sonham em concluir os estudos. Em uma das expressões de Renata, ela afirma da necessidade de se “formar”, ter um curso superior: “Pretendo me formar, poucas pessoas são formadas aqui no lugar rural, aí eu pretendo me formar, assim dar uma acessibilidade maior, me formar e estudar bastante, ter uma profissão digna, mesmo sendo do sítio”. Há um paradoxo, em que ela ao se designar do “sítio”, mostra que é um lugar, em que os jovens têm muitas dificuldades para chegar a

concluir a educação formal básica e, ainda, conseguir concluir um curso de graduação. O que isso representa para o território camponês? Um processo de contradições, em que há o despertar, almejar ser camponeses com profissões qualificadas (graduação), algo extremamente significativo, da busca por romper com a invisibilidade da juventude do campo. Traz a significação do território camponês para além da produção de alimentos, mas da produção do conhecimento, da cultura e da resistência, isso vai moldando novas estruturas nesse território.

Mesmo o PBF sendo uma política de transferência da renda mínima é um programa que marca o território camponês, a juventude e suas famílias fazem uso desse recurso para “compra do material da escola” (fala de Taynar - entrevistada), para a “as compras de casa, que é os alimentos, paga energia, paga o bujão e pagar outras contatinhas que ela (filha) faz” (Fala da mãe de Bruna). O PBF dá condições materiais mínimas para a sobrevivência dessas famílias e que conseqüentemente amplia as possibilidades de permanência no território camponês. Fator econômico que favorece o desenvolvimento territorial à medida que isso movimenta o mercado local, tanto do município, quanto nas comunidades camponesas, além de ampliar o acesso dessas famílias à alimentação, educação formal e o atendimento de saúde pública nas Unidades Básicas de Saúde da Família.

Isso fica claro na expressão de Renata: “falando da população mais pobre acho que tem aquelas pessoas que sempre tem aquele sonho de querer estudar, querer uma coisa melhor e tendo esse projeto da Bolsa Família elas vão usar esse dinheiro. A juventude e suas famílias, então, têm a oportunidade de decidir sobre como utilizar o recurso do PBF, isso significa avançar na perspectiva da autonomia subjetiva desses sujeitos.

Outra questão ligada ao trabalho da juventude do campo é que, para conquistarem o sonhando emprego com carteira assinada e ter uma renda fixa mensal, diante das dificuldades do mercado, da instabilidade dos empregos fixos, com a flexibilização nas relações de trabalho nessa nova era da informalidade e do desemprego. É muito provável a pouca probabilidade dessa juventude se firmar no mercado de trabalho. Isso também provoca uma série de problemas sociais e econômicas que refletem profundamente na configuração do território camponês. São questões que não são possíveis responder neste estudo, mas registramos aqui para futuros trabalhos acadêmicos.

Esses jovens afirmaram que já pensaram em sair do território camponês para viver na cidade, porque na cidade encontram as vantagens que não existem no campo, como trabalho, educação e outros serviços. Isso nos traz algumas questões para o território camponês: a sucessão rural e a migração da juventude do campo para a cidade provocam o

envelhecimento e a masculinização no campo. O que mostra o censo 2010 do IBGE é que no Brasil existem menos jovens entre 18 a 24 anos de idade, bem como menos idosos entre 60 anos de idade ou mais em qualquer região do país, quando comparada com a população de meia idade – de 25 a 59 anos – no território brasileiro. Já em relação às mulheres, os dados nos mostram que na área urbana a população feminina é maior que a população masculina, chegando a atingir seis milhões e quatrocentos mil a mais que o número de homens, no que se refere à área rural ocorre o inverso, os homens alcançam uma média de um milhão e duzentos mil a mais que as mulheres. Assim, se ocorrem migrações da juventude camponesa se pode acarretar um processo de modificação desse território, com uma população do campo mais idosa e sem a presença da juventude. Mas que a partir da ideia de mobilidade (IR e VIR), não se trata apenas de permanecer na cidade, mas da ideia do retorno. Na fala do jovem Macel, isso fica claro: “se eu sair pra fora é pra conseguir trabalho e dar melhoria de vida para minha família também. Sempre ter um lugar aqui no campo pra sempre vir nos fins de semana, porque é mais tranquilo”.

A juventude do campo resiste a esse processo de exclusão no território camponês, à falta de políticas públicas adequadas e contextualizadas às suas necessidades. É um esforço que representa uma luta constante e diária para concretizar esse direito, jovens do campo precisam enfrentar horas de estrada para se deslocarem até a cidade para estudar, muitos deles necessitam trabalhar no período em que não estão na escola. São notáveis as inúmeras desvantagens enfrentadas pela juventude do campo; na fala de Mariana é perceptível:

A gente que vive no campo, como eu disse é mais complicado pra gente correr atrás dos nossos sonhos porque as vezes a gente tem o transporte para ir para escola, mas a as vezes quebra, as vezes num tem, na cidade já não, na cidade já é tudo mais fácil, você é só se locomover já tá na escola, ou então já tá em qualquer canto que você queira estar, então a diferença é essa na cidade você pode correr atrás, já no campo é mais difícil.

A geração de renda é outro desafio, uma das principais dificuldades enfrentadas por suas famílias. Vêm a ida para a cidade uma forma de conseguirem emprego fixo para obter uma vida melhor. Em uma das entrevistas, a jovem de 16 anos de idade já tem duas irmãs que residem no Rio de Janeiro e que foram para trabalhar: “Tenho irmãs, tudo mora fora, trabalhando, tão se rebolando, uma tá no Rio (Rio de Janeiro), a outra viajou agora a pouco, falta de emprego, não tem emprego pra se sustentar aqui. Uma tem 22 e a outra tem 23 anos”. Essa mesma jovem diz: “se os jovens tivessem algo pra expandir aqui, os jovens não ia se migrar daqui pra trabalhar fora ia construir o pé de chão aqui e ainda por cima ia dar desenvolvimento a comunidade”. Acontece que os camponeses em seu processo histórico,

usam a migração como uma das formas de reprodução, dessa forma elas existem em intensidades diferenciadas em períodos distintos.

Por causa do PBF, as famílias beneficiárias têm mais condições de sobreviver no campo, mas é preciso deixar claro que apenas o PBF não garante isto. É necessário trabalhar, aliando os trabalhos, que não são fixos, e o recebimento do recurso do PBF, as famílias encontram mais possibilidades de ficar no campo. Cabe destacar que o PBF vem reduzir a saída dos camponeses do campo, na medida em que mesmo em um grande período de seca no semiárido, as famílias entrevistadas conseguem resistir, fazem “bicos” – trabalhos temporários, como serventes de pedreiro, artesanatos (redes e tapetes de fio) entre outros, e complementam com o básico, a renda familiar por meio do PBF.

Percebe-se que o PBF amplia minimamente a possibilidade de reprodução dos camponeses no território, pois ameniza os efeitos da pobreza no campo. Como mencionado anteriormente, esse é um programa que se insere na Política de Combate à Pobreza no Brasil e esse tende a seguir sob o viés da fragmentação e de ações emergenciais que não resolve a raiz do problema no país: a alta concentração de riquezas e de terras, resultando nas desigualdades sociais e na subordinação dos sujeitos.

Pois, o PBF não garante autonomia financeira dessas famílias e da juventude do campo contribui para complementar a renda da família e isso traz mudanças significativas, como a ampliação mínima do acesso à alimentação e o acesso e permanência das crianças e jovens entre 15 a 18 anos no ensino regular, pois o recurso possibilita custear minimamente as despesas escolares. Esses são fatores que reconfiguram o território, dando movimento ao mercado interno das comunidades rurais e das cidades pequenas, além de levantar a possibilidade dessas famílias permanecerem no território. Carla de 18 anos, da comunidade do Marinho, nos ajuda a discutir essa questão:

Porque tem muita gente que sai daqui pra morar fora por causa de emprego, muitas pessoas casadas também, deixam os filhos com suas mães pra trabalhar e essas pessoas que moram aqui que tem (Bolsa Família) tem como sobreviver um pouco com a ajuda do dinheiro da Bolsa Família e também trabalhando.

Dessa forma, o Programa aumenta as possibilidades econômicas, políticas e sociais, pois enquanto sujeitos, esses estão destituídos dos direitos vitais básicos inerentes à pessoa humana. Percebemos a dimensão jurídicopolítico – relação do PBF, a partir da interligação do Estado e o território camponês – firmada numa relação de poder de subordinação na medida em que o PBF é uma ação paliativa, frequentemente, não articulada à política macro-econômica, o que há é uma contradição entre as articulações das outras políticas com o PBF,

de forma focalizada. E mesmo com a redução da pobreza no território camponês não há uma mudança considerável nas relações sociais de dominação e subordinação às políticas do Estado neoliberal, as quais não geram autonomia. Somente através do processo de viabilidade de políticas estruturais que garantam as reformas de bases (Reforma Tributária, Reforma Agrária, entre outras) de nosso país, é que será possível uma apropriação do território camponês de forma emancipatória em sua multidimensionalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF contribuiu para o resgate da cidadania, quando estando dentro de um contexto de exclusões extremas o mesmo trouxe o fruir ao direito preliminar, a vida. Esse possibilitou as famílias beneficiárias se enxergarem como pessoas humanas, reivindicam muito mais que a pequena quantidade de recursos disponíveis e almejam independência financeira e a construção de condições objetivas para isso, como a sonhada carreira profissional por parte da juventude pesquisada e o trabalho regular que garantam renda e sustentabilidade.

No que correspondem às implicações do PBF na vida da juventude do campo beneficiárias, se constatou dois grandes desafios: a questão da renda e a educação formal. Os jovens colocam que as prováveis chances de conseguir trabalho estão relacionadas com a qualificação profissional, alcançada através dos cursos profissionalizantes e com a garantia da educação formal. Verificamos que o PBF favorece o acesso à educação formal por parte dos jovens camponeses, no entanto, eles precisam se dirigir à cidade, principalmente durante o ensino médio.

Reafirmamos que a juventude pesquisada não está inserida em movimentos sociais, camponeses (as) despossuídas de terra constroem para si diferentes formas de resistências. Os jovens entrevistados resistem quando buscam a educação formal como perspectiva de um bom futuro, como também, a busca pelo trabalho e/ou emprego que lhes garantissem renda fixa e proporcionassem mais qualidade de vida para sua família, principalmente para seus pais. As famílias beneficiárias do PBF destes jovens adotaram como estratégia de uso os recursos do Programa para a complementação da renda familiar mesmo diante da problemática da geração de renda em suas comunidades.

Pontuamos que a conquista do tão sonhado emprego formal por estes jovens é contraposto a realidade do sistema capitalista, da atual crise econômica, da instabilidade dos empregos fixos e mediante ao processo de flexibilização nas relações de trabalho e da reforma trabalhista. O que significa a geração de vários problemas sociais e econômicos que, certamente, refletem sobre o território camponês. São questões, as quais esta pesquisa não dar conta de responder, exigindo outros trabalhos acadêmicos.

Enfatizamos que diante da exclusão da juventude do campo ao direito a Educação do Campo gratuita e de qualidade, o esforço destes sujeitos em concluir tanto o ensino médio, quanto o sonho de fazer o ensino superior foi um ato de resistência. É um desafio garantir que o acesso a política de educação seja de qualidade, frequentemente a educação formal não é voltada para a realidade desses sujeitos. Levantamos a seguinte questão mediante essa

problemática: se a juventude não tem acesso a Educação do Campo, isto pode acarretar uma ruptura com a produção agropecuária, trazendo como limite a sucessão rural nesses territórios camponeses.

Vimos que o PBF ampliam as perspectivas de vida dessa juventude, no entanto, o mesmo não garantiu independência financeira para suas famílias, sendo necessária a procura por trabalho. Este trabalho revelou a busca constante para garantir renda por parte das famílias beneficiárias e ao contrário do que se ouviu falar no cotidiano, através do senso comum de que essas famílias ao receberem o PBF se tornavam acomodadas e preguiçosas, as mesmas precisam diariamente trabalhar por “fora”, como falam os jovens, para garantir condições mínimas de sobrevivência, pois somente o PBF é insuficiente, sendo apenas um complemento na renda.

Pudemos averiguar que a falta de investimento público em políticas específicas para a juventude provoca uma minimização das possibilidades de permanência desses jovens no campo. O não acesso à terra, a falta de assistência técnica, a dificuldades de acesso a água, entre outros fatores, gera uma grande dualidade desses jovens na busca de melhores condições na cidade, um processo de contradições no território camponês. Essa dualidade presente na vida desses jovens entre o querer ficar no campo e a necessidade de sair para buscar melhores condições de vida traz a mobilidade campo-cidade como estratégia de reprodução do território camponês. A juventude compreende esse território sob o véis da identidade-simbolismo, pois é um espaço de pertencimento, o lugar de retorno mesmo sendo necessário ir para a cidade.

No que se refere as implicações do PBF sobre o território é que o Programa favorece a reprodução do território camponês em sua multidimensionalidade. No aspecto socioeconômico ele movimenta o mercado local das comunidades e do município, possibilita a ampliação minimamente do acesso à alimentação, aos direitos sociais básicos como a saúde e a educação. No que se refere à dimensão cultural gera a autonomia dos sujeitos, quando permite o poder de decidir sobre o uso dos recursos recebidos, além de permitir que esses sujeitos consigam enxergar novas perceptivas de vida e construam territórios camponeses da resistência, da cultura e do conhecimento – não apenas como territórios da produção de alimentos.

A decisão dos jovens de voltar para o campo, mesmo estabelecendo essa mobilidade entre campo-cidade se configurou uma decisão política, pois os mesmos estabelecem diversas relações de poder entre diferentes contextos e realidades.

Constatou que há uma relação contraditória entre as políticas públicas no município de Boqueirão e o acesso dessas pela juventude do campo. Não existem políticas específicas para

a juventude em Boqueirão e as políticas transversais quase não chegam aos territórios camponeses, o que limita as possibilidades desses jovens de terem uma vida com mais dignidade. Assim, a ampliação do acesso à crédito, acesso à terra, acesso à educação continuada e permanência do jovens nas escolas com apoio e metodologia que valorizem suas condições específicas, como o regime de alternância; saúde, habitação, transporte e amplo acesso à inclusão digital e à cultura permanecem como desafios. Sabemos que, se de fato, essas políticas públicas tivessem sido efetivadas na prática teríamos tido um processo de mudança estrutural na situação de pobreza que essas famílias vivenciam.

Contudo, o que foi discutido mostra que há um investimento estatal maior para o agronegócio que para a agricultura camponesa, e ainda menos uma priorização com a Política Nacional de Juventude que garantisse mais possibilidades de vida para esses sujeitos de direito, exigindo um amplo processo político e participativo em torno dessa construção.

Dessa forma, mostramos que o problema da pobreza é uma questão estrutural da desigualdade social e da concentração da riqueza em nosso país. Não questionamos a importância que o Programa Bolsa Família representa para as famílias beneficiárias e dos mínimos impactos provocados pelo seu acesso. Questionou-se a forma como a política de transferência de renda – o PBF – foi posta, sem uma articulação real das políticas macroeconômicas e sem as reformas estruturais, como a reforma agrária, tributária, entre outras, o PBF continuará sendo apenas uma política compensatória das desigualdades no Brasil.

Nessa perspectiva de pensamento não pudemos enxergar o PBF como caridade, tão pouco como uma esmola do governo para as famílias beneficiárias. Julgamos ser importante destacar que se trata de uma Política de Transferência de Renda e um direito dessas famílias terem condições dignas de vida – embora o PBF seja um programa emergencial – e certamente, se não for aliada a outros serviços e políticas públicas, não resolverá as questões estruturais da pobreza em nosso país.

A juventude investigada nesta pesquisa manteve uma ligação forte com o território camponês, pois o compreendeu como o lugar de pertencimento e de vida. Dentro da caracterização do campesinato, em que a reprodução social da família camponesa não objetiva a obtenção de lucros, mas a reprodução da vida. A partir das experiências desses jovens do campo, inseridos em diferentes realidades, construíram e reconstruíram o território, modificando-o e transformando-o, ao mesmo tempo em que também se transformaram no decorrer desse processo. O território camponês passa por processos contraditórios e de resistências à territorialização do capital no campo. No entanto, mesmo diante das

contradições a juventude do campo construiu suas formas de resistências para garantir suas necessidades e demandas próprias dentro desse território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. **In:** PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 303-325.

ALMEIDA, P.; PETERSON, P. **Desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro**. Campina Grande/Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

ARRUDA, J. J. de A.; PILETTI, N. **Toda a História**. São Paulo: Ática, 1999.

BARCELLOS, S. B. A. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, p. 00-00, 2015.

BORBA, M. F. A; VINHA, J. F. de. S. C. A juventude camponesa e a sua organização social e política: o território como categoria analítica. **In:** ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, São Paulo. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE - A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação**, São Paulo, 2015. p. 9263-9274.

BOSCHETTI, I. A Política de Seguridade Social no Brasil. **In:** CFESS; ABEPSS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009, p.323-338.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.852, de 5 ago. 2013. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - Bolsa Escola. Promulgada em 11 de Abril de 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em: 20 jul 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Programa Bolsa Família**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, F. C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 97-117.

CARNEIRO, J. O. Seca no nordeste: um tema sempre atual. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 43, p. 11-14, 2014. Disponível em:

<<http://www.alexandresantos.com.br/IHG201409.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CARVALHO, A. M. P. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 16-26, 2008.

CARVALHO, H. M. de (org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, n. 53, 2012.

_____. Na sombra da imaginação: reflexão a favor dos camponeses. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, p. 1-4, 2010.

CARVALHO H. M. de; COSTA, F. de. A.; Campesinato. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, M. G. de. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad; 2009.

_____. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem Rural**. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, A. D.; SARMENTO, E. D. M.; VIEIRA, L.; CASTRO, S. **Juventude Rural, Agricultura familiar e Políticas de Acesso à Terra no Brasil**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2013.

CHAUÍ, M. A sociedade democrática. In: MOLINA, M. C.; SOUZA JÚNIOR; J. G.; TOURINHO, F. (Org.). **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 332-340.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ocorrências de Conflitos por Terra Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/14009-2015-conflitos-por-terra-ocorrencias-completa>>. Acesso em: 10 abr. 2016

CONJUVE. **Sobre**. [2015]. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/sobre#.V3u7INrLIV>>. Acesso em 19 dez. 2015.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. **Rede GPR – Grupo de Produção e Resistência**. [2014]. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/tag/grupos-de-producao-e-resistencia/>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

COSTA, I. C. **Análise da evolução volumétrica do aporte de sedimentos ao reservatório Epitácio Pessoa – PB**. 2006. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

DECLARAÇÃO do Encontro Unitário Camponês da Paraíba por Terra, Território e Dignidade. João Pessoa, 28 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Declara%C3%A7%C3%A3o-Unit%C3%A1rio-PB.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

DELGADO, G. Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Abra**, v. 1. n. 2, p. 1-122, 2014.

DELPHY, C. Verbete Patriarcado (Teoria do). In: HIRATA, H. et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIERTERLEN, P. **La pobreza: un estudio filosófico**. 1 ed. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas, Fondo de Cultura Económica, 2003.

DURSTON, J. **Juventude y Desarrollo rural: marco conceptual y teorico**. Buenos Aires: Cepal, 1998.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectiva**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

EDUCAÇÃO no campo/Pronera. **Incra**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/biblioteca%40ippri.unesp.br/15c83b45553bc978>>. Acesso em 16 jul 2017.

FERNANDES, B. M. Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, v. 8, n. 6, 2006.

_____. Via Campesina. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAIANAIN, A. M. (Org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. UNESP, 2014. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202015/Aula%2011b.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. O fim do campesinato? In: CARVALHO, H. M. de (Org.). **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 17-19.

FES BRASIL. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.fes.org.br/>>. Acesso em 19 dez 2015.

GASPARETTO, S, A. K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Cecena, A.E. **Los desafios de lãs emancipaciones em um contexto militarizado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006. p. 151-197.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v.

GURJÃO, E. Q.; LIMA, D. (Org.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande: EDUEP, 2001.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.

_____. Des-caminhos e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org). **Territórios e desenvolvimento: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: Mimeo, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p. 43-70.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA . **Censo escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 10 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/idv/tela_uf_e_mun.php?ibge=15&aba=2;http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/idv/tela_uf_e_mun.php>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ÍNDICES básicos módulo fiscal de cada município em hectares. **Incra**. Brasília, 2013. Disponível em: Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 05 mai. 2018.

JUNIOR, P. A. S. Notas críticas sobre a atualidade e os Desafios da questão agrária. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189 -240.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991, 454 p.

LENIN, V. I. O Estado e a Revolução (1917). In: LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: Contribuições para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALAGODI, E. **Propriedade Fundiária e campesinato. Um estudo de Smith, Ricardo e Marx**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

MANSAN, P. R. A. **A construção identitária da juventude nos Movimentos Sociais da Via Campesina Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

MEDEIROS, L. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENDONÇA, S. R. Representação Agroindustrial e Reforma Agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária (I – PNRA 1985). In: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 71-115.

MENESES, F. V; GOMES, A. R. **A caprinocultura no Cariri Paraibano: políticas públicas, associativismo e relações de poder**. 2012. (Mimeo)

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativos-Qualitativos: Oposição ou Complementaridade?. **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de Informações Sociais**. 2017. disponível em:
<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153>>. Acesso em 19 jan. 2017.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOVAES, R. R. Juventude/juventudes?. **Comunicações Inserir**, v. 17, n. 50, p. 8-22, 1998.

_____. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida**. São Paulo, 2007.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

O QUE é a CNJTTR. Juventude Rural, jul. 2007. Disponível em:
<<http://www.contag.org.br/imagens/f323RevistaJuvRural.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PACTO Estadual pela juventude paraibana. **Juventude**. 2017. Disponível em:
<<http://juventudes.pb.gov.br/pacto-estadual-pela-juventude-paraibana>>. Acesso em 02 jul 2017.

PODOLESKI, V. M. O. S. P. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História**, v. 3, n. 2, p. 47-58, 2009. Disponível em:
<<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-37.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PRADO, C. J. **A questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasilense, 2000.

PRONERA 18 anos transformando vida no campo por meio da educação. INCRA, Brasília, 2017. Fonte: <<http://www.incra.gov.br/noticias/pronera-18-anos-transformando-vidas-no-campo-por-meio-da-educacao>>. Acesso em 16 jul 2017.

QUEM somos. **CONTAG**. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>>. Acesso em 20 jun. 2017.

QUEM somos. **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://contrafbrasil.org.br/conteudo/1/quem-somos>>. Acesso em 20 jun. 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

REGO, W. D. L; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Revista De Ciências Sociais-Política & Trabalho**, v. 1, n. 38, 2013.

RODRIGUÊS, C. C. **Resultados sócio econômicos da ação do Estado nos programas de desenvolvimento regional para pequenos produtores. Estudo de caso do açude de Boqueirão-PB**. 1985. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1985.

SAIU o resultado final! Confira as três propostas prioritárias da juventude brasileira para mudar o Brasil. **Juventude**. 19 dez. 2015. <<http://juventude.gov.br/conferencia/noticias/saiu-o-resultado-final-confira-as-tres-propostas-prioritarias-da-juventude-brasileira-para-mudar-o-brasil>> . Acesso em 28 dez. 2015.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

_____. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, M. A. (Org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Agenda Juventude Brasil. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/documentos/juventude-brasil>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SILVA, V. I. **Classes Camponesas: Modo de ser, de ver e de produzir**. 1 ed. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850**. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, M. S; MENEZES, M. A. As migrações sazonais do Sertão Paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: DA COSTA ALVES, F. J.; NOVAES, J. R. **Migrantes-**

trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUSCAR, 2007, p. 233-256.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. F. **“Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

SILVEIRA, A. M. Moeda e redistribuição de Renda. **Revista Brasileira de Economia**, v. 29, n. 2, p. 3-15, 1975.

SIMMEL, G. **Filosofia del Dinero.** Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977.

_____. Sociología. **Estudios sobre las formas de socialización.** Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRE os coletivos e comissões. **CONTAG.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=252&nw=1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SOUSA, V. P. de.; BRITO R.L. de. O.; ANDRADE, J. F. F. Boqueirão: a cidade das águas. In: SOUSA, A. C. B. de. (Org.). **História dos Municípios Paraibanos.** Campina Grande: EDUFPG, 2013.

SPOSATI, A. O. **Carta-Tema: a assistência social no Brasil – 1983-1990.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

STEDILE, P. J. Questão Agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STROPASOLAS, L. V. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

SUPLICY, E. M.; CURRY, S. A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1, 101–121. 1994.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VERGOPOULOS, K. O. **A questão agrária e o capitalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WASELFISZ, J. J. **Mortes Matadas por Armas de Fogo.** Mapa da violência da Juventude 2015. Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro? In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. D. E. (Org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

_____. **Juventude Rural: Vida no campo e projetos para o futuro**. Relatório Técnico CNPQ, 2006.

_____. **Juventude rural: Vida no campo e projetos para o futuro**. Projeto de Pesquisa, 2003.

WEISHEIMER, N. **Os jovens Agricultores e seus Projetos Profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinha**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Juventudes rurais: Mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-lt_Juventudes_rurais_map-1655238.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – RESILIÊNCIA

ID: _____ Localidade: _____ Data: _____

Entrevistador: _____

Entrevistada/o: _____

I – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

1. Em sua opinião o que é Programa Bolsa Família?
2. Você sabe quais foram os critérios adotados para que sua família seja beneficiária do Programa Bolsa Família? Quais?
3. Como era a vida da sua família, antes de receber o Programa Bolsa Família?
4. O que representa para você, enquanto jovem do campo, receber o PBF?
5. O que mudou na sua vida depois que sua família se tornou beneficiária do Programa Bolsa Família?
6. Quais os benefícios trazidos para sua família, após o acesso ao Programa Bolsa Família?
7. Existem vantagens para a sua comunidade rural com o acesso ao Programa Bolsa Família pelos moradores? Quais?
8. O Programa Bolsa Família assegura para você, jovem do campo, independência financeira? Por quê?
9. Em sua opinião, o Programa Bolsa Família melhorou a vida das pessoas que vivem no campo? Por quê?
10. Você acha que o Programa Bolsa Família contribui para o desenvolvimento rural? Como?
11. Você acha que o Programa Bolsa Família se relaciona com outros serviços públicos e/ou políticas públicas? Como?
12. O Programa Bolsa Família já ajudou você a acessar outros serviços públicos ou políticas públicas? Quais? E Como?
13. Você já acessou algum programa ou política pública específica para juventude rural? Quais?

II - SONHOS E PERSPECTIVAS

14. Você gosta de viver no campo? () SIM () NÃO

Se Sim, Por quê?

15. Pensa em sair do campo? () SIM () NÃO

Se sim. Por quê?

Se não, quais seus projetos de vida no campo?

16. O que você acha que é preciso fazer para melhorar a vida do jovem no campo?

17. O que você gostaria de melhorar em sua comunidade?

18. O que você acha que seria necessário fazer para que as pessoas que vivem no campo melhorem de vida?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS COM A JUVENTUDE CAMPONESA
BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
BOQUEIRÃO-PB**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina
e Caribe (TerritoriAL)**

Equipe: Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia)

ID: _____ Localidade: _____ Data: _____

Entrevistador: _____

A - IDENTIFICAÇÃO

1. Nome da pessoa entrevistada _____
2. Ano de Nascimento _____
3. Posição na família: 1. Pai () 2. Mãe () 3. Filha/o () 4. Avô/o () 5. Nora/Genro () 6. Outro _____
4. Religião _____
5. Gênero: Masculino () Feminino ()
6. Orientação Sexual: _____
1. Etnia: () Branca () Negro () Pardo

B - INFORMAÇÕES SOBRE A CASA/FAMÍLIA

8. Mora em:
 - a. Casa Própria () (Pular para a próxima questão)
 - b. Casa Alugada (Se alugada, informe o nome do proprietário da casa, e onde ele mora).

9. Quantas pessoas moram na casa: _____

10. Habitantes da casa:

Nome	Grau de parentesco	Idade	Trabalha em que?	Escolaridade
	Entrevistado			

12. Desde que ano a família mora nesta localidade? _____

13. Sua família sempre morou nesta localidade? Sim () Não ()

14. Já morou em outra(s) localidade(s)? () Sim () Não

15. Se sim, qual o motivo da Mudança? _____

16. Quantos cômodos a casa tem: _____

C – RENDA E TRABALHO

17. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

() Nenhuma renda.

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 788,00).

() De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 788,00 até R\$ 1.576,00).

() Mais de 3 salários mínimos (Mais que R\$ 2.364,00).

18. Você trabalha ou já trabalhou?

() Sim () Não

19. A renda familiar é proveniente de que?

() Aposentadoria () Bolsa Família () trabalho no campo () Outro _____

20. Você trabalha atualmente? () Sim () Não

21. Se SIM. Em que?

() Na agricultura, no campo ou na pesca.

- () Na indústria.
- () Na construção civil.
- () No comércio, banco, transporte, ou outros serviços.
- () Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
- () Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- () Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- () No lar (sem remuneração).
- () Outro _____
- () Não trabalho.

22. Você se desloca para outra comunidade ou município para trabalhar? () Sim () Não.
Onde? _____ quantos km para chegar? _____

23. Qual é o meio de transporte para chegar até o trabalho: _____

24. O que representa o trabalho em sua vida, enquanto jovem do campo?

D - ACESSO À TERRA

25. A família é proprietária de terras? () Sim () Não

(Se assinalou não, pular para a questão 29)

Se sim, quantas ha tem? _____

26. Quem é o titular da terra? _____

27. A terra foi herdada?

() Não () Sim. De quem? _____

28. A terra foi comprada.

() Não. () Sim. De quem? _____

29. Se a família não tem terra, trabalha na terra de outra pessoa?

20. Onde fica essa terra?

21. De quanto é a renda para o dono da terra?

30. Você trabalha na terra com seus genitores? _____. Se sim, como é desenvolvido esse trabalho? _____

D – ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

31. Que alimentos a família produz para consumo próprio? _____

32. Que alimentos a família compra para consumo próprio? _____

33. Onde são comprados os alimentos para consumo da família? _____

A Família comercializa o excedente da produção? _____

Onde? _____

34. O que a família produzia e deixou de produzir? Por que? _____

35. Existem dificuldades na produção de alimentos para a família? Quais? _____

36. Quantas pessoas da família trabalham na agricultura? _____

39. Você faz parte de alguma cooperativa ou atividade produtiva comunitária? _____

40. Que ferramentas são usadas na roça? _____

41. Faz uso de adubo químico? Desde quando? _____

42. Faz uso de herbicidas (ou agrotóxicos)? Que tipo? Desde quando? _____

43. Você contribui na produção agrícola com seus genitores? _____ Como?

E - CULTURA, ESPORTE E LAZER

44. Existem na comunidade espaços coletivos para o desenvolvimento de atividades culturais?

Quais? _____

45. Existem na comunidade espaços coletivos para o desenvolvimento de atividades esportivas? Quais? _____

46. Você pratica algum esporte em sua comunidade? Quais? _____

47. Existem na comunidade mestres da cultura popular (artesãos, curandeiras, parteiras, músicos, poetas, etc.)? _____

48. Você, enquanto jovem do campo, participa de atividades que promovam o conhecimento da luta pela terra e pela reforma agrária? Se sim, quais: _____

49. Existe alguma política pública de cultura, esporte e lazer em sua comunidade? Qual ou quais? _____

50. Existem grupos culturais (de teatro, dança, música)? Quem faz parte? Como se organizam? _____

51. De quais atividades culturais você participa em sua comunidade?

F – EDUCAÇÃO

52. Você estuda em escola regular? () Sim () Não

53. Qual nível de escolaridade?

() Fundamental I

() Fundamental II

() Médio Incompleto

() Médio Completo

() Graduação. Qual? _____

() Graduação Incompleta. Qual? _____

() Pós-graduação. Qual? _____

54. Onde Estuda? _____

55. Faz outro curso fora do ensino regular? _____

56. Se não estuda mais. Por que desistiu? _____

Tem vontade de voltar a estudar? _____

G - PROGRAMAS SOCIAIS.

57. A família é beneficiária de quais programas sociais abaixo relacionados, desde quando? E quais são as contribuições para a família?

Programa	Ano	Contribuições
Cisternas (P1MC e P1+2)		
PRONAF (Empréstimo para fazer lavoura)		
PRONAF Jovem		
Bolsa Família		
Seguro Pesca		
Aluguel da Transposição		

Seguro Safra		
PNCF		
PRONATEC		

H - Programa Bolsa Família (PBF)

58. Qual é a renda familiar mensal proporcionada pelo PBF? _____

59. O que representa para você, jovem do campo, ter o acesso ao PBF?

60. O PBF lhe assegura independência financeira?

61. Qual tipo de relação o Programa Bolsa Família tem com outros Programas Sociais?

62. O PBF lhe ajuda a ter acesso às políticas públicas, como Educação, Saúde e Assistência Social? Como? _____

I - SONHOS E PERSPECTIVAS:

63. Você gosta de viver no campo? () SIM () NÃO

64. Se Sim, Por quê? _____

65. Pensa em sair do campo? () SIM () NÃO

66. Se sim, Por quê? _____

67. Se não, quais seus projetos de vida no campo? _____

68. O que você gostaria de melhorar em sua comunidade? _____

69. De que forma o PBF contribui para você, enquanto jovem camponês, a viver no campo?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM OS GESTORES DAS SECRETARIAS
MUNICIPAIS DE BOQUEIRÃO-PB**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)**

Questionário com os gestores das secretarias municipais de Boqueirão-PB

Equipe:

Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia).

IDENTIFICAÇÃO

A - Nome da pessoa entrevistada: _____

Secretaria: _____

B – Questões:

1. No município de Boqueirão o Conselho Municipal de Juventude funciona? Se sim, como funciona? Se não, por quê?
2. Nessa atual gestão municipal existe gestor jovem? (considerando que pelo Estatuto de Juventude, jovem são as pessoas entre 15 a 29 anos de idade). Se sim, quantos? E em quais secretarias?
3. Qual o orçamento dessa secretaria direcionado para a população jovem? Em que ações são investidas? Se não, por que não há orçamento destinado para isso?
4. Quais ações planejadas para o próximo período por essa secretaria para a juventude e, especificamente, a juventude do campo?
5. A sua secretaria tem alguma Lei ou Projeto de Lei Municipal direcionada para a juventude e, especificamente, a juventude do campo?
6. Qual (is) política (s) nacional (is) de juventude a sua secretaria executa no município?
7. Na gestão municipal tem alguma estrutura para a juventude na administração? Tem coordenadoria de Juventude? Se sim, como funciona? Se não, por quê?

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO COM A GESTORA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA DE BOQUEIRÃO-PB**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)**

Questionário com a gestora do Programa Bolsa Família de Boqueirão-PB

Equipe:

Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia).

IDENTIFICAÇÃO

A - Nome da pessoa entrevistada: _____

Função na prefeitura: _____

B – Questões:

1. Como funciona o Programa Bolsa Família no município de Boqueirão?
2. Como o Programa Bolsa Família atende a juventude em geral e, especificamente, a juventude do campo? (Considerando o Estatuto de Juventude que considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos)
3. É possível saber o total de jovens que são atendidos pelo Programa Bolsa Família no município?
4. Qual o total de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Boqueirão? E o total das famílias que residem no campo?
5. Quais são as dificuldades encontradas na gestão do Programa Bolsa Família no município de Boqueirão?
6. Você percebe mudanças significativas na vida das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em especial das famílias que moram no campo? Se sim, quais? E por quê?
7. Você acha que o Programa Bolsa Família amplia o desenvolvimento das comunidades rurais? Se sim, Como?

**APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO COM GESTORA DA SECRETARIA DE ESTADO
DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER DA PARAÍBA**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)**

**Questionário com gestora da Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer da
Paraíba**

Equipe:

Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia).

IDENTIFICAÇÃO

A - Nome da pessoa entrevistada: _____

Secretaria: _____

B – Questões:

1. Na Paraíba o Conselho Estadual de Juventude funciona? Se sim, como funciona? Se não, por quê?
2. Nessa atual gestão estadual existe gestor jovem? (considerando que pelo Estatuto de Juventude, jovem são as pessoas entre 15 a 29 anos de idade). Se sim, quantos? E em quais secretarias?
3. Qual o orçamento do governo estadual direcionado para a população jovem? Em que ações são investidas? Se não, por que não há orçamento destinado para isso?
4. Quais ações planejadas para o próximo período pelo governo da Paraíba para a juventude e, especificamente, a juventude do campo?
5. O governo estadual tem alguma Lei ou Projeto de Lei Estadual direcionada para a juventude e, especificamente, para a juventude do campo? Se sim, qual (is)?
6. Qual (is) política (s) nacional (is) de juventude a sua secretaria de juventude executa no Estado da Paraíba?

7. Na atual gestão do governo tem alguma estrutura para a juventude na administração? Tem coordenadoria de Juventude? Se sim, como funciona? Se não, por quê?

**APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO COM OS TRABALHADORES DA ÁREA DE
SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO-PB**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)**

Questionário com os trabalhadores da área de saúde no município de Boqueirão-PB

Equipe:

Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia).

IDENTIFICAÇÃO

A - Nome da pessoa entrevistada: _____

Função na Prefeitura: _____

Escolaridade: _____ Idade: _____

Comunidade: _____

B – Questões:

1. Enquanto profissional da área de saúde, explique como são atendidos os jovens na área de saúde em Boqueirão e nas comunidades camponesas. Quais são as ações da secretaria de saúde direcionadas para a população jovem do campo? (considerando que pelo Estatuto de Juventude, jovem são as pessoas entre 15 a 29 anos de idade).
2. Você acha que os jovens das comunidades camponesas têm um serviço de saúde de qualidade? Por quê?
3. Quais são os principais problemas relacionados à questão da saúde que a juventude do campo vivencia no município de Boqueirão? Como superar esses problemas?
4. Você acha que existe um considerável investimento público na área de saúde para a juventude do campo no município de Boqueirão? Se sim, quais ações desenvolvidas? Se não, por quê?

**APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO COM AS GESTORAS DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE BOQUEIRÃO-PB**

**Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)**

Questionário com as gestoras das escolas municipais de Boqueirão-PB

Equipe:

Janaina Francisca de Souza Campos (Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP); Maria de Fátima Alves Borba (Mestranda em Geografia).

IDENTIFICAÇÃO

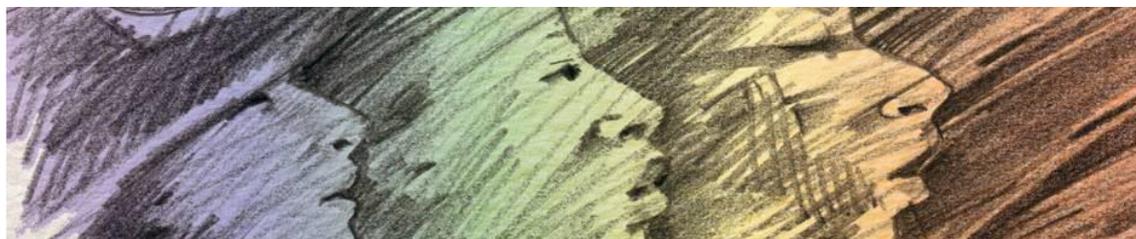
A - Nome da pessoa entrevistada: _____

Função na Prefeitura: _____

B – Questões:

1. Qual a importância da Educação do Campo ser incorporada nas escolas municipais para a formação da juventude do campo em Boqueirão?
2. Fale um pouco da sua experiência profissional na área da Educação do Campo. Quais são os desafios para que a educação do campo realmente seja incorporada nas ações da Secretária de Educação e Cultura do município?
3. É possível saber a quantidade de escolas existentes no campo no município de Boqueirão? Se sim, quantas? Essas escolas no campo incorporam toda a Educação Básica? Fale um pouco das condições orçamentárias destinadas para a Educação do Campo em Boqueirão a partir do seu olhar de Educadora.
4. A partir da sua experiência fale um pouco das condições da política pública de educação direcionada para a população do campo na região do Cariri Oriental?
5. Quais os desafios para a juventude que precisa se deslocar do campo para a cidade para poder cursar o ensino médio? Você acha que a Educação do Campo é incorporada nas escolas de nível médio em Boqueirão?

ANEXO A – DECLARAÇÃO DO ENCONTRO UNITÁRIO CAMPONÊS DA PARAÍBA POR TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE!



Declaração do Encontro Unitário Camponês da Paraíba Por Terra, Território e Dignidade!

Resistência: esse é o elemento que marca a história do povo e dos movimentos que lutam por justiça e pela democratização do mundo rural paraibano desde os primórdios coloniais. Nosso Encontro Unitário é a expressão contemporânea dessa histórica luta contra os projetos impostos pelo capital. Quando a América Latina, em pleno desenvolvimento mercantilista europeu, se inseriu na condição de colônia de exploração para o acúmulo de riquezas das potências européias, nossos povos originários já se colocavam em combate contra os invasores portugueses. Mas os séculos de resistência expressa em variadas formas de luta são ideologicamente desqualificados pelos detentores do poder político e econômico, numa tentativa de apagar as lutas populares de nossa memória coletiva. No passado, elas eram definidas como a “Guerra dos Bárbaros”. No presente, como sendo a ação de “anacrônicos camponeses” que insistem na sobrevivência de uma classe que já deveria ter desaparecido. O que está no fundo desse discurso é a defesa de privilégios historicamente amparados pelo Estado brasileiro.

A imposição do latifúndio monocultor da cana-de-açúcar no litoral e pecuarista nas regiões sertanejas assentado sobre o trabalho escravo de negros raptados da África está na origem das desigualdades estruturais que marcam a sociedade nordestina. A organização de quilombos em toda a região é uma das expressões de luta contra esse regime perverso cujas raízes ainda não conseguimos extirpar.

No século XX, a Paraíba foi protagonista do movimento mais expressivo de luta contra a opressão do latifúndio, fazendo emergir as Ligas Camponesas sob a liderança de João

Pedro Teixeira, mártir da reforma agrária, cuja herança de luta foi conduzida por sua companheira, Elizabeth Teixeira, ícone da luta pela terra. Contudo, a brutalidade do latifúndio e do regime ditatorial pós-64 não foi capaz de calar a voz de nosso povo, o qual na década de 1980 passou a gritar por terra através da voz de Margarida Maria Alves.

Nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2013, trinta anos após o assassinato de Margarida Maria Alves, uma das principais expoentes da luta camponesa na Paraíba, o auditório da FETAG-PB batizado com o nome desta lutadora do povo foi palco no **I Encontro Unitário Camponês da Paraíba**. Essa reunião de representantes de diversas organizações do campo representa mais um marco na longa história de luta e resistência do povo paraibano em busca de sua emancipação. Enquanto desdobramento do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas ocorrido em agosto de 2012, esse momento aglutina camponeses, sem-terra, quilombolas, povos indígenas, atingidos por barragens, sindicalistas e técnicos rurais, tendo como centralidade a luta de classes em torno da questão agrária, atualmente expressa na luta por **Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade**.

Estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como na época de João Pedro Teixeira, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de reatualização do projeto de modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão da produção de *commodities* agrícolas e minerais nos últimos doze anos.

Casos emblemáticos apresentados em nosso encontro evidenciam a essência violenta deste modelo que subtrai das populações locais o direito de acesso à terra de trabalho, o livre acesso aos recursos naturais (água e biodiversidade), suas formas de organização econômica e suas identidades socioculturais. A cultura patriarcal que impõe relações desiguais entre homens e mulheres permanece inalterada ampliando ainda mais a violência desse modelo.

Assistem-se movimentos massivos de migração compulsória para as cidades, que se transformam em polos de concentração da pobreza, ao passo que o mundo rural vem se configurando como espaço de ocupação das forças do capital para a implantação de seu projeto de agricultura sem agricultoras e agricultores.

No caso da mineração, percebemos a brutal expansão das empresas transnacionais em todo o estado, a exemplo das empresas de cimento (Elizabeth, Brendam) que estão ocupando

os territórios do litoral paraibano, as empresas de extração mecanizada de areia ao longo dos Rios Mamanguape e Paraíba, as empresas que exploram rochas e minerais no Curimataú (Von Roll), além do caulim e talco nas regiões do Seridó e Sertão (CG mineração, Metalonit, entre outras). Esta expansão se traduz numa nova forma de expropriação de direitos territoriais dos povos do campo, impondo novas relações de exploração do trabalho em condições degradantes, gerando novos e sérios problemas de saúde, tais como a silicose.

O Agrohidronegócio, por sua vez, ganha fôlego com o apoio de políticas do Estado em benefício de grandes corporações. Essa nova realidade se expressa no avanço da monocultura da cana no litoral, num movimento do capital agora comandado por grandes corporações agroindustriais internacionais, a exemplo do grupo belga Alcotra *Bio Energy* e do grupo Francês *Louis Dreyfus Commodities*; na expansão dos perímetros irrigados, como o caso das Várzeas de Souza, reforçando um modelo assentado no uso intensivo de agroquímicos e motomecanização pesada (empresa Santana), e grupos estrangeiros que promovem o “hidroagronegócio orgânico” (Apesar de sua base de produção sem insumos químicos, igualmente se instala expropriando os direitos das comunidades agricultoras; e no projeto de privatização das águas, que têm a transposição do Rio São Francisco como um dos elementos.

Uma das consequências mais evidentes desse modelo de ocupação do mundo rural, é que a generalização da criminalidade e da violência deixa de ser um fenômeno exclusivo aos centros urbanos. Casos de violência no meio rural são diariamente notificados. Roubos de motocicletas, furtos de animais, implementos agrícolas, arrombamentos de casas, assaltos à mão armada, inclusive com assassinatos de agricultores e agricultoras se transformam em episódios corriqueiros. Famílias com membros aposentados são alvos preferenciais da criminalidade. Essa nova realidade acentua os processos forçados de migração, concorrendo para que milhares de famílias agricultoras busquem as cidades em busca de maior segurança.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. A masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e para as mulheres são também resultados de um projeto de desenvolvimento que retira condições para reprodução social e cultural do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais.

Os efeitos negativos da implantação desse projeto não são enfrentados estruturalmente pelas políticas sociais em face do caráter assistencialista e emergencial que preside suas concepções. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado (nas esferas do executivo, legislativo e judiciário), muitas vezes, retiram direitos (a exemplo do fechamento de escolas rurais) e promovem a violência no campo. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

O estado da Paraíba (que tem 80% de seu território inserido no contexto do semiárido brasileiro) assiste, numa das mais graves secas dos últimos anos, o reforço do paradigma do “combate à seca”, o qual é expressão deste modelo na região semiárida. O drama atual é resultante do passivo histórico da negligência do Estado Brasileiro para com os povos sertanejos, mantendo e reforçando durante séculos décadas a concentração de terra e de acesso à água nas mãos de grupos oligárquicos locais.

Em nosso Encontro Unitário, juntamos nossas vozes contra esse projeto socialmente excludente e ambientalmente devastador. Mas, nossas vozes também se unem para afirmar um projeto alternativo para o campo fundamentado no princípio da valorização da Vida e do trabalho digno, que valorize os potenciais socioambientais para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que distribua a riqueza social e que conserve os bens da natureza. Esse projeto só se viabilizará com o resgate e o fortalecimento dos campesinatos.

Além de suas lutas e resistências, o movimento social do campo na Paraíba vem acumulando forças com experiências concretas de promoção de outro modelo de agricultura, assentada na construção de uma agricultura familiar de base camponesa e orientada pela perspectiva da agroecologia. As experiências de produção de alimentos livres de agrotóxicos, de democratização do acesso à água e à terra, de autogestão da agrobiodiversidade por meio de rede de guardiões das sementes da paixão, da auto-organização para aceder mercados

locais, a constituição de fundos rotativos solidários, a promoção de práticas de pecuária sustentável com a valorização do potencial forrageiro das plantas da caatinga e com as raças animais nativas estão entre as muitas frentes de ação que demonstram que esse projeto alternativo é viável e que merece apoio do conjunto da sociedade e do Estado brasileiro.

Diante disto, afirmamos:

1) A reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável.

2) A soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e marca sua identidade.

3) A soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos.

4) A agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas das comunidades do campo.

5) A centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado às realidades territoriais; ATER baseada nos princípios agroecológicos e que promova agricultores e agricultoras como sujeitos protagonistas na geração e socialização de conhecimentos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação orientada pelos fundamentos da Agroecologia, especialmente para jovens rurais; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.

6) A necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.

7) A soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.

8) A educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto políticopedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

9) A necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrado em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo.

10) A necessidade do reconhecimento, pelo Estado, dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

11) A necessidade de uma política de segurança pública especializada para o meio rural, que restabeleça as condições de permanência e de dignidade das famílias camponesas em seus territórios.

12) A promoção efetiva de uma política assentada no paradigma da convivência com o semiárido, que promova mudanças estruturais em contraposição ao atual modelo do “combate à seca”.

Nos comprometemos:

1) A fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.

2) A ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pelo reconhecimento, titulação coletiva, demarcação e desintração das terras indígenas, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.

3) A fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

4) A construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.

5) A lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes, fortalecendo as experiências que os movimentos sociais vêm construindo na prática.

6) A construir uma agenda comum para rediscutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para as trabalhadoras e trabalhadores do campo.

7) A lutar pela efetivação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica como medida institucional articuladora de políticas visando à promoção de mudanças estruturais no mundo rural brasileiro;

8) A fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.

9) A ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social das comunidades camponesas.

10) A lutar por mudanças no atual modelo técnico de produção de alto consumo energético e dependente de fontes não renováveis e emissoras de gases de efeito estufa;

11) A combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.

12) A lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando à inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do campo paraibano, exigimos o redirecionamento das políticas e ações do estado da Paraíba e da esfera federal, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos uma Paraíba e um Brasil com uma sociedade justa, solidária e sustentável.

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2013.

Articulação do Semiárido Paraibano (ASA PB); MST; CPT; CUT-PB; FETRAF; FETAG; MAE – Movimento Agroecológico; QUILOMBOLAS – PB; Movimento Indígena Tabajara; MMM – Marcha Mundial das Mulheres – PB; PJR – Pastoral da Juventude Rural; MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens; Movimento das Mulheres Camponesas – PB; Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema; AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia; PATAC; SINTER; Assembléia Popular; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Coletivo ASA do Cariri Oriental (Casaco); Coletivo Cariri Curimataú; Cáritas; Coonap e CAASP.